

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Guarecer

Revista Electrónica
de Estudos Medievais



N.º 3, 2018

Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais

Informação Editorial

ISSN: 2183-9301

Volume 3, 2018

DOI Vol. 3, 2018: 10.21747/21839301/gua3

Direcção

José Carlos Ribeiro Miranda
(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Edição e Revisão Editorial

Eduarda Rabaçal
Maria Joana Gomes
Mariana Leite
Rafaela Silva

Capa

Eduarda Rabaçal

Editora

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PUBLICAÇÃO ANUAL ONLINE

DOI: 10.21747/21839301/gua

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.

SMELPS
Seminário Medieval de
Literatura, Pensamento e
Sociedade

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

IF : Instituto
de
Filosofia
UNIVERSIDADE
DO PORTO

U. PORTO
Faculdade de Letras
Universidade do Porto

ÍNDICE

VOLUME ORGANIZADO POR MARIA DO ROSÁRIO FERREIRA E JOSÉ CARLOS RIBEIRO MIRANDA

Nota editorial 1

DOSSIER MELE

Conteúdos, propósitos, programação e realizações do projecto MELE:

Da memória escrita à leitura do espaço – Pedro de Barcelos

e a Identidade Cultural do Norte de Portugal

(POCI-01-0145-FEDER-032673) 5

ARTIGOS

Maria Joana Matos Gomes

To be or not be (a goth): gothic origins and the construction

of identity of iberian kingdoms (10th-12th centuries) 23

Mariana Leite

Mutações do império: sobre as facetas de Troia

na obra e legado de Pedro de Barcelos 37

José Carlos Ribeiro Miranda

Maria Ximenez, Pedro de Barcelos e um cantar de escárnio

de Estevam da Guarda 57

Miguel Rodrigues

Pedro de Barcelos e Maria Jiménez Cornell: O desenlace

de um casamento conturbado 77

António Resende de Oliveira & Leontina Ventura

O séquito dos Briteiros em meados do séc. XIII 101

RECENSÕES & INFORMAÇÕES

APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO

A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)

João Paulo Martins Ferreira 121

RECENSÃO CRÍTICA

Hélio Pires, *Os Vikings em Portugal e na Galiza*.

As incursões Nórdicas Medievais no Ocidente Ibérico, 3ª edição

Lisboa, Zéfiro, Edições e Actividades Culturais, Lda, 2018.

José Carlos Ribeiro Miranda 133

RECENSÃO CRÍTICA

Inés Calderon Medina, *Los Soverosa. Una parentela nobiliaria entre*

tres reinos: poder y parentesco en la Edad Media hispana (ss. XI-XIII),

Valladolid, Ediciones Universidad de Valladolid, 2018.

Miguel Rodrigues 141

NOTA EDITORIAL

O volume referente a 2018 de *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais* é inteiramente consagrado à apresentação do *Projecto MELE – Da Memória Escrita à Leitura do Espaço: Pedro de Barcelos e a Identidade Cultural do Norte de Portugal*, atendendo à dimensão pluridimensional adquirida por este projecto apresentado a concurso no ano de 2017 e financiado, no ano posterior, pela *Fundação para a Ciência e Tecnologia* em conjunto com o *Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI)*, através do *Portugal 2020* e do *Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)*. Na realidade, os objectivos do projecto MELE são susceptíveis de enquadrar grande parte da actividade científica acolhida pela nossa revista, justificando que lhe seja agora consagrado um volume específico. A publicação de alguns dos resultados de investigação do *Projecto MELE*, bem assim como a notícia das realizações a terem lugar no seu âmbito num futuro próximo, revestem-se, pois, de grande oportunidade. Porque a personalidade de Dom Pedro Afonso, Conde de Barcelos, foi multifacetada e plural, assim se apresenta o *Projecto MELE*, e nessa linha segue o presente número da nossa revista

Insistimos, todavia, no propósito de manter, de acordo com o proposto no manifesto inicial que acompanhou o seu lançamento em 2016, a revista *Guarecer* aberta a qualquer colaboração compatível com a área temática em que se situa, concedendo um lugar particular aos mais jovens, até mesmo àqueles que se encontrem em pontos da carreira académica onde a investigação não é ainda determinante. A *Guarecer* faz uma aposta deliberada no futuro, na convicção de que o estado algo apático e distraído da cultura portuguesa – no tocante ao passado colectivo e à forma como esse passado é assumido hoje em dia – poderá ser revertido e transformado em algo diverso, revelador de maior vivacidade, informação e consciência crítica. No propósito de dar um contributo para os estudos medievais em Portugal, com particular atenção ao que da Idade Média permanece no nosso imaginário colectivo e nas diversas formas da nossa cultura, este *forum* estará sempre aberto e disponível, firmemente empenhado na renovação de perspectivas a que se assiste nestes domínios de investigação e divulgação.

José Carlos Ribeiro Miranda

DOSSIER MELE

APRESENTAÇÃO DE PROJECTO

Autores:

Maria do Rosário Ferreira

rosarioferreira.fluc@gmail.com

Rafaela Silva

rafaelasilva84@hotmail.com

Título:

Conteúdos, propósitos, realizações e programação do projecto MELE: Da memória escrita à leitura do espaço – Pedro de Barcelos e a Identidade Cultural do Norte de Portugal (POCI-01-0145-FEDER-032673)

Como citar esta apresentação:

Maria do Rosário Ferreira & Rafaela Silva, «Conteúdos, propósitos, realizações e programação do projecto MELE: *Da memória escrita à leitura do espaço – Pedro de Barcelos e a Identidade Cultural do Norte de Portugal (POCI-01-0145-FEDER-032673)*», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº 3, 2018, pp. 5-19.

DOI: 10.21747/21839301/gua3d1



CONTEÚDOS, PROPÓSITOS, REALIZAÇÕES E PROGRAMAÇÃO DO PROJECTO MELE¹

O MELE, «Da memória escrita à leitura do espaço: Pedro de Barcelos e a identidade cultural do Norte de Portugal» (POCI-01-0145-FEDER-032673) é um projecto competitivo cofinanciado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que teve início em junho de 2018 e tem a duração prevista de 3 anos.

Sendo desenvolvido no âmbito do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade (SMELPS) do Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, instituição que acolhe esta iniciativa científica, o projecto MELE visa divulgar, a nível nacional e internacional, a obra de D. Pedro,

¹ Este trabalho foi elaborado no âmbito do projecto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Conde de Barcelos (c. 1287-1354), filho de D. Dinis de Portugal. Dar visibilidade à forma como a sua escrita, quer seja de natureza trovadoresca, cronística ou genealógica, preserva uma memória histórica e cultural que ainda hoje se reflecte no espaço geográfico e tem influência no estabelecimento da identidade colectiva nacional e regional dos portugueses constitui o principal propósito deste projecto.

É, efetivamente, na obra do Conde D. Pedro de Barcelos, figura de relevo não só no panorama cultural e literário português, mas também na sociedade peninsular da primeira metade do século XIV, que a pesquisa do MELE se concentra, considerando o contributo desta figura maior da escrita e da cultura medieval portuguesa e ibérica na sua dimensão histórica e política. A obra do Conde de Barcelos revela uma inesperada perspectiva universalista (na medida em que esse conceito se pode aplicar à cultura europeia da época), servida por uma concepção idiossincrática do poder, a um tempo imperial e disseminante, e por uma ideia de ordenação social do território ibérico marcada por um pressuposto inclusivo de povos, religiões e culturas.

A investigação do MELE particulariza-se, sobretudo na componente historiográfica da obra de Pedro de Barcelos (complementando assim, de alguma forma, o âmbito trovadoresco do projecto GEOARPAD – INTERREG VA Espanha-Portugal 2014-2020) no qual membros do MELE estão igualmente implicados. O projecto concede especial destaque ao *Livro de Linhagens* que, pese embora o propósito genealógico de abrangência ibérica que o comanda, privilegia, do ponto de vista geográfico, o território português, e em especial a região Norte, donde procedem as mais antigas linhagens. Este foco nas famílias oriundas do Norte de Portugal promove uma conexão particular com a paisagem natural ou humana, com as tradições narrativas ou etnográficas da região, servindo o *Livro de Linhagens* de base à reconstrução dessa memória antiga, à sua integração no espaço geográfico e à sua interpretação no tempo presente. A edição e estudo do *Livro de Linhagens* consiste, assim, no principal objectivo científico do MELE.

O presente projecto é desenvolvido segundo duas abordagens complementares, uma de teor filológico e hermenêutico, e outra virada para a semiologia do espaço.

A primeira edição crítica do *Livro de Linhagens*, dada a público em 1980 por José Mattoso, encontra-se actualmente indisponível. Porém, tendo em conta os consideráveis avanços no conhecimento da tradição manuscrita da obra, como também na teoria e metodologia prática da disciplina filológica, o próprio Professor Mattoso, que é também consultor do MELE, considera que a edição

deverá ser repensada e reformulada em vez de reeditada. Os valiosos resultados da sua continuada investigação, generosamente facultados à equipa do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade (SMELPS), são um contributo fundamental para a nova edição do *Livro de Linhagens* agora a cargo da equipa do MELE. A edição e o *stemma codicum* elaborados por José Mattoso constituem assim o ponto de partida neste processo editorial da obra linhagística de Pedro de Barcelos que, aliado à vasta experiência de investigação da equipa do MELE, funcionará como fulcro de um conjunto de estudos filológicos, hermenêuticos e de recepção profícuos para o conhecimento e a difusão desta referência fundamental da cultura ibérica medieval.

O resultado mais visível deste trabalho será a nova edição em papel a publicar nos *Portugalia Monumenta Historica* pela Academia das Ciências de Lisboa, programada para 2021, estando também prevista a disponibilização de uma edição em suporte digital, acompanhada de um conjunto de ensaios filológicos e históricos que irá trazer perspectivas inovadoras ao estudo da obra do Conde D. Pedro de Barcelos².

A divulgação nacional e internacional do projecto MELE e dos resultados obtidos pela equipa será também proporcionada pela participação e realização de encontros científicos, pela publicação de artigos e monografias em revistas ou editoras especializadas, como ainda através de acções junto de escolas e outras instituições locais do Norte.

A transmissão do conhecimento científico é um instrumento valioso na interacção entre a comunidade académica, a sociedade em geral e os seus vários actores (cidadãos, associações, poder central e local, empresas). Tendo em mente a penetração num horizonte de público alargado, mas exigente e culturalmente diferenciado, o projecto MELE irá identificar, estudar, mapear e divulgar nacional e internacionalmente, por meios digitais que facilitarão o acesso aberto ao conhecimento, o património material e imaterial vinculado à figura do Conde de Barcelos, pondo em destaque a forma como a vertente literária, seja ela escrita ou oral, contribui para a identificação ou a interpretação da vertente material, arqueológica, patrimonial e artística.

O mapeamento do património cultural estudado, que passa não só pela cartografia das linhagens, mas também pela delimitação do espaço próprio das ocorrências que dão corpo a várias linhas temáticas que confluem na obra de Pedro de Barcelos, favorecerá a concepção e promoção de novos percursos e

² Para uma discussão mais detalhada das questões editoriais em torno da edição do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ver o artigo de Maria do Rosário Ferreira, «A problemática textual do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*», a publicar em *Madrygal. Revista de Estudios Gallegos*, 2019, no início de 2020.

rotas turísticas na região duriense (Rota do Conde D. Pedro, Rota das cinco Linhagens, Rota dos Mouros, Rota dos Gascos-Normandos).

O vasto capital simbólico associado à figura ou à obra de Pedro de Barcelos pode também ser colocado em íntima relação com especificidades culturais da região (gastronómicas, vinícolas, artesanais e naturais) que são um dos fortes atractivos turísticos do Norte de Portugal, contribuindo para a construção de uma imagem culturalmente integrada desta região, que poderá tornar-se emblemática na criação de emblemas de infraestruturas turísticas que pretendam identificar-se com a especificidade cultural da região.

A difusão dos resultados da investigação em plataformas digitais em diferentes línguas (português, inglês e espanhol), nomeadamente através da criação e disponibilização de um *site* multifunções com conteúdos diversificados relacionados com os objectivos de divulgação do património cultural descritos e de uma aplicação interactiva em formato Android e IOS, irá potenciar o número de visitantes das localidades e regiões que possuem um rico espólio material ou imaterial vinculado à figura do Conde de Barcelos e às temáticas abordadas na sua obra, podendo revelar ou reabilitar segmentos do património local ainda desconhecidos ou desarticulados.

Por outro lado, e uma vez que a implantação das linhagens presentes no *Livro de Linhagens* se plasma em diferentes zonas da região Norte, o MELE proporcionará uma nova forma de perspectiva sobre o território, a partir da qual se poderá estreitar a relação cultural entre diferentes autarquias dessa região e potenciar, assim, o efeito de uma mobilização conjunta deste capital simbólico. Finalmente, por estar ligado, embora não exclusivamente, a uma região de alto potencial turístico (Alto Douro vinhateiro classificado património mundial pela UNESCO), o projecto poderá vir a constituir um importante veículo para o conhecimento da herança medieval do Norte de Portugal e viabilizar novas sinergias turístico-culturais.

Centrando-se o projecto MELE no estudo da articulação do legado narrativo medieval português com a sua projecção espacial, cumpre também dar a conhecer, com base numa metodologia inovadora, uma parcela importante do património cultural, tanto tangível como intangível, da cultura medieval portuguesa. A valorização desse legado passa pela divulgação de uma memória cultural veiculada através do texto e do espaço pela via da sua mediatização e difusão enquanto parte importante do património cultural português. Assim, a dupla edição em dois formatos distintos (papel e digital) de uma das obras fundamentais da cultura portuguesa medieval, acompanhada por um estudo espacial das estruturas patrimoniais associadas à aristocracia medieval e a

concepção de formas inovadoras para a sua divulgação (aplicação informática, livros para um público jovem, exposição itinerante, colaboração com a Universidade Júnior) são elementos e iniciativas que contribuem para a valorização do património cultural português não só a nível nacional, mas também internacional.

Sendo o estudo do património oral, lendário e local da região Norte, e a comparação destes testemunhos com a memória escrita deixada por Pedro de Barcelos, uma das componentes do MELE, o projecto envolverá algumas comunidades seniores dessa zona do país, atendendo ao seu tão relevante papel enquanto informantes que preservam a memória do património imaterial da região. Por um lado, a participação activa neste projecto constituirá uma forma de capacitação destas comunidades, já que lhes permitirá tomar consciência da importância do tipo específico de relação com o território de que são depositários. Por outro lado, a troca de informações entre a equipa do MELE e os cidadãos seniores servirá para construir pontes entre duas formas de conhecimento distintas, mas igualmente substanciais: o conhecimento ancestral do território transmitido localmente na região, e aquele que nos chegou directamente dos últimos séculos da Época Medieval através do texto preservado nos manuscritos e que será editado pela equipa do MELE. O reconhecimento prático do papel das comunidades seniores na tutela de uma memória quase perdida contribuirá para a integração cívica desta faixa particularmente fragilizada das populações, frequentemente atingida pela pobreza e exclusão social, sobretudo em meios rurais e semiurbanos. A principal actividade projectada pelo MELE neste âmbito é a preservação e estudo de relatos lendários associados a figuras míticas tendo por base a recolha de materiais orais junto de informantes pertencentes a este sector etário. Tal actividade permitirá recuperar e difundir elementos culturais até agora menosprezados e estabelecer uma mediação entre a memória e o imaginário dos mais velhos e a visão do mundo que os mais novos estão ainda a construir.

A relação com o Outro é um dos temas-chave na obra de Pedro de Barcelos, abundantemente ilustrada nas narrativas e comentários que povoam a sua obra. Num momento em que as correntes migratórias causam impacto considerável não apenas a nível regional, mas nacional e mesmo europeu, o estudo de lendas que problematizam esta relação e a inserem numa vivência comum longa de séculos pode ser um importante elemento de coesão social e de integração cívica. Trata-se de uma vertente que poderá ser particularmente proveitosa para as faixas etárias mais jovens e que o MELE planeia promover particularmente em

âmbito escolar, sensibilizando professores para o respectivo desvendamento e operacionalização junto dos alunos.

Por outro lado, esta vertente arquivístico-memorialista do projecto é crucial para o (re)conhecimento e divulgação de matérias patrimoniais, familiares, geográficas e etnográficas de regiões marcadas pela emigração. A reconstrução identitária favorece a aproximação às suas raízes de comunidades portuguesas no estrangeiro, e a desmontagem de preconceitos sobre a homogeneidade genética, religiosa e cultural do território português permite-lhes um acercamento mais abrangente à sua herança histórica. Tenha-se ainda em conta que a obra genealógica de Pedro de Barcelos se destaca pelo lugar que nela ocupam às mulheres na história das famílias, uma faceta que é praticamente desconhecida do público que associa o passado em geral, e a Idade Média em particular, à subalternização do feminino. Através do MELE, pretende-se dar a conhecer estas personagens e o seu papel, de forma a mostrar diferentes modelos de vivência de género no percurso de construção da sociedade portuguesa. Isto não só tem impacto, uma vez mais, na formação dos jovens para a cidadania, mas alerta para a necessidade de manter uma perspectiva pluralista e aberta na preservação da herança cultural de Portugal.

O projecto tem a preocupação de difundir a herança cultural medieval portuguesa nas suas ligações com o contexto peninsular, mediterrâneo e europeu, tal como o Conde Pedro de Barcelos a fixou. A avaliação das relações da obra de D. Pedro com outras da literatura medieval peninsular e europeia, bem como a análise da circulação dos seus textos, no espaço peninsular e para além dele, tem impacto na compreensão dos fenómenos de interacção e traslação culturais, fundamentais na construção identitária do espaço europeu e das suas regiões. O estudo e edição digital da obra genealógica de Pedro de Barcelos configuram-se assim como um ponto de partida rico de potencialidade para a compreensão da cultura europeia numa perspectiva comparatista.

O olhar inclusivo de Pedro de Barcelos sobre a sociedade do seu tempo mostra a possibilidade de coexistência de comunidades diversas e com visões do mundo diferenciadas, num ambiente de tolerância e cooperação. A reflexão sobre o modo como, no século XIV, se lidou com a multiplicidade étnica, religiosa e cultural, permite repensar a ligação das comunidades a um passado partilhado e promover modelos de relacionamento menos marcados pela conflitualidade. Através do estudo, edição e divulgação das obras de Pedro de Barcelos, num intuito de recuperação de conhecimento e reflexão, o projecto MELE pretende

colocar em destaque o potencial de operacionalização do conhecimento mútuo como elemento dissuasor de conflitos dentro e fora do espaço europeu.

É de salientar que a forte ligação à matéria linhagística dos conteúdos apresentados e divulgados pelo MELE em plataformas digitais abertas facilita o acesso à informação sobre raízes familiares e geográficas de linhagens locais, oferecendo dados fidedignos para os estudos genealógicos empreendidos a título pessoal. Suscita-se, assim, o impacto junto da sociedade civil, oferecendo os resultados do MELE uma ferramenta de interesse nacional e internacional cuja utilidade ultrapassará o período de vigência do projecto. Da mesma forma, a informação científica livremente oferecida com recurso a novas tecnologias permitirá a construção de instrumentos didácticos que contribuam para melhorar o sucesso escolar por vias não consideradas até então. Assim, o conhecimento e divulgação do património cultural (material e imaterial) associado às obras de Pedro de Barcelos poderá tornar-se num ponto de partida para estimular a criatividade e inovação e potenciar novas formas de pensar o presente, a sociedade actual e a sua projecção no futuro.

Outra valência do MELE está ligada à sensibilização ecológica e para a sustentabilidade ambiental entendidas numa perspectiva cultural, já que a discrepância entre o património físico existente e a memória textual que lhe corresponde põe em evidência a necessidade de respeitar a natureza e o ambiente como componente essencial da conservação do património arqueológico, alertando para os efeitos que as actividades humanas geradoras poluição e outras alterações ambientais, a incúria geral, a falta de consciência cultural e de meios materiais têm na preservação da identidade e cultura portuguesas. Assim, procurar-se-á transmitir a urgência de manutenção do património natural e humano como forma de respeito pela identidade cultural de um povo e de transmissão de uma herança única às gerações vindouras.

O projecto MELE oferecerá à sociedade portuguesa novas modalidades de relacionamento com o seu passado, dando-lhe a (re)conhecer uma parte relevante do seu património cultural e enriquecendo especialmente o capital simbólico da região Norte. A utilização de um texto medieval como ponto de partida para a interpretação do espaço actual, fazendo confluír o estudo da obra literária de Pedro de Barcelos e a identificação do legado material e imaterial que esta evoca ou para o qual remete, concorrerá para uma compreensão mais abrangente da herança cultural portuguesa, potenciando a sua exploração por

parte de todos os interessados, através da divulgação nacional e internacional de informação crítica e de conteúdos apelativos com base científica fidedigna.

Difusão do Projecto

O fundamental do *Projecto MELE* poderá ser consultado no *site*

<https://pedrodebarcelos.wixsite.com/mele>

Informações legais e contratuais sobre o projecto poderão encontrar-se em:

<https://ifilosofia.up.pt/projects/memoria-escrita-pedro-de-barcelos>

ou ainda em:

https://sigarra.up.pt/fmup/pt/projectos_geral.mostra_projecto?p_id=72551

https://sigarra.up.pt/flup/en/projectos_geral.ficha_projecto?p_id=72551

Concebido como um projecto interdisciplinar, combinando a abordagem filológica e literária com a várias dimensões da História e das Ciências Sociais, o *Projecto Mele* foi pensado para ser levado a bom termo por uma equipa de investigadores que reflecte essa diversidade de pontos-de-vista e de formas de abordagem. Reunida em torno de Maria do Rosário Ferreira, IP do projecto, a sua composição, onde a veteranaria se combina com a juventude, encontra-se elencada em:

<https://pedrodebarcelos.wixsite.com/mele/investigadores>



Actividades já desenvolvidas:

A apresentação do *Projecto MELE* teve lugar em Junho de 2018 nas *VI Jornadas do SMELPS (Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade, equipa de investigação do Instituto de Filosofia/FCT)*, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade

VI Jornadas do SMELPS

DA MEMÓRIA ESCRITA À LEITURA DO ESPAÇO

(MELE) POCI-01-0145-FEDER-03267

Apresentação do Projecto

Maria do Rosário Ferreira (IP)
José Carlos Ribeiro Miranda · Joana Gomes
Mariana Leite

PROGRAMA

4 de Julho de 2018

Sala do DEPER

10h00

Filologia, História e Ciências Humanas
no estudo da obra de Pedro de Barcelos

11h00

A reedição dos livros de linhagens:
estado da arte

14h30

Desafios sociais do projecto MELE



O projecto MELE e as problemáticas de investigação suscitadas no seu âmbito foram já objecto de apresentação internacional nos seguintes eventos:

- *XII Congreso da Asociación Internacional de Estudos Galegos* (Madrid, 10-15 de Setembro de 2018): *Novos horizontes para unha Galicia global: Redes, territorio e memoria* (www.aieg2018.com), promovido pela *Asociación Internacional de Estudos Galegos*
- *Coloquio Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval: «Libros, lecturas y reescrituras»*, Zaragoza, 24-26 de octubre de 2018 (<https://eventos.unizar.es/16646/detail/coloquio-internacional-de-la-ahlm-libros-lecturas-y-reescriturasr.html>).

Estão programados dois ciclos de conferências, onde serão convidados a participar especialistas exteriores à equipa do Projecto MELE, mas sintonizados com as temáticas de investigação propostas:

- Ciclo de conferências «Portugal e as culturas mediterrânicas na Idade Média»
- Ciclo de conferências «Pedro de Barcelos entre a cultura e a política do seu tempo», a realizar na cidade de Lamego a partir de Outubro de 2019.

A apresentação formal do Projecto MELE na sua cidade de referência – Lamego – terá lugar no dia 19 de Outubro no Salão Nobre da Câmara Municipal: (ver cartaz abaixo)

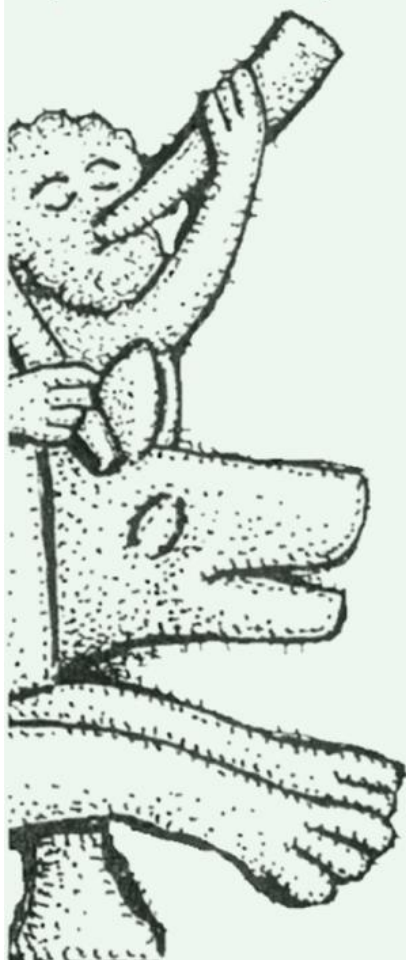
Acompanhando essa apresentação, será organizada uma exposição que procurará abarcar os vários domínios da vida e actividade do Conde Dom Pedro Afonso. Essa exposição, que posteriormente se tornará itinerante, será inaugurada no Solar do Paço dos Arcos, em Lamego, nos dias anteriores à apresentação do *Projecto MELE*.

Maria do Rosário Ferreira
Rafaela Silva



Apresentação em Lamego
**DA MEMÓRIA ESCRITA
À LEITURA DO ESPAÇO**

Pedro de Barcelos e a identidade cultural do Norte de Portugal
(POCI-01-0145-FEDER-032673)



Maria do Rosário Ferreira

(Investigadora Responsável)

José Carlos Ribeiro Miranda

Aurélio Paulo Barradas

Salão Nobre

Câmara Municipal de Lamego

Dia 19 de Outubro de 2019

18 horas

ENTRADA LIVRE

SMELPS
Semana Municipal
de Língua, Literatura
& Sociedade

IF
Instituto
de
Filosofia

100 anos
PORTO
FLUP Faculdade de Letras
da Universidade do Porto

FCT
Fundação
para a Ciência
& a Tecnologia



120 ANOS
YEARS

Co-financiado por:

COMPETE
2020

PORTUGAL
2020

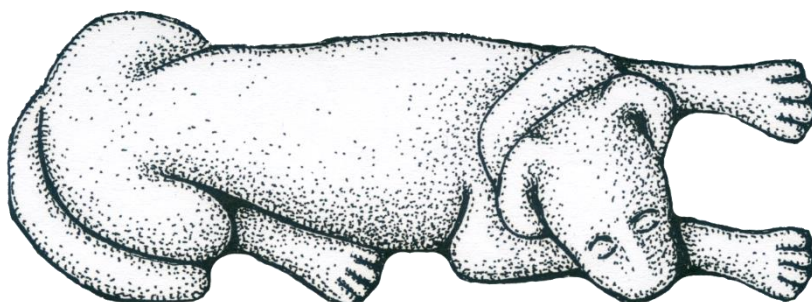
UNião Europeia
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

Por ocasião da apresentação do *Projecto MELE* em Lamego, será divulgada uma folha volante onde são destacados alguns aspectos marcantes da figura e da escrita de Pedro de Barcelos, em textos elaborados por José Carlos Ribeiro Miranda investigador co-responsável do projecto:

O CONDE DOM PEDRO E AS TERRAS DO ALTO DOURO (LALIM, TAROUCA E LAMEGO)

Vida e obra de Dom Pedro, Conde de Barcelos: breve apontamento

Dom Pedro Afonso, filho natural do rei D. Dinis, nasceu provavelmente em Santarém, mas veio a escolher Lalim com local de residência durante mais de trinta anos, apesar de ter sido feito Conde de Barcelos, à época o único título condal existente no reino. Foi em Lalim, no paço do qual não restam mais do que vestígios, que engendrou e realizou a parte mais copiosa da sua obra, tendo-se, finalmente, feito sepultar não muito longe, em S. João de Tarouca, do modo que era ajustado a alguém da sua condição social e cuja preocupação fundamental era preservar a memória de um tempo que se escoava. Condicioná-lo-iam já as ideias de Fama que, entre nós, se virão a tornar correntes a partir do grande revolvimento cultural do século XVI? Provavelmente não, pelo menos não da maneira eloquente e tendencialmente altissonante que se virá a impor na escrita épica de então. A sua preocupação com o passado radicava mais no entendimento da lógica essencial da História – desde os impérios aos reinos –, descendo hierarquicamente à coerência da ordem social linhagística que se fora estabelecendo, e terminando, em clave disseminante, com os territórios, gentes e Leis que se alinhavam em torno da pirâmide aristocrática. O seu túmulo e a sua escrita foram os grandes testemunhos daquilo que quis transmitir aos vindouros e que o projecto MELE procura agora interrogar, continuando um diálogo na realidade nunca interrompido.



[o mundo de Pedro Afonso]

Como identificar Pedro Afonso, jovem da corte de D. Dinis, no meio que frequentou durante a primeira parte da sua vida, justamente a que se abre quando o pai envelhece e os irmãos lhe disputam o poder, mergulhando o reino num espaço mal frequentado? O que sabemos é que esteve sempre muito próximo do pai, de quem obteve, aliás,

amplios benefícios senhoriais que o tornaram numa das figuras mais poderosas do reino. Esse processo de ascensão social culmina, todavia, com o seu primeiro casamento que, conquanto tendo durado muito pouco e terminado de forma trágica, com a morte da mulher e do filho, lhe permitiu herdar copiosos bens, entre os quais Lalim. A proximidade relativamente ao rei levou-o a acompanhá-lo em todas as iniciativas políticas ibéricas, incluindo uma temporã ida a Aragão, que, imaginámos, terá tido como consequência uma enorme abertura de horizontes que, a seu tempo, se irá revelar decisiva. Aliás, se há algo na obra de Pedro de Barcelos que se tornará constante é exactamente a concepção do mundo como um espaço amplo, que transcende Portugal ou a Península, e se torna essencialmente mediterrânico e histórico. Na obra do Conde virão a conjugar-se duas vertentes cuja compreensão é essencial: o cosmopolitismo aristocrático e o conceito do mundo enquanto objecto de conhecimento: «A man *who gawe himselfe to studie*», como dirá um historiador inglês do início do séc. XVII, revelando saber mais de Pedro de Barcelos do que os compatriotas deste último, desde então até agora.



[o ambiente literário anterior à actividade de Dom Pedro]

Pedro de Barcelos começa a escrever cedo, no modelo versificado e musical da canção trovadoresca – que ele se obstinará em designar como «cantiga». Mas nos seus tempos de juventude terá assistido ao importante trabalho de tradução do árabe para «portugalês» daquela «estória de Espanha», escrita por Ahmad Al Razi, que virá a ser conhecida como *Crónica do Mouro Razis*. O operoso trabalho realizado por Mestre Mohamad e por Gil Perez, capelão do seu sogro, – tudo isto sob o alegado patrocínio do rei D. Dinis – não lhe terá passado despercebido, até porque virá a usá-lo, em primeira mão e extensamente, anos mais tarde, na sua *Crónica* escrita por volta de 1344. Mas, no actual estado dos nossos conhecimentos, não é possível dizer se esse impacto foi imediato ou não, e em que medida terá fermentado a curiosidade posterior que o levou a realizar uma obra compilatória diversificada e de dimensão notável.



[O autor]

Pedro Afonso não foi um autor como actualmente conhecemos, dependente da sua exclusiva fantasia ou à espera de uma inspiração quase divina que lhe orientasse a pena. Foi antes um estudioso, um congregador de saberes e um organizador da escrita. A combinação entre aquilo que recebe e o que é da sua autoria constitui, simultaneamente, a característica mais saliente da sua vasta obra e também a chave para o seu entendimento. Mas não se pense que se perde o que quer que seja neste modo de relacionar a obra com o seu autor como se este não fosse mais do que um maestro de orquestra. A disposição dos materiais, a sua inclusão ou secundarização – quando não, total esquecimento –, os comentários que se vão adicionando, rapidamente transformados em narrativa inesperada, num jogo de sentidos que respeita a tradição ao mesmo tempo que a reescreve, fazem de Dom Pedro Afonso um verdadeiro falcão da escrita, alguém que seguramente se preocupou tanto em agir como em deixar testemunho dessa acção e das ideias que a comandavam.



Apresentação preparada por
Maria do Rosário Ferreira e Rafaela Silva

ARTIGOS

Autor:

Maria Joana Gomes

yseutz@gmail.com

Title:

To be or not be (a Goth): Gothic origins and the construction of identity of Iberian kingdoms (10th-12th centuries)

Abstract:

The genealogical connection of medieval kings of Spain to a specific people – the Visigoths – became among of the most important tools of legitimation used in the historiography written in the North-western Iberian Christian kingdoms. Chronicles and documents written under the direct command of king Alfonso III of Asturias affirmed the Gothic origins of the Asturian dynasty, an ideological current known as Neogothicism. In the same manner, and throughout the 11th-12th centuries, chronicles and documents issued by kings of León, successors of the Asturian kings, also used continuity with the Gothic past to consolidate the power of that dynasty. However, texts coming from other geographies, namely the territories of the recently formed kingdom of Portugal, opted for an alternative view of the past and of the origins of the realm, establishing other kinds of connections to validate the emergence of this new political entity. The aim of this paper is to show how continuity and discontinuity were used as an identity mark and a legitimation strategy in a set of texts written between the 10th and 12th centuries in Asturias, León and Portugal.

Keywords:

Visigoths; Neogothicism; Asturias; León; Portugal; Continuity; Discontinuity; Historiography.

Resumo:

As relações genealógicas dos reis ibéricos com os visigóticos foi uma das ferramentas de legitimação usada pelos historiógrafos dos reinos cristãos do noroeste da Península Ibérica. As crónicas escritas na corte de Afonso III das Astúrias afirmaram a origem gótica da dinastia régias asturiana, uma corrente ideológica que se tornou conhecida como Neogoticismo. Do mesmo modo, nos séculos XI e XII, a documentação emitida pelos reis de Leão e as crónicas redigidas nesse espaço geográfico nesse mesmo período também reclamaram essa ligação com o passado gótico como estratégia de legitimação da dinastia reinante. Contudo, textos redigidos neste período mais tardio e provenientes de outras geografias, nomeadamente do recém-nascido reino de Portugal, foram imbuídos de uma visão alternativa do passado e das origens dos seus governantes, criando no seu discurso outro tipo de estratégias de forma a validar a emergência desta nova entidade política. O propósito deste artigo é mostrar como a continuidade e a descontinuidade funcionam como marcas identitárias e se tornaram em estratégias de legitimação em vários textos historiográficos produzidos entre o século IX e o século XII nas Astúrias, Leão e Portugal.

Palavras-chave:

Visigodos; Neogoticismo; Leão; Astúrias; Portugal; Continuidade; Descontinuidade; Historiografia.

Plano:

Introduction: continuity and discontinuity as political strategies of legitimation

The Visigoths

Neogothicism: Specificities of an ideology

Discontinuity reloaded: a Portuguese strategy of legitimation

Como citar este artigo:

Maria Joana Gomes, «To be or not be (a Goth): Gothic origins and the construction of identity of iberian kingdoms (10th-12th centuries)», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudios Medievais*, nº3, 2018, pp. 23-35. DOI: 10.21747/21839301/gua3a1

TO BE OR NOT BE (A GOTH): GOTHIC ORIGINS AND THE CONSTRUCTION OF IDENTITY OF IBERIAN KINGDOMS (10TH-12TH CENTURIES)¹

Maria Joana Gomes
SMELPS/IF/FCT – UP
Investigadora MELE

Introduction: continuity and discontinuity as political strategies of legitimation

The search for origins is connected to one of the most basic philosophical questions formulated by mankind: «where do we come from, where do we go». Many answers have been proposed in different times and across scientific fields such as astronomy and physics (controversy surrounding the evolution of the universe), biology and genetics (DNA tests), history (genealogical trees). The Arts too proposed their own response to the question of origins. Works like Paul Gauguin's oil painting intitled «*D'où venons-nous? Que sommes-nous? Où allons-nous?*», or Gustave Courbet's «*L'origine du monde*» constitute two famous examples.

In the European Middle Ages, origins played an important role in the political discourse, partly because of the importance assumed by 'the past' in society and culture. Tales surrounding collective origins of a group of people or of an individual were often used as a tool to explain and justify rivalries, regional differences, power struggles as well as the emergence of new political entities. In the specific case of ruling dynasties, biological connections to a famous legendary individual of the past or to an ethnic group was a way of bestowing prestige and legitimacy to the ones claiming to be their descendants². In light of

¹ Este trabalho foi elaborado no âmbito do projecto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² Redondo (1988, p. 16). The connection to a mythical past is widely used in other medieval chronicles. In the *Gesta Francorum*, a genealogical relationship between the Frankish kings and the Trojans is created through Atenor, a kinsman of king Priamus. A chronicle written in Great Britain in the 9th century established a similar connection between the kings of England and Troy. This connection was later to be specified in the person of Brutus by the author of the *Historia Anglorum*.

the biblical typological thought that shaped medieval written culture³, these figures were not to be seen uniquely as prestigious ancestors. The deeds, character and behaviour of a founding father (less often a founding mother) were understood to be a prefiguration of the ethical standards of their descendants. It is no wonder then that invoking continuity between past and present was a very common strategy employed by historians in order to legitimize claims to rulership or the presence of social or ethnic groups in any given territory or institution.

By that token, discontinuity, which, in some cases, materializes in narratives of expulsion of a people from a territory or in a genealogical cut, should not be used by authors of medieval texts as a discursive strategy to justify the political authority of a dynasty, of a group or of an individual. But was this truly so? Can we affirm that the use of discontinuity as a legitimizing weapon is absent from medieval texts? This article will tackle this question and try to explore how continuity and discontinuity were used in medieval Iberian historiography of the 9th-12th centuries as a means of political legitimation. The connection to the Visigoth kings who ruled the Peninsula before the conquest of this land by the Arab-Berber armies in 711 will be at the center of this study.

The Visigoths

Information about the Visigoth past were accessible to medieval writers through the works of several historians. Some were Ibero-Romans and witnessed the arrival of the Visigoths to the Iberian Peninsula, like bishop Hidatius. Others were themselves members of the *gens gothorum*, like John of Biclarus and Isidore of Seville. Although they had visible differences in their appreciation of the Visigothic kings and rulership, all these historians seem to have agreed on some key-points: Visigoths established themselves in the Iberian Peninsula in the mid of the 5th century. They came to dominate most of it around 585, the year in which Leovigild conquered the Suevi kingdom. Another important occurrence emphasized by some of these historians was the political-religious conflict that erupted between Leovigild (Arian) and his eldest son, Hermenegild (Catholic). The 3rd *concilium* of Toledo of 569, in which the conversion of Leovigild' son, Reccared, to Catholicism took place is yet another accentuated event⁴.

The Arabo-Berber conquest of the Iberian Peninsula did put an end to the Visigothic rulership of this territory. Causes and details of how that came to be were extensively covered by both Arabic and Latin historiography, and the «loss of Spain» became a recurrent theme in

³ Auerbach (1952), Spiegel (1997).

⁴ As Teillet (1984, pp. 446-447) has shown, the Chronicle of John of Biclarus concedes an enormous importance to this *concilium* and to the conversion of Reccared as a sign of the spiritual unity of the Iberian Peninsula. Isidore of Seville will make of Reccared one of the ideal monarchs of the Visigothic monarchy.

both medieval and contemporary historiography⁵. The debate about this matter was inaugurated by the Arabic tradition, which attributed the defeat of king Rodrigo in the battle of Guadalete to faults of his own. In some texts, Rodrigo is portrayed as a tyrant who usurped the throne from the minor sons of king Witiza. Other chronicles portray him as a rapist, who violated the daughter of Count Ilham of Ceuta, the keeper of the 'gates' of the Iberian Peninsula⁶.

The oldest Latin testimonies offered an alternative story. *Chronica Mozabica of 754* blamed the outcome on the treason committed by a faction of the Gothic army, who switched sides during the battle⁷. What matters here is that the loss of power by the Visigoths was caused by treason or to the faulty behaviour of some prominent figures of the Visigothic elite. The «loss of Spain» became a failure of its rulers more than a merit of its conquerors.

First historiographical texts produced in Asturias by the end of the 8th century retrieved the topic of the Arab-Berber conquest followed along the same lines. Strongly affected by the previous historiographical tradition of placing the guilt of defeat with the Visigoths, and under the cultural influence of the Carolingians⁸, these texts hold a vision of the gothic era characterized by the negation of a continuity between the Gothic times and the Asturian kingdom⁹. An annalistic text I will name *List of Kings of 812* was written in the court of Alfonso II and constitutes an example of this view:

In era CCCa XLa VIIIa egressi sunt Goti de terra sua.
Era CCCa LXa Via ingressi sunt Ispaniam. Dominati sunt Ispaniam gens Gotorum annis
CCC LXXX III et de terra sua peruenerunt in Ispaniam per annos XVII.
Era DCC XL VIII expulsi sunt de regno suo.

⁵ See the current debate between historians such as García Sanjuan and Emílio González Ferrín.

⁶ Other historical factors that accounted for the fall of the Visigothic kings: multiple revolts led by different factions that ended up in dethronements (since Wamba (672) till 711 there were five great sublevations), which led to the association to the throne of the son of the king to maintain power, repression of aristocracy, persecution of minorities and runaway slaves.

⁷ Mommsen (ed., 1894, *Chronica Mozarabica*, 754, p. 352). Martin (1997, pp. 13-17) sees in this text a connection between the loss of Spain by the Visigoths and the political instability caused by different kings (Egica, Witiza, Rodericus).

⁸ Carolingian and pro-Carolingian texts also refer the end of the Gothic rulership of Iberian Peninsula. Texts such as *Chronologia regum gothorum*: Roderic reigned for 3 years. In this time, in the aera 752 [AD 714] the Sarracens were summoned because of the country's troubles, and they occupied the Spains, and seized the kingdom of the Goths, which hitherto they stubbornly possess in part. And they struggle with the Christians night and day, and the daily fight until God's predestination orders that they be cruelly expelled. The kings of the Goths perished. In total they add up to 304 years (...) In the aera (x) reigned Charles, king of the Franks and patricius of Rome. For the interpretation of this text see Martin (1997, pp. 17-19).

⁹ Escalona (2003, pp. 226-232). Other authors who treated this question hold a different view: Martin (1997, pp. 25-27) believes that the testament of Alfonso II already contains some proto-neogothic elements.

Era DCCa La Sarraceni Ispaniam obtinent. Antequam Domnus Pelagius regnaret
Sarraceni regnauerunt in Ispaniam annis Ve.

The end of the political domain of the Goths in the aftermath of the Arab-Berber conquest of Iberia is explicitly mentioned through the expression «*expulsi de regno suo*»¹⁰. The Asturian kingdom was thus portrayed as a completely new political reality. Its rulers were not bound to repeat their military or character failures.

However, roughly by the end of the 9th century, a new trend is set in motion in the court of Alfonso III, the Great. This ideological shift seems to have been linked to a waning of the Carolingian influence in the northwest of Spain, as well as to the migration to this region of groups of Mozarabic Christians, who until that time lived under the authority of the Caliph of Cordova. Some members of this minority were persecuted by the local authorities (Martyrs of Cordova) due to an increase in apocalyptic beliefs that contemplated the imminent coming of a new Messiah who would put an end to the Muslim rulership. During this conflictive period, Mozarabic communities began to revive the memory of a Gothic past¹¹. It is in this context of persecution and migration of Mozarabs to the Christian kingdoms of the north that three Asturian chronicles – *Chronica of Alfonso III* (two versions, *Rotensis* and *ad Sebastianum*), and *Chronica Albeldensia* – are written under the authority of Alfonso III. There, a biological and political continuity between the Visigoths and the Asturian kings is introduced for the first time.

The process of co-opting the Visigothic past begins with the «gothification» the founder of the kingdom of Asturias, known as Pelayo. Depending on the text, he is considered to be the son of a Gothic nobleman of royal birth persecuted by Witiza (some versions of *Albeldensia*¹² and *ad Sebastianum*¹³), the son of Veremundus, a nephew of King Rodrigo (other versions of *Albeldensia*)¹⁴, or a *Spatarius* of both Rodrigo and Witiza (*Rotensis*)¹⁵. Thus, and in spite of some small but visible differences, all three chronicles written during the reign of

¹⁰ As Bautista (2009, p. 129) has pointed out, the same text explains that the Visigoths are not originally from the Iberian Peninsula. In that sense they are not seen differently than other more recent conquerors.

¹¹ Escalona (2003, pp. 234-239).

¹² Gil Fernández (ed., 1985a, 33) «Ibique Fafilanem ducem Pelagii patrem, quem Egica rex illuc direxerat, quadam occasione uxoris fuste incapite percussit, unde post ad mortem peruenit. Et dum idem Uittizza regnum patris accepit, Pelagium filium Fafilanis, qui postea Sarracenis cum Astures reuellauit, ob causam patris quam prediximus, ab hurbe regia expulit» (Gotfried manuscript).

¹³ Gil Fernández (ed., 1985c, 8): «Pelagium filium quondam Faffilani ducis ex semine regio principem elegerunt».

¹⁴ Gil Fernández (ed., 1985a, XVa-1): «Pelagius filius Ueremudi nepus Ruderici regis Tutelani accepit regnum era DCCLVI» (only in ms. R).

¹⁵ Gil Fernández (ed., 1985b, 8): «Ipsa quoque prefecturam agente, Pelagius quidam, spatarius Uitizani et Ruderici regum...».

Alfonso III's reign converge in presenting Pelayo as a member of the Gothic elite¹⁶. Consequently, his presence in the Asturian territory and his elevation to kingship transform Asturias in the political continuation of the Gothic kingdom. At the same time, and through genealogical relationships, Pelayo was made a Goth, and so was Alfonso III, who due to the intricate system of transmission of power in the Asturian kingdom¹⁷ was not his direct descendent. However, he was being cognatically linked to Pelayo's daughter's husband, Alfonso I, who seems not to have been an Asturian by birth.

The aforementioned Asturian chronicles conceded a lot of attention to Alfonso I, the son-in-law of Pelayo and the brother of Fruela, a direct paternal ancestor of Alfonso III. All three chronicles praise the joint military prowess of the two siblings, and enumerate the lands and cities that they conquered. Simultaneously, they disclose their origins by making them the sons of a certain Peter. As Julio Escalona states,

Duke Peter was the missing indispensable link for making Alfonso III's dynasty the direct descendents of Kings Leovigild and Reccared, the most glorious references in their cherished Visigothic past. Therefore, concentrating the crucial eighth-century developments on Alfonso I can be seen as the central piece in a wider scheme aiming to devise a glorious past for Alfonso III, and legitimate his policies¹⁸.

So, according to *Albeldensia*, Peter is duke of Cantabria¹⁹, an aristocrat from another northern region. *Rotensis* transforms Peter of Cantabria into a duke with royal blood²⁰. And *ad Sebastianum* adds the cherry on top of the cake: Pedro of Cantabria's royal blood came from Visigothic kings²¹. His ancestors are named in this text: Leovigild and his son, Reccared and, therefore, Pedro is not directly linked to Witiza or Rodrigo, who had negative written traditions associated to them. Alfonso I (and, through his brother Fruela, also his great-great-great nephew, Alfonso III) becomes a descendant of the Gothic kings of old; and Asturias, from Pelayo on, is portrayed as the political uninterrupted continuation of the Visigothic kingdom. Neogothicism as a political ideology was officially born²².

¹⁶ According to Du Cange's dictionary, *spatharius* has the same meaning as *armiger*.

¹⁷ See Ferreira (2011, §44-49).

¹⁸ Escalona (2003, p. 255).

¹⁹ Gil Fernández (ed., 1985a, XV-3): «Iste [Alfonso I] Petri Cantabrie ducis filius fuit».

²⁰ Gil Fernández (ed., 1985b, 11): «Adefonsus filius Petri Cantabrorum ducis ex regni prosapiem Asturias aduenit».

²¹ Gil Fernández (ed., 1985c, 13): «Post Faffilani interitum Adefonsus successit in regnum, uir magne uirtutis filius Petri ducis, ex semine Leuegildi et Reccaredi regum progenitus».

²² On the topic of Neogothicism see, among others, the works of Martin (1997), Ladero Quesada (1993), Maravall (1997, pp. 299-326) Deswarte (2003); Bautista (2009), Le Morvan (2012; 2013).

Neogothicism: Specificities of an ideology

In the following centuries, Neogothicism went on being used by medieval Iberian historians as one of the preferred strategies for political legitimation of the ruling Leonese dynasty. In the late 11th century, political and military circumstances, such as the conquest of Toledo by Alfonso VI in 1085, allowed for a closer connection with the Visigothic past, a connection that transcended chronicles and can be seen in charters. In the *narratio* of a charter aiming at restoring the dioceses of Toledo issued in the following year, Alfonso VI mentions the conquest of the city while remembering his ancestors who once ruled it: «sicque inspirante Dei gratia exercitum contra istam urbem mobi, in qua olim progenitores mei regnaberunt potentissimi atque opulentissimi...»²³.

Although the charter does not explicitly mention the Goths, this reference to Alfonso VI ancestry can only point at them, given that the city was under Muslim control since the fall of Rodrigo until Alfonso conquered it back.

Chronicles written to praise Alfonso VI were also keen to establish more detailed genealogies. In the *Historia Legionensis (HL)*, written between 1120-1150 by a monk of San Pelayo's monastery located in the city of León, Alfonso VI, «ex illustri gotorum prosapia»²⁴, is the central axis of the narrative. The text begins by narrating the perils and obstacles faced by Alfonso until he united León, Castile and Galicia under his authority. At this point, the narrator decides to interrupt the events concerning Alfonso's biography and begins to detail both his paternal and maternal lineages.

The maternal side does not seem to be very problematic here. Using Asturian chronicles as sources, the writer of *Historia Legionensis* makes of Alfonso's mother Sancha, a descendant of Peter of Cantabria and Alfonso I, and through them, of Reccared²⁵. But how about Alfonso's father, Fernando? Fernando was not an Asturian by birth. He was actually the son of the king of Navarre, Sancho III the Great, and of the countess of Castile, Munia. Being a second son, he inherited his mother's property²⁶, becoming Count of Castile. His access to the throne of León is only made possible through his marriage to Sancha, the daughter of Alfonso V of León. Fernando's profile is very similar to Alfonso I's, who married the daughter of Pelayo, the first king of Asturias. Like Fernando's, his origins were not in Asturias and thus fell short of legitimacy to become a king.

²³ Gamba (1998, vol. II, doc. 86, p. 277).

²⁴ Pérez de Urbel (1952, ed., p. 119).

²⁵ For the genealogy of the kings of León in this text see Pérez de Urbel (1952, ed., pp. 136-177).

²⁶ See Ferreira (2014: §24).

To grant Fernando I the authority he lacked, a Gothic link is once again forged. The *Historia Legionensis* transforms Peter of Cantabria into an ancestor of the kings of Navarra²⁷. Thus, Alfonso VI inherits the royal catholic Gothic blood from both his maternal and paternal side. The biological connection between Alfonso and Reccared becomes visible through actions: by means of his personal conversion, Reccared placed the Visigothic kingdom under Roman Catholicism²⁸. Six centuries later, Alfonso VI ordered the abolition of the Iberian liturgical rite in favour of the Roman, which made him the Reccared of the 12th century.

Discontinuity reloaded: a Portuguese strategy of legitimation

Chronicles written in late 11th and 12th centuries considered that the Asturian-Leonese kings were descendants of a particular branch of Visigothic kingship. Neogothicism as an ideological discourse had achieved its goal.

Roughly at the same time, a new political power situated northwest in the Iberian Peninsula emerged that wanted nothing to do with Neogothic legitimacy. The «*Territorium Portucalensis*», a land roughly comprised between the rivers Minho and Mondego, was given to Teresa and her husband, count Henry of Burgundy, in the last years of the 11th century by her father, that was none other than Alfonso VI²⁹. In the first years of their rule, Henry and Teresa tried to expand the borders of the *territorium*, taking advantage of the political and military unrest that followed the death of Alfonso VI in 1109 and the rising to the throne of his daughter Urraca while at the same time holding the southern border. Count Henry died in 1112 in Astorga (today a province of León that was under his power). After Henry's death, Teresa continued to fight for the consolidation of her power over the territory, but by following a more diplomatic approach: for instance, she started to use the title of queen in her charters from 1117 onwards. Afonso Henriques, their son, pursued the path of autonomy, adopting the title of king and achieving important military victories against the Moorish Taifa Kingdoms of the South, and against the Leonese kings, Alfonso VII and Fernando II, until he was defeated by the latter in Badajoz (c. 1169).

The first Portuguese texts addressing the foundation of the new kingdom are a set of annals, whose complex textual tradition is not yet fully clear despite the efforts of the, scholars that have been drawn to their study³⁰. What seems to be evident enough is that by the end of the 12th century, this annalistic material had developed into a chronicle, known today as

²⁷ Pérez de Urbel (1952, ed., p. 178). For a detailed analysis of the implications of this connection see also Gomes (2017, pp. 259-261).

²⁸ See Thieulin-Pardo's (2012) essay on the functionality of ethical models and anti-models in the *Historia Legionensis*.

²⁹ For the biography of Teresa (and her husband) see Amaral/Barroca (2012).

³⁰ Among these are David (1947), Bautista (2009).

Chronicon Lusitanum (CL), at the monastery of Santa Cruz of Coimbra. Adopting a genealogical/dynastic structure and combining previous annalistic material with longer narrative segments, the text began with the Goths and ended with the narration of the siege of Santarem by the Almoravids in 1184.

Chronicon Lusitanum's vision of the Gothic past is antagonistic to the one affirmed by the Asturian texts of Alfonso III's court and by the Leonese chronicles dating from the 12th century. It clearly advocates a rupture between the Visigothic rulership of Iberian Peninsula and the Asturian kingdom founded by Pelayo: «Antequam dominus Pelagius regnaret Sarracenis regnauerunt in Hispania annis V»³¹.

This passage comes from a text that had been rejected by the historiographic tradition founded in Asturias during the reign of Alfonso III, i.e., the *List of Asturian Kings of 812*, written in the court of Alfonso II, which denied the existence of a continuity between the Goth kings and the Asturian rulers. In line with that text, the *Chronicon Lusitanum* presents the Asturian monarchy as a new political entity with no link to a Gothic past, nor to the authority or legitimation bestowed by it. However, what could be the meaning and function of adopting an antigothicist discourse in the newly founded kingdom of Portugal? For one, I do not think that the integration of elements from the *List of Alfonso II* in the *Chronicon Lusitanum* meant that those who were composing it lacked access to texts offering an alternative or even contrasting view of this matter. In fact, they knew and used other historical narratives written in Asturias, such as *Chronica Albeldensia*. As I have previously mentioned, this chronicle stipulates a continuity between the Visigothic and Asturian kingdoms. Accepting the cut between these two political entities proposed by the *List of Asturian Kings of 812* can thus be understood as a deliberate choice made by the authors of *Chronicon Lusitanum*.

This hypothesis becomes stronger if one takes into account the use of discontinuity in other segments of *Chronicon Lusitanum*. In fact, the severed connection between Asturians and Visigoths is just one of many cuts with the past featured in this text. This corroborates the idea that breaking the link with the Visigoths in this Portuguese text does not come merely from copying a source that contained that information. It rather constitutes a well-designed strategy aimed at fatally wounding the political legitimation of the Leonese dynasty as Asturian-Leonese historiographers had conceived it in previous centuries. The following example is remarkably illustrative of the purpose through which *Chronicon Lusitanum* brings in discontinuity as a legitimation strategy.

After referring the death of Alfonso VI, the text introduces information about the conquest of Sintra by Henry of Burgundy: «Era 1147 tertio cal iullii obiit rex d adefonsus regis

³¹ Brandão (1632, f. 271v).

ferndinandi filius. Era 1147 mense iulio capta fuit sintra a comite d. henrico, genero alfonsi regis marito filiae suae regina dona tarasie»³².

This is an interesting segment because of what it reveals and what it hides. The text clearly implies that despite the death of Alfonso VI, the war effort against the Muslims was still going on, and was effectively lead by Henry. At the same time, the text does not make any reference to the succession of Alfonso VI by his daughter Urraca, a kind of information expected in a text with a dynastic/genealogical structure. As a result of this omission, and while evoking the death of Alfonso VI without mentioning his successor in León, the text casts Henry as the sole authority and military leader in the western part of the Iberian Peninsula. In this case, it is Henry's military prowess that enables him to hold the land without having to place it under the authority of the kings of León.

Hence, *Chronicon Lusitanum* uses discontinuity to bestow political authority over the territory of Portugal upon the new dynasty. The underlying ethical lesson is that the land belongs to those able to conquer and protect it. In the past, the guardians might have been the Visigoths or the Kings of León, but the access to political sovereignty was not dependent (or at least not entirely) on a biological legacy. By discarding Pelayo's Visigothic ancestry, the *Chronicon Lusitanum* moves him closer to Henry of Burgundy, who in turn becomes the last link in a chain of successful military leaders that rule by their own virtue and not by having a remarkable origin.

Bibliography:

- Amaral, Luís Carlos & Mário Jorge Barroca (2012), *A condessa-rainha: Teresa*, (Coleção Rainhas de Portugal), Lisboa, Círculo de Leitores.
- Auerbach, Erich (1952), «Typological Symbolism in Medieval Literature», *Yale French Studies*, 9 - *Symbol and Symbolism*, pp. 3-10.
- Bautista, Francisco (2009), «Breve historiografía: Listas regias y Anales en la Península Ibérica (siglos VII-XII)», *Talia dixit*, 4, pp. 113-190.
- Brandão, António (ed. 1632), «Chronicon Lusitanum», in *Monarquia Lusitana*, vol. III, Lisboa, ff. 271r-277r.
- David, Pierre (1947), «Annales Portucalensis Veteres», in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du Vie au Xlle siècle*, Lisboa, Portugália Editora, pp. 258-340.
- Deswarte, Thomas (2003), *De la destruction a la restauration: l'idéologie du royaume d'Oviedo-Leon (VIIIe-Xle siecles)*, Brepols, Turnhout.
- Du Cange et al., *Glossarium mediæ et infimæ latinitatis*. URL: <http://ducange.enc.sorbonne.fr/>.

³² Brandão (1632, f. 272v).

- Escalona, Julio (2003), «Family Memories. Inventing Alfonso I of Asturias», in Afonso, Isabel/Kennedy, Hugh/Escalona, Julio (ed.), *Building legitimacy. Political discourses and forms of legitimation in medieval societies*, Leiden/Boston, Brill, pp. 223-262.
- Ferreira, Maria do Rosário (2011), «Entre conselho e incesto: a irmã do rei», *e-Spania* [En ligne], 12. Disponível em: <http://espania.revues.org/20879>. DOI: 10.4000/e-spania.20879.
- Ferreira, Maria do Rosário (2014), «La reine est morte: la succession politique des filles de roi aux XIe et XIIe siècles», *e-Spania* [En ligne], 17. Disponível em: <http://e-spania.revues.org/23433>. DOI: 10.4000/espania.23433.
- Gambra, Andrés (1998), *Cancilleria, Curia e Império Diplomático de Afonso VI*, 2. vols., León, Centro de Estudios San Isidoro.
- Gil Fernández, Juan; José Luis Moralejo & Juan Ignacio Ruiz de la Peña Solar (ed. e trad., 1985a), «Chronica albeldensia», in *Crónicas asturianas*, Universidad de Oviedo. URL: <http://humanidades.cchs.csic.es/ih/paginas/fmh/albeldensia.htm>.
- Gil Fernández, Juan; José Luis Moralejo & Juan Ignacio Ruiz de la Peña Solar (ed. e trad., 1985b), «Chronica Rotensis», in *Crónicas asturianas*, Universidad de Oviedo. URL: <http://humanidades.cchs.csic.es/ih/paginas/fmh/>.
- Gil Fernández, Juan; José Luis Moralejo & Juan Ignacio Ruiz de la Peña Solar (ed. e trad., 1985c), «Chronica ad Sebastianum», in *Crónicas asturianas*, Universidad de Oviedo. URL: <http://humanidades.cchs.csic.es/ih/paginas/fmh/>.
- Gomes, Joana (2017), *O rei na escrita. As múltiplas faces de Afonso VI (sécs. XI-XII)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/110769/2/251402.pdf>.
- Ladero Quesada, Miguel Angel (1993), «Neogoticismus», in *Lexikon des Mittelalters*, vol. 6, Artemis, Munchen & Zurich.
- Le Morvan, Gaëlle (2012), «Reinos e imperio: la *Historia Legionensis* (llamada *Silensis*) y la reivindicación leonesa de la herencia visigótica», *e-Spania* [En Ligne], 14. Disponível em: <http://e-spania.revues.org/21681>, [consultado a 30/5/2019]. DOI: 10.4000/e-spania.21681.
- Le Morvan, Gaëlle (2013), *Le mythe néo-wisigothique dans la culture historique de l'Espagne médiévale (XIIe-XIIIe siècles)*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Sorbonne (Paris 4). Disponível em: <https://www.theses.fr/2013PA040142>.
- Maravall, José Antonio (1997), *El concepto de España en la Edad Media*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales (1st. ed. 1954).
- Martin, George (1997), «Un récit (La chute du royaume wisigothique dans la historiographie chrétienne des VIIIe et IXe siècles)», *Historiographie, geste, romancero*, Annexes des *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, 11, Paris, pp. 11-42 (1st published as «La chute du royaume wisigothique dans la historiographie chrétienne des VIIIe et IXe

- siècles. Semiologie socio-historique», *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, 9, 1984, pp. 198-114).
- Mommsen, Theodor (ed., 1894), *Historia vandalorum suevorum visigothorum*, in *Monumenta Germaniae Historica, Auctores antiquissimi, t. XI, Chronicorum Minorum saec. V, VI, VII, Vol. II*, Berlin.
- Pérez de Urbel, Justo & Atilano Ruiz-Zorrilla González (ed. 1959), *Historia Silense*, Madrid, CSIC.
- Redondo, Augustin (1988), «Légendes généalogiques et parentés fictives en Espagne, au siècle d'or», in Redondo, Augustin (org.), *Les parentés fictives en Espagne (XVI e -XVII e siècles)*, Paris, Sorbonne, pp. 15-35.
- Spiegel, Gabrielle (1997), «Genealogy: Form and Function in Medieval Historiography», in *The Past as Text: the theory and practice of medieval historiography*, Baltimore and London, Johns Hopkins University Press, pp. 99-111.
- Teillet, Suzanne (1984), *Des goths à la nation gothique. Les origines de l'idée de nation en Occident du Ve au VIIe siècle*, Paris, Les Belles Lettres.
- Thieulin-Pardo, Hélène (2012), «Modelos y contramodelos en la Historia Legionensis (Historia Silensis)», *e-Spania* [En Ligne], 14. Disponible em: <http://e-spania.revues.org/21817>, [consultado a 11/10/2013]. DOI: 10.4000/e-spania.21817.

Autor:

Mariana Leite

mariana0leite@gmail.com

Título:

Mutações do Império: sobre as facetas de Troia na obra e legado de Pedro de Barcelos

Resumo:

Na obra historiográfica de D. Pedro Afonso, conde de Barcelos, reserva-se um espaço importante para narrativas de pendor universal. Com efeito, tanto no seu *Livro de Linhagens* como na sua *Crónica de 1344*, começa por apresentar-se uma história do mundo desde a criação até ao presente da escrita, expondo paralelamente a história sagrada e a profana, o que de resto é prática corrente na escrita historiográfica medieval. O Conde, no entanto, inova ao dar tão pouco destaque a um dos temas basilares da historiografia e literatura europeias da época: a história da guerra e destruição de Troia.

No presente artigo, inquirimos as manifestações de matéria troiana na obra de D. Pedro, procurando averiguar como é que estas se articulam com a mundividência política e ética do Conde.

Palavras-chave:

Pedro de Barcelos; *Livro de Linhagens*; *Crónica de 1344*; historiografia universal medieval; matéria troiana.

Abstract:

The historiography produced by Pedro Afonso, Count of Barcelos, reserves an important space for universal history. Both his *Livro de Linhagens* and his *Crónica de 1344* begin, indeed, with a presentation of the history of the world from the Creation to the present moment, presenting sacred and pagan history side-by-side, as it was common in medieval chronicles. Yet, the Count innovates by giving very little attention to one of the elemental subjects of European historiography and literature of his time: the history of the war and destruction of Troy.

In the present article, I enquire the manifestations of Trojan matter in Pedro of Barcelos' work in order to ascertain how these manifestations agree with the Count's political and ethical worldview.

Keywords:

Pedro de Barcelos; *Livro de Linhagens*; *Crónica de 1344*; medieval universal historiography; Trojan matter.

Plano:

Troia no Livro de Linhagens

Troia na Crónica de 1344

Conclusões

Como citar este artigo:

Mariana Leite, «Mutações do Império: sobre as facetas de Troia na obra e legado de Pedro de Barcelos», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº 3, 2018, pp. 37-55. DOI: 10.21747/21839301/gua3a2

MUTAÇÕES DO IMPÉRIO: SOBRE AS FACETAS DE TROIA NA OBRA E LEGADO DE PEDRO DE BARCELOS¹

Mariana Leite
SMELPS/ IF / FCT – Projeto MELE
Universidade do Porto

Ainda que sendo, a par da *Bíblia* e da história de Alexandre Magno², uma das matérias mais difundidas ao longo da Idade Média europeia, a história de Troia está surpreendentemente ausente da literatura portuguesa medieval. Tal ausência torna-se mais notória quando se compara o caso português com Castela – onde, desde o *Libro de Alexandre*³, o gosto pela matéria troiana se encontra suficientemente registado – ou, ainda mais, com os meios galegos, onde a circulação de histórias troianas em galego-português⁴ desde o século XIV⁵ corrobora o interesse pelo tema. Reveste-se, por isso, de maior interesse o facto de a obra de Pedro de Barcelos ser uma das raríssimas ocasiões onde, no Portugal trecentista, se menciona a história de Troia.

Com efeito, quer no *Livro de Linhagens* (LL)⁶, quer na *Crónica de 1344* (Cr1344)⁷, encontramos alusões aos feitos troianos que revelam um conhecimento da matéria. No

¹ Este trabalho foi elaborado no âmbito do projecto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² Vejam-se os estudos compilados por Gaullier-Baugassas (2014).

³ Casas Rigall (2014). Sobre a datação e eventuais destinatários do *Libro de Alexandre*, ver Arizaleta (1999, pp. 259-260).

⁴ «Posiblemente a finales del siglo XIII o principio del XIV se tradujo al portugués (menos probablemente al gallego) el *Roman de Troie* (Constans, ed., 1904-1912), escrito por Benoît de Sainte-Maure entre 1155 y 1165» (Lorenzo, 2002, p. 108). Sugere-se assim que o texto francês possa ter sido traduzido, juntamente com os diversos romances arturianos franceses que chegaram a Portugal, «a través del *Camino de Santiago* o de la corte portuguesa» de Afonso III» (Lorenzo, 2002, p. 107).

⁵ Considera-se aqui não só a já referida *Crónica Troiana* (Lorenzo, ed., 1985) mas também a *Historia Troyana* polimétrica (Parker, 1975; Lorenzo, 1982; Pichel Gotérrez, 2013) e, ainda, a tradução galega da *General Estoria* (Martínez Lopez, 1963; Lorenzo e Couceiro, 1999). A este respeito, veja-se Lorenzo (2002) e Pichel Gotérrez (2012).

⁶ Editado por Mattoso (ed., 1980).

⁷ As edições de Cintra (ed., 1951-1990), Catalán & Andrés (ed., 1971) e Vindel (ed., 2016) são as mais pertinentes para este trabalho.

entanto, ao analisar estas passagens “troianas” da obra de D. Pedro, é necessário acutelarmo-nos no que respeita quer à complexa história de transmissão manuscrita dos textos, quer às peculiaridades das estratégias de exposição da matéria adotadas pelo Conde⁸. Sobre o primeiro aspeto, assinalamos que não só não existem testemunhos coevos dos escritos historiográficos de Pedro de Barcelos, como as versões que nos chegaram – tanto da crónica como do nobiliário – foram objeto de diversas reformulações que, como veremos para a *Cr1344*, afetam grandemente as secções sobre história antiga que aqui cabe avaliar.

Apesar de o texto que nos chegou de *LL* ter sido alvo de várias alterações posteriores à morte do Conde, estas concentram-se sobretudo na reescrita da história de determinadas linhagens⁹, nada indicando que tenham afetado os capítulos iniciais – sobre história antiga – onde surgem as alusões a Troia. Tal ponto de partida permite, como veremos melhor adiante, que se leia a matéria troiana apresentada no *LL* como mais próxima dos propósitos historiográficos de Pedro de Barcelos.

Por seu lado, a *Crónica de 1344* sofreu uma profunda reformulação *circa* 1400¹⁰, tendo assim circulado duas versões que foram, desde muito cedo, recebidas e traduzidas em meios castelhanos¹¹. Ocorre que o testemunho, já do século XV, que apresenta um texto mais próximo da redação do Conde seja uma tradução para Castelhano – o manuscrito da Biblioteca Universitária de Salamanca 2656, ou *M*¹². O mais completo e mais antigo testemunho português sobrevivente, datado do início do

⁸ Em lugar da linearidade, é uma estrutura de tipo tridimensional que «a Crónica do Conde parece projetar, fazendo convergir as suas circunvoluções – espiras temporais mais ou menos fragmentadas, mais ou menos compósitas, mais ou menos densas – no centro do vórtice: a batalha de Tarifa» (Ferreira, 2016, p. 29). Esta estratégia, que se torna particularmente notória na secção inicial da *CR1344* (54 primeiros fólhos de *M*), colide com a exposição diegética linear típica dos textos historiográficos de natureza cronística. Conferindo a esta obra de D. Pedro uma estrutura complexa que dificulta a compreensão e interpretação do texto, a exposição não linear das matérias será, pelo menos em parte, responsável pela profunda reformulação sofrida pela crónica, e de que se falará adiante. Além do artigo citado, o tema é também explorado em Miranda & Ferreira (2015).

⁹ Mattoso (ed., 1980, pp. 40-50).

¹⁰ As alterações fundamentais sofridas pela secção inicial da *Cr1344* em consequência desta reformulação foram estudadas na introdução à edição por Cintra (ed., 1951, pp. XXXIX-XL) e em Catalán (1962), sendo posteriormente exploradas em maior detalhe pela crítica, como veremos abaixo. Para uma perspetiva recente da difusão manuscrita da obra, ver Moreira & Askins (2015, pp. 64-79).

¹¹ Este fenómeno é documentado pelos testemunhos castelhanos da 2ª redação da *Cr1344* que baseiam a edição de Ferreira *et al.* (ed., 2015), preparada no âmbito do projeto «Pedro de Barcelos e a monarquia castelhano-leonesa. Edição e estudo da secção final da *Crónica de 1344* (XPL/CPC-ELT/1300/2013)». Ver, em particular, Ferreira (2015).

¹² Este manuscrito é a base da edição da secção inicial da crónica (profundamente alterada pela reformulação de c. 1400) elaborada por Catalán e André (1971). Além deste testemunho, existe ainda um fragmento preservado na Biblioteca del Escorial – Escorial &-II-1, ou *E*. A secção de *M* que contém a história da Bretanha foi editada por Bautista (2013), a que recorremos aqui. O mesmo investigador apresenta algumas transcrições da matéria de França em Bautista (2016), mas infelizmente estas não incluem elementos pertinentes para este estudo. Uma edição integral deste manuscrito foi realizada no âmbito da tese de doutoramento de Vindel (ed., 2016).

século XV, chega-nos através do manuscrito da Academia das Ciências de Lisboa 1 Azul, ou *L*¹³, e representa o texto da dita reformulação de *circa* 1400, como nos indica o seu editor.

A nova redacção substituiu quase inteiramente a secção inicial da *Cr1344*, cuja estrutura expositiva não se compaginava com a disposição cronológica típica da escrita cronística, por um texto que proporciona uma exposição adequadamente linear das matérias tratadas. O reformulador de *circa* 1400 encontra na *Estoria de España (EE)* de Afonso X¹⁴ uma fonte que lhe permite simplificar a estrutura expositiva da versão original da *Cr1344*, e eliminando ou complementando diversas matérias com novos elementos. Este processo tocou profundamente a porção de matéria dedicada à história antiga, na qual se inclui a matéria troiana, que é tratada de forma muito distinta nas duas versões referidas, a de 1344 (representada em *M*) e a de 1400 (representada em *L*).

A partir destas considerações, podemos então partir com maior conhecimento de causa para a leitura das matérias antigas – mormente, da matéria troiana – na obra do Conde. Antes de o fazer, contudo, é importante assinalar que além das questões atinentes à transmissão manuscrita, deve ser tomada em linha de conta a problemática das fontes¹⁵. De facto, e sobretudo para a matéria antiga, foram identificadas algumas das fontes principais de D. Pedro, sendo que, como veremos, nem sempre é possível determinar com segurança de onde se extraiu a matéria apresentada¹⁶. Tendo em conta a densidade da questão, apenas gostaríamos de destacar o papel do *Libro de las Generaciones (LG)*¹⁷, versão castelhana do *Liber Regum*¹⁸ – sobretudo para os primeiros

¹³ Na edição crítica, Cintra (ed., 1951, pp. DXL-DXLIV) revela como estabelece o texto a partir de *L* corrigindo com outros testemunhos. Pedrosa (ed., 2012), apresenta uma transcrição de *L* até ao fólio 113.

¹⁴ Ainda assim, esta versão da obra castelhana tende a abreviar muita da matéria antiga presente na *Estoria de España*, nomeadamente no que respeita a história dos impérios, o que poderá ter implicações ideológicas: «Verifica-se que nalguns pontos onde antes a *Estoria de Espanna* se expandia em amplificações e pormenores, a *Crónica de 1344* [versão 1400] vai usar a ferramenta retórica oposta, a *abbreviatio* que chega mesmo, por vezes, à omissão completa de passagens. Na história mais antiga, o ponto onde essa atividade «censória» é mais marcada será na narrativa da história Romana (...) que no texto português da segunda redacção se encontra sobremaneira resumida pois esta crónica limita-se a manter alguns relatos (...) mencionados porque tiveram lugar em solo Peninsular, mesmo se entre estrangeiros, omitindo (...) a admiração [de Afonso X] por Júlio César e as alusões a sinais premonitórios ligados ao futuro do Império». Dias (1999, p. 157).

¹⁵ Para algumas das fontes do *LL*, ver Mattoso (1977, pp. 21-86). Na sua análise ao prólogo do nobiliário, também Ferreira (2012, pp. 93-122), reconsidera as fontes de D. Pedro.

¹⁶ Além dos estudos já desenvolvidos por Cintra (1950); (1951), Catalán, (1962), e Catalán & Andrés (ed., 1971), também Miranda (2010a, pp. 53-80) e Moreira (2010, pp. 33-51) elencam as obras que estariam em circulação em Portugal antes da atividade historiográfica do Conde. Para o *Liber regum*, ver Miranda (2010b).

¹⁷ Já explorado por Catalán (1962) e apresentado em Catalán & Andrés (ed., 1971, pp. 218-337).

¹⁸ Serrano & Sanz (ed., 1919, pp. 192-220).

títulos do *LL*¹⁹ –, da *EE* – interessando aqui especialmente, como já foi indicado, o seu uso para a reformulação de 1400 da crónica –, e os *Cânones crónicos* de Eusébio e Jerónimo – que sustentam grandemente os elencos cronológicos do início da *Cr1344* na versão testemunhada por *M*²⁰. Também nesta versão da crónica há, ainda, um claro aproveitamento da *General Estoria* alfonsina para, pelo menos, a história de Hércules²¹. Deixaremos fora de consideração, porque não afetam a matéria clássica, outras obras como a *Crónica de Castela*²² ou a tradução da crónica árabe do século X composta por al-Rāzī, a chamada *Crónica do Mouro Rasis*²³. Com estas considerações em mente, e tomando todas as precauções no que respeita quer a transmissão textual, quer o uso de fontes, vejamos então o que surge sobre Troia na obra do Conde.

Troia no *Livro de Linhagens*

No título II do *LL*, após resumir a matéria bíblica, o conde de Barcelos apresenta a história pagã a partir de Troia, que desemboca em Roma e dará origem tanto aos imperadores germânicos, como ao rei Artur e aos reis francos. A fonte é o *LG*²⁴ e, de facto, o texto português segue com bastante fidelidade a sua fonte castelhana²⁵. Contudo, além uma pequena interpolação a propósito de outras fontes mais detalhadas

¹⁹ Já explorado desde Cintra (1950, pp. 27-40), e debatido na introdução à edição (Cintra, ed., 1951, vol. I). Veja-se também Catalán (1962, pp. 357-408). Ver ainda Bautista (2010) e Ferreira (2011). Sobre a matéria troiana no *LG*, ver Bautista (2016a, pp. 27-43).

²⁰ De facto, Catalán & Andrés (1971) assinalam sistematicamente os *Cânones* desde o início do manuscrito até ao elenco dos reis ibéricos a partir de Rodrigo (texto que surge após uma grande lacuna), com exceção para, precisamente, a listagem dos reis de Troia.

²¹ Conforme já intuíram Catalán & Andrés (ed., 1971, p. 17) e é amplamente justificado por Miranda (2015, pp. 209-224).

²² O tema, já inquirido quer por Cintra (1951), quer por Catalán (1962, pp. 305-306), foi alvo de investigação detalhada por Dias (2003); (2007) e (2016).

²³ Tanto Cintra (ed., 1951, pp. XXXI-XVIII) como Catalán & Andrés (ed., 1971, pp. LXII-LXVIII) assinalam a relação entre *Cr1344* e a *Crónica do Mouro Rasis*. Na edição a este último texto, Catalán *et al.* (ed., 1975, pp. XVII-XIX) volta a abordar a questão. Ver também Rei (2002); *idem* (2016, pp. 73-80); Gomes (2017, pp. 52-75).

²⁴ Embora Catalán & Andrés (ed., 1971, pp. 241-243) apresentem uma versão de *LG* para estabelecer a comparação entre este e *LL*, verifica-se que a versão utilizada pelos editores não é a mais próxima da que subjaz o texto português. De facto, em passagens como a descrição da destruição de Troia por Jasão ou nas titulações, encontramos divergências ausentes de outros testemunhos do *LG* por nós consultados. Na impossibilidade de aceder, em tempo útil, à edição de Ferrándis (ed., 1968), consultámos o manuscrito BNE 1614, que apresenta lições muito mais próximas de *LL* e poderá ser uma versão semelhante à consultada pelos redatores do nobiliário. Citamos, no entanto, a edição de Catalán & Andrés (ed., 1971) sempre que esta não colide com o manuscrito.

²⁵ Não se trata, porém, de uma mera tradução, pois «O Conde de Barcelos revela-se um continuador extravagante do *Liber regum*, subordinando-o a objectivos que transcendem em muito uma intencionalidade política e contextual, e enquadrando os princípios estruturantes dessa sua fonte numa armadura ideológica que os formata e os transporta muito para além do espaço e do tempo de acção reais» (Ferreira, 2010).

sobre a guerra de Troia propriamente dita, a que nos referiremos de seguida, nota-se no *LL* a tendência para condensar e reorganizar a matéria²⁶, inclusivamente no que respeita às titulações²⁷.

Com efeito, o nobiliário apresenta como primeiro subtítulo do título II «De rei Dradanus, primeiro rei que pobrou a Troia e dos que apos ele assocederam», fundindo à sua sombra a matéria dos subtítulos de *LG* «De Troya» e «Del rrey Lenicadon». Pouco adiante, cria o subtítulo «D’El Rei Priamo e dos filhos que houve», cujo conteúdo corresponde, em *LG*, ao do final do subtítulo «Del rrey Lenicadon»²⁸. Segue-se o subtítulo «De Eneias», retomando assim a correspondência entre *LL* e *LG*.

Por outro lado, em momentos precisos, o *LL* acrescenta informação não proveniente da fonte principal²⁹. Após a destruição de Troia por Jasão, o *LG* descreve do seguinte modo a chegada de Páris à Grécia para raptar Helena:

Paris fo a Greçia e leuo xxii nabes e cccc^{os}caueros bien goarnidos. Auia vn temple en Greçia, e por aventura en aquel temple hera aplegada toda la gent de la tierra. E hera y vna dueyña que dezian Elena, que hera la mas gentil muger de la tierra et hera muller del rrey Menelaus, del hermano de Gamelon (Catalán & Andrés, ed., 1971, p. 242)³⁰.

O texto do Conde, por seu lado, apresenta mais detalhes:

E Paris foi a Grecia e levou XXII naos e duzentos cavaleiros e grandes gentes de pee, e assi veo a Grecia. E entom havia per ventuira que era i ajuntada toda a gente da terra *a ùa festa que i faziam*, e era i Elena, a molher de rei Menelaus, irmãa de Gamenom, que era a mais fremosa dona de toda a terra (Mattoso, ed., 1980, p. 73; sublinhado nosso).

Ao especificar que a destruição do templo, captura dos gregos e rapto de Helena subsequentes ocorre num momento da «festa que i faziam», o texto português sublinha

²⁶ É o caso da enumeração dos filhos de Príamo. O *LG* (ms. BNE 1614, fl. 10rI; Catalán & Andrés, ed., 1971, p. 241) começa por indicar que são quatro, mas o texto logo se contradiz. *LL* corrige este erro e acrescenta determinantes artigos e numerais ordenais antes do nome de cada um dos filhos do rei: «Ûu houve nome Eitor e outro Paris e o terceiro Troillos e o quarto Deifebus e o quinto Elenus» (Mattoso, 1980, p. 73). O testemunho editado por Ferrándiz (ed., 1968, p. 26) corrige tornando Heleno num conselheiro de Príamo.

²⁷ Mattoso (ed., 1980, pp. 73-75).

²⁸ O testemunho de *LG* utilizado por Catalán & Andrés (ed., 1971, p. 241) para estabelecer a comparação com *LL* inclui ainda um subtítulo, «De Priamo», que não surge nem em Ferrándiz (ed., 1968, pp. 26-28) nem no ms. 1614.

²⁹ Tendo em conta as considerações Ferreira (2010), acima citadas, sobre a utilização do *Liber Regum* por Pedro de Barcelos, esta estratégia compositiva não será de desprezar.

³⁰ Nesta passagem específica, a versão apresentada por Ferrándiz (ed., 1968), Catalán & Andrés (ed., 1971) e BNE1614, fl. 10rII, correspondem.

o pecado subjacente ao ato de retaliação troiano, manchado pelo ataque em período de tréguas e de culto religioso.

Finalmente, a passagem mais polémica desta secção encontra-se no relato da destruição de Troia e da fuga de Eneias. No *LG* pode ler-se:

e ouo y grandes faziendas fieras e muytas cauerias. A cauo de x ayños fo tomada³¹ la çiuda por grant gent e por alezas de traytion que y fo feyta (Catalán & Andrés, ed., 1971, p. 243).

Em *LL*, que segue aqui com grande fidelidade a sua fonte, encontra-se:

e houve i grandes fazendas e mortas grandes cavalarias, *assi como fala na sa estorea*. E a cabo de dez annos, foi presa a cidade per gram arte e per grande engano de traiçom que i houve feita (Mattoso, ed., 1980, p. 73).

A referência a uma «estória» onde se poderiam recolher informações suplementares é o detalhe que mais tem intrigado os investigadores. Se Alfred Morel-Fatio sugerira que a «estória» poderia ser o texto latino de Guido delle Colonne³², a *Historia destructionis Trojae*³³, a crítica mais recente tende sobretudo a crer que se trataria de uma tradução para galego-português ou castelhano da obra de Benoît de Sainte-Maure³⁴. A partir das recentes propostas de José Carlos Miranda sobre o uso da *General Estoria* na *Cr1344*, não será também de descartar que a «estória» a que o Conde alude seja a secção troiana da obra alfonsina, quer como parte de um códice integral da II parte da *GE*, quer de forma mais autónoma mas associada à «estória unada» de Hércules³⁵.

³¹ Em BNE1614, fl. 10vII: fo p'sa. Excetuando esta divergência, as duas versões são, nesta passagem, idênticas.

³² Embora não descarte que também pudesse ser uma versão em vulgar. Morel-Fatio (1875, p. 84), *apud* García Martín (1998, p. 44).

³³ Trata-se na verdade de uma versão latina, completada em 1287, do *roman* de Benoît de Sainte-Maure, posteriormente traduzida para diversas línguas europeias, de entre as quais o castelhano e catalão. Ver Griffin (ed., 1936) e Brun (ed., 2019).

³⁴ Luís Krus sugere que seria difícil que D. Pedro «não conhecesse uma mais desenvolvida narrativa sobre a guerra de Troia, a qual poderia coincidir com alguma das mencionadas traduções de Bento de Sainte-Maure que circulavam por Castela, Galiza, ou, mesmo, Portugal: com efeito, ao referir o cerco final da urbe, Pedro Afonso, numa passagem que não consta do *Livro das Gerações* remete, consciente das lacunas da sua fonte, para a *estorea...*» (Krus, 1994, p. 144, n. 308). O debate em torno de qual seria a «estória» referida é apresentado com detalhe por García Martín (1998, pp. 43-45).

³⁵ A propósito da estratégia redacional alfonsina, Fernández-Ordóñez (1992, p. 32) assinala que «Con el fin de poder exponer de forma comprensible fechos complejos de excepcional importancia, rescatándolos así de entre la multitud de acontecimientos simultáneos, los redactores alfonsíes inventaron las estorias uñadas, unidades narrativas autónomas que, superando la fragmentación analística, concentran en un punto histórico todo el saber vinculado a un suceso o a un personaje para realzar estructuralmente su relevancia». Embora produzidas com as obras historiográficas onde se inserem em mente, estas «estórias unadas» terão sido redigidas de forma independente (ver sobretudo *idem*, 1992, p. 88). A propósito da *Historia Troyana* de Pedro I, Pichel-Gotérrez (2017, pp. 211-212) propõe

Troia na *Crónica de 1344*

Tendo em conta a profusão de matéria troiana que surge numa obra eminentemente genealógica, surpreende a sua escassez numa crónica. De facto, em ambas as versões da *Cr1344* (representadas por *M* e por *L*), a destruição da cidade frígia é praticamente omitida, dando-se muito mais destaque aos feitos de heróis gregos que tiveram grande influência em Espanha – como é o caso de Hércules – ou às linhagens régias europeias que reivindicavam uma origem troiana.

Em *M* verifica-se com clareza a estrutura circular que caracteriza a narração historiográfica de D. Pedro³⁶, expondo-se primeiramente uma visão panorâmica sobre o tema para, a seu tempo, retomar o assunto em detalhe num contexto mais conveniente. Entre os capítulos sobre história universal que iniciam a obra, encontramos apenas um brevíssimo – sobretudo se comparado com os capítulos que o rodeiam – apontamento troiano no capítulo XV:

De los rreyes de Frigida, que despues llamaron Troya. Agora queremos contar de los rreyes de Frigida, que despues llamaron Troya. El primo que començo a rreinar en Troya avia nombre Friges. E despues deste reino. E despues deste rreino Darno. E despues deste rreyno Darno. E despues deste rreyno Troz. E despues deste reino Dardano el segundo. E despues deste reino Laomendon. E despues deste reino Priamo. Aqui se acabaron los rreyes de Troya (Catalan & Andrés, ed., 1971, p. 20)³⁷.

As recentes propostas sobre a matéria ligada à pré-história da Hispânia, e muito particularmente à figura de Hércules³⁸, que preencheria a lacuna material do antígrafo de *M* que se deteta no fólho 10v desse manuscrito³⁹, levam a pôr a hipóteses de que nessa lacuna houvesse também referência a feitos troianos. De facto, se para o caso do grego Hércules «esse pequeno segmento textual está incluído numa sequência onde predomina a enumeração, tendo o propósito de antecipar uma narrativa que deveria surgir mais adiante – na espira seguinte, segundo cremos –, estabelecendo, assim, uma ligação entre esse primeiro nível enumerativo e o nível que se lhe deverá seguir», existindo «infelizmente uma lacuna nesse segundo nível (que nos priva) de saber qual o

que a fonte da obra petrística não seria directamente a *GE* mas antes «un proyecto coetáneo y complementario al propósito historiográfico y enciclopédico del Sabio, esto es, el perdido *Libro de Troya*, que transmitiría de manera autónoma e historiada una de las grandes «estorias unadas» integradas en la *General estoria* del Sabio». A existência deste *Livro de Troya* «autónomo e historiado» foi advogada por Rodríguez Porto (2012).

³⁶ Ferreira (2016).

³⁷ Tal como indicado em nota anterior, Catalán & Andrés (ed., 1971, p. 20) não conseguiram encontrar a fonte para a breve passagem dedicada aos reis troianos.

³⁸ Como sugere a frase que encerra o excuro sobre Hércules: «e este Ercules vivio çinquenta e dos años anssi commo adelante oyredes» (Catalán & Andrés, ed., 1971, p. 18)

³⁹ Ver sobre este assunto Ferreira (2016), Miranda (2015), Miranda & Ferreira (2015).

conteúdo»⁴⁰, então não será de descartar que constassem aí outros episódios situados num nível expositivo correspondente à mesma espira, como é o caso da história de Troia e de Roma. A ausência em *M* de um relato minimamente detalhado sobre a destruição de Troia e a sobrevivência de alguns dos descendentes de Príamo – Eneias ou Bruto – torna a introdução das matérias arturiana e carolíngia mais desligadas da sua fundamentação genealógica. Assim, dada a importância da matéria em causa, é surpreendente que, já na porção da crónica correspondente à última espira da exposição histórica, num episódio que não foi retido pela reformulação de c. 1400, após narrar a vida e morte de Artur, se mencione simplesmente que:

Aqui se acaba el linaje de los reyes de la Gran Bretaña que venieron de los reyes que fueron de Troya: primeramente del rey Ardanus que la poblo e del rey Priamo e de sus hijos, e de Bruto que poblo a Bretaña e de los que deçendieron e de Uterpadregon e del rey Artur de Bretaña su fijo, e de Costantin de Roma que fue primero quel rey Artur de Bretaña de grandes tienpos, e de Tavdelent fasta Cavadres. (Bautista, 2013, f. 192v).

Do mesmo modo, também volta a mencionar rapidamente, no capítulo seguinte, a ascendência dos reis de saxões, de onde se destaca, especialmente, Eduardo o Confessor:

despues de la muerte del rey Charles Maynes fueron estos de poco aca [*sic*] fueron estos que vienen de aquel linaje primero del rey Priamo e de Brutos e este rey que dezimos que acordamos que fuese primero de aquel tienpo aca fue Aduarte, e fue del linaje de los primeros reyes que venian del rey Priamo de Troya e del rey Brutos el que poblo a Bretaña. (Bautista, 2013, fl. 193r).

Também ao enunciar a linhagem dos Merovíngios, de onde descende Carlos Magno, se recorda a origem troiana, sem, contudo, haver mais detalhes sobre a sua história: «Ovo un rey en Francia que ovo nombre Moreveus e fue del linaje del rey Príamo de Troya»⁴¹.

Será, então, de considerar que haveria na *Cr1344* mais informação sobre a destruição da cidade oriental, apesar de, ao contrário do que acontece com Hércules, não haver qualquer tipo de remissão interna para uma narrativa mais longa?

Na versão reformulada de 1400, são ainda mais escassas as referências a Troia. Em primeiro lugar porque os capítulos que, na versão *M*, expõem elementos da história arturiana e carolíngia são omitidos⁴². Em segundo lugar, os capítulos iniciais da obra, onde se enumeram os impérios desde a criação, de entre os quais Troia, são substituídos

⁴⁰ Miranda (2015, p. 210).

⁴¹ Vindel (2016, p. 550). Esta passagem já não foi incluída na transcrição de Bautista, 2013.

⁴² A propósito do conhecimento de matéria arturiana por D. Pedro, veja-se Miranda (2013) e (2016, pp. 2013-2014); e Bautista (2013).

pelo texto da *Estória de Espanha*. No entanto, a substituição de texto efetuada não parece ser completamente avessa às sensibilidades do Conde⁴³. Na realidade, e sobretudo para a história do herói grego e mítico fundador de Espanha, a versão de 1400 interpola a própria *EE* com o que já estaria presente no original da crónica:

Mas o refundidor [de 1400] não abandonou inteiramente a matéria constante da Cr1344. Quando é narrada a intervenção de Hércules no espaço peninsular, detectam-se interpolações de apreciável dimensão e sem fonte conhecida, cuja proveniência se afigura ser a primitiva e abandonada crónica. Mesmo sabendo que estamos perante um texto inseguro, resultante da iniciativa de alguém que recusou o que fora escrito nesse ponto por iniciativa de Pedro de Barcelos, tais interpolações afinam de tal modo pelo que subsiste ainda da *Cr1344*, que cremos ser muito provável que provenham efectivamente desse primitivo texto (Miranda, 2015, p. 219)

Se na substituição da redação original por uma versão da história transmitida por *EE*⁴⁴ se verifica o cuidado de integrar alguns elementos prévios, tornando o texto reformulado mais compatível com o seu ponto de partida, talvez seja importante também considerar à luz desta sensibilidade a própria seleção de materiais. Na realidade, tal como ocorre em *M*, as alusões a Troia não deixam de ser esparsas, e em momento algum se detalha qualquer aspeto sobre a guerra e destruição de Troia.

No quarto capítulo da versão refundida, ao estabelecer as origens de todos os impérios, obtemos a informação de que de «Trogorma⁴⁵ veheron os Figianos e poseron nome aa terra que pobraron Frigia»⁴⁶. Mais adiante, a propósito da história dos fundadores da Alemanha, diz-se «despois que Troya foy destroida, sairon dhi dous irmãaos: hũu avia nome Priamo e o outro, Antono»⁴⁷. Finalmente, aquando da referência a Inglaterra, diz-se que «Bretanha pobrou Bruto que foy do linhagen dos de Troya»⁴⁸. Muito mais destaque terá, nos capítulos seguintes, um dos destruidores de Troia, Hércules. Com efeito, no capítulo V, recorda-se que foi o herói grego quem

destroyu Troya da primeira vez, ca elle foy o que primeiro entrou em ella per força e despois entrou aa batalha onde estava el rey Leomedon cõ sua gente e mathouho per sua mão, per que foy destroida Troya (Cintra, 1954, p. 18).

⁴³ O refundidor tem, aliás, o cuidado de preservar alguns elementos de carácter narrativo que eram específicos da *Crónica de 1344*, entre os quais o texto da chamada *Crónica do Mouro Rasis*.

⁴⁴ No entanto, as diferentes redações da *EE* não divergem significativamente no que respeita as narrativas chamadas à colação. Veja-se Ward (ed., 2016).

⁴⁵ Neto de Jafet, o filho de Noé que herda a Europa.

⁴⁶ Cintra (ed., 1951, p. 12).

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 13.

Sucedem-se os feitos de Hércules e dos seus descendentes, nomeadamente de Espan, seu sobrinho: deste, diz-se que «morreu XX ãnos despois que Troya foy destroyda da segunda vez»⁴⁹. Durante o relato das aventuras de Hércules pela península, recorda-se a fundação mítica de Lisboa, também esta relacionada com a guerra de Troia:

E dizem algũus que este logar foy pobrado despois que Troya foy destroyda a segunda vez e que a começou de pobrar hũu neto de Ulixes que avya esse meesmo nome Ulixes como o avoo (Cintra,ed., 1951, p. 22).

No capítulo XII, voltamos a encontrar a cidade frígia, num episódio que revela o orgulho e insensatez dos seus habitantes perante Rotas. Vimos a saber que este Rotas, rei que viera do Oriente, se instala «ẽ meo da Espanha mais que nem hũu outro» (Cintra, ed., 1951: 36), onde viria ser fundada Toledo. Rotas, no entanto, não deixa de ser um herói fundador, uma vez que domestica um dragão, vem a casar com a filha de um senhor da terra, Tarcos, e são os seus filhos os primeiros a construir as torres da cidade. Ao relatar a busca do rei por Sabedoria, diz-se que Rotas:

...chegou em Troya ante que fosse destroyda da prymeira vez. E vyo hi fazer grandes labores e muy nobres e começou de riir. E os que o assy viron riir pregontarõno por que riia. E elle lhes disse:

– Se os desta cidade soubessem o que lhes ha de acontecer cedo, nõ faryam tantos edifficios em ella.

E elles tomarõno e levarõno ante el rey Leomedon e elle preguntoulhe por que dissera aquellas pallavras. E Rotas disse que por dizer verdade, ca todas aquellas gentes avyam de passar per espada e os edificios per fogo. E, quando os Troyãaos ouvyrãno o que dezia, quyserõno matar. E el rey nõ quis, ca teve que ho dizia cõ sandice, pero mandouho meter ẽ ferros por veer se seerya verdade e mandou que o guardassen. E elle, temendosse da morte, soube fazer cousa com que adormecerom os que o guardava. E desy britou os ferros e foyse (Cintra, ed., 1951, p. 35).

Sobre a soberba troiana, cabe indicar a interpretação de Luís Krus a propósito da visão sobre Troia apresentada no nobiliário do Conde:

Neste mundo de aventura marítima, apresentado como partilhado por diversos senhores locais aliados entre si por laços familiares e de entre-ajuda guerreira, Tróia identifica a emergência de um território monárquico e dinástico em busca de hegemonia regional. O texto insiste, através de apontamentos sobre a toponímia da cidade, na estreita ligação existente entre a urbe e o poder dos seus reis (...) [nomeadamente] a fortaleza que, refeita por Príamo, o último dos senhores de Tróia, simbolizava a arrogância militar dos seus monarcas (Krus, 1994, pp. 144-145).

São também pertinentes as observações de José Carlos Miranda sobre a história de Hércules nas duas versões da *Cr1344*:

⁴⁹ *Ibidem*, p. 34.

Não sabemos como Pedro de Barcelos desenvolveu a narrativa nem verdadeiramente que dimensão lhe conferiu. Mas alguns aspectos presentes no relato da *Ref.1400* estão em tal consonância com a estratégia definida na *Cr1344* que dela poderão certamente provir. Entre esses aspectos, avulta a atribuição de um carácter fundador e libertador a Hércules que terá como consequência imediata uma consideração francamente negativa do seu principal oponente (Miranda, 2015, p. 220).

A manifestação de soberba que encontramos na história de Rotas tal como é apresentada na versão 1400 da *Cr1344* – e que, de resto, surge sem grande diferença na *EE* – em nada é incompatível com o que sobre Troia se diz quer no testemunho *M* da crónica de Pedro de Barcelos, quer no seu nobiliário. Podemos considerar, assim, que a visão negativa de Troia é compatível com o projeto historiográfico de D. Pedro. Se assim fosse, não haveria interesse, por parte do Conde, em dar mais destaque na sua obra ao relato da queda de Troia, o que pode levar a pensar que não constaria mais matéria troiana entre os fólios perdidos da versão da *Crónica de 1344* testemunhada pelo manuscrito *M*.

Conclusões

Tecer conclusões sobre textos de transmissão tão complexa não só é extremamente difícil como apresenta alguns perigos. Temos que ter em conta, em primeiro lugar, os terrenos pantanosos em que nos movemos quando tentamos avaliar os critérios de seleção de fontes subjacentes à redação de uma obra e as suas implicações no texto transmitido. No entanto, cremos que após uma reflexão adequadamente fundamentada sobre os dados apresentados, alguns elementos sobressaem.

Em primeiro lugar, será importante considerar a forma como os dois vetores da obra historiográfica do Conde se articulam entre si para compreender as presenças e ausências da história de Troia nos seus textos. Não deixa de ser notória a diferença entre o *LL* e a *Cr1344* no que respeita à explicação sobre a última queda da cidade. Ainda que sem pormenores que certamente constariam da «estória» a que alude, a narrativa que surge no *LL* apresenta os traços gerais que levaram ao conflito e à derrota troiana. Pelo contrário, estes estão ausentes em ambas as versões da *Cr1344*, provocando, como acima se referiu, uma desconexão entre a destruição de Troia e as matérias narrativas que se alimentam precisamente deste episódio fundacional, como a história dos reis britânicos ou franceses. Tal estratégia parece chocar com a ideia de que,

avaliando a crónica no seu conjunto, estamos perante uma construção que aponta para uma história universal, ou antes, para um esquema que pretende entender o poder imperial ou régio numa perspetiva global, antes de lançar raízes na terra

peninsular, que é o objeto privilegiado da sua abordagem (Miranda & Ferreira, 2015, p. 40).

De facto, como compreender que uma crónica de pendor universal praticamente omite a história de Troia? Cremos que os autores citados acima oferecem algumas pistas. Por um lado, recordando que «a *Crónica de 1344* (...) utiliza ou os materiais já compulsados no *Livro de Linhagens* ou este mesmo livro genealógico» (Miranda e Ferreira, 2015, p. 26), não será de desprezar que, de facto, houvesse pelo menos o reconhecimento da matéria troiana apresentada no *LL* por trás da redação da *Cr1344*. Por outro lado, e talvez mais relevantemente, assinalando que a obra do Conde poderá ter sido considerada como um tríptico⁵⁰, tornando a leitura de cada uma das suas manifestações indissociável das outras⁵¹ – ou seja, permitindo que um texto colmate as lacunas (intencionais) de outro. Neste sentido, Troia poderá representar, no *LL*, símbolo da soberba monárquica que visa a centralização do poder num império que atropela os laços senhoriais e o respeito pelas funções sociais e governativas de reis e nobres⁵². Já na *Cr1344*, Troia é sobretudo o império que antagoniza os heróis gregos que fundam a Espanha, servindo de espelho inverso das suas virtudes. O leitor da *Cr1344* estará provavelmente informado pela visão transmitida pelo *LL*.

Em segundo lugar, o Conde reconhece que é Troia que sustenta as reivindicações de legitimidade de diversos reinos europeus. É verdade que os seus objetivos historiográficos se centram na península, mas por diversas vezes nos deparamos com excursos significativos, como a matéria arturiana ou carolíngia, que à partida não estão intimamente relacionados com a história ibérica, mas se relacionam genealogicamente com as dinastias reais da Espanha. Tal poderá explicar-se porque, tanto para o *LL* como para a sua fonte, o *LG*,

esta matéria [de Bretanha], amplamente divulgada na península, fornecia um relato do passado ocidental alternativo e mais favorável à realeza e nobreza hispânicas que ocupavam na tradição da *translatio imperii* um lugar perfeitamente secundário (Carreto, 1999, p. 134).

⁵⁰ A obra do Conde abarcava, além da vertente historiográfica, a compilação trovadoresca designada por *Livro das Cantigas*.

⁵¹ «Vista desta forma, a *Crónica de 1344* corresponde ao elo final da obra do Conde, um homem que, de trovador e partícipe na sociedade do amor, se transforma no preservador das memórias dessa sociedade através da compilação dos testemunhos da sua atividade poético-musical; que, mais adiante, no intuito de fixar para a posteridade as linhagens constituintes da cerrada malha da sociedade cuja origem remonta à Vedra Lei, concebe um livro genealógico estruturalmente diverso de todos os intentos anteriores neste domínio; e que, finalmente, se acerca, na crónica, dos detentores do poder numa lógica em muito afim à do *Livro de Linhagens*, para fixar a história geral daquelas instituições de poder que existem porque os homens, desde os primeiros tempos, não souberam manter entre si “amor e amizade”» (Miranda & Ferreira, 2015, p. 41)

⁵² Krus (1994, pp. 143-146).

Neste sentido, se Troia é um império que fracassa pelo atropelo que os seus governantes fazem aos laços senhoriais, também é aquele que origina alternativas ao principal império que dele brota, Roma, redimindo-se então pelos seus descendentes mais longínquos – nomeadamente, os bretões. Compreender-se-á, assim, a inclusão – mesmo que superficial – de matéria troiana na obra de D. Pedro: esta, ainda que marcada pelo seu fracasso em corresponder aos ideais políticos do Conde, é a génese de modelos alternativos que favorecem, como bem assinala Carlos Carreto, uma nobreza e realeza periférica em relação ao poder imperial, por definição centralizado – quer em Troia, quer em Roma. Assim, ao referir a génese com parcimónia, exalta-se o ponto de chegada – como o mundo arturiano que, apesar das suas falhas, se organiza muito mais em conformidade com o ideal governativo de D. Pedro.

Num outro plano, a matéria de Troia exemplifica perfeitamente o conhecimento e manuseamento de fontes pelo conde de Barcelos. Se considerarmos que, para a história de Hércules, se recorreu à 2ª parte da *GE*, então é muito provável que D. Pedro conhecesse outras passagens dessa secção da magna obra alfonsina. Há que ter em conta que

a Estoria de Troya propiamente dicha, la incluida en el *Libro de Juizes* (caps. 437-621) de la segunda parte de la *General Estoria*, (...) se trata de una de las grandes historias unadas o cumplidas del escritorio alfonsí, análoga a la *Estoria de Ércoles* precedente (caps. 393-435) o a la *Estoria de Tebas* (caps. 218-318). (Pichel Gotérrez, 2016, p. 167).

Não parece então infundamentado admitir que a «estorea» para que se remete no *LL* seria a longa e detalhada «Estoria de Troia» presente na 2ª parte da *GE*. Conhecendo por essa via a matéria troiana, Pedro de Barcelos poderá ter decidido afastar-se dos *Cânones* de Eusébio e Jerónimo⁵³, optando por fazer, ele próprio, um brevíssimo apanhado cronológico sobre Troia no capítulo XV da sua *Cr1344* (versão testemunhada por *M*)⁵⁴. Tal estratégia revela a abordagem que o conde faz dos materiais de que dispõe.

Reconhecida, citada, a matéria de Troia é manobrada por D. Pedro de forma a coadunar-se com a sua visão da História – do passado e sobretudo do seu tempo. Ainda que seja a origem de reinos cuja estrutura governativa está muito mais em conformidade com o ideário do conde, Troia é o império que se opõe aos gregos, e principalmente o império enfrentado por Hércules. Talvez por isso Troia tenha sido condenada por D. Pedro a existir sobretudo à sombra do mítico fundador da Espanha.

⁵³ Os cânones indicam a causa da destruição de Troia, omitida por Pedro de Barcelos na *Cr1344*: «Alexander rapuit Helenam: et Trojanum bellum decennale surrexit. Causa belli malum, quod trium mulierum de pulchritudine certantium praemium fuit, una earum Helenam pastori judici pollicente.» (MPL, 27, pp. 317-318).

⁵⁴ «De los rreyes de Frigida, que despues llamaron Troya...», citado acima.

Bibliografia

Manuscritos e edições:

- Casas Rigall, Juan (ed., 2014), *Libro de Alexandre*, Madrid, Real Academia Española.
- Catalán, Diego & Maria Soledad Andrés (ed., 1971), *Edición crítica del texto español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid, Gredos.
- Catalán, Diego & Maria Soledad Andrés, Margarita Estarellas (ed., 1975), *Crónica del moro Rasis: versión del Aḥbār Mulūk al-'Andalus*, Madrid, Gredos.
- Cintra, Luís Lindley (ed., 1951-1990), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, Academia Portuguesa de História/Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Constans, Léopold (ed., 1904), *Benoît de Sainte-Maure, Le Roman de Troie*, Paris, Librairie de Firmin Didot.
- Ferrándiz Martínez, Josefa (1968), *Libro de las generaciones*, Valencia, Anubar.
- Ferreira, Maria do Rosário (ed., 2015), *De Afonso X a Afonso XI. Edição e estudo do texto castelhano dos reinados finais da 2ª redacção da Crónica de 1344*. Paris, SEMH-Sorbonne — CLEA (EA 4083) SEMH-Sorbonne — CLEA (EA 4083) (*Les Livres d'e-Spania* « Travaux en cours », 3). Disponível em <https://journals.openedition.org/e-spanialivres/698> [consultado a 31/07/2019]
- Griffin, Nathaniel Edward (ed., 1936), *Guido de Columnis, Historia destructionis Troiae*, (Medieval Academy Books, 26), Cambridge, Ed. N. E. Griffin.
- Libro de las Generaciones*, Biblioteca Nacional de España, ms. 1614, s. XIV. Reprodução disponível em <http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000121591>, [consultado a 20/07/2019].
- Lorenzo, Ramón (ed., 1985), *Crónica Troiana*, Corunha, Fundación Pedro Barrié.
- Lorenzo, Ramón (1982), «Correccións á edición da Historia Troyana de Parker», *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, 9, pp. 253-290.
- Lorenzo, Ramón & Xosé Luís Couceiro (1999), «Correccións á edición da General Estoria de Ramón Martínez López», in Álvarez, R., Vilavedra, D. (coord.), *Cinguidos por unha arela común. Homenaxe ó profesor Xesús Alonso Montero*, vol. I, Santiago de Compostela, Universidade, pp. 595-627; e in Couceiro, Xosé Luís et al. (coord.), *Homenaxe ó profesor Camilo Flores*, vol. II, Santiago de Compostela, Universidade, pp. 209-233.
- Martínez López, Ramón (ed., 1963), *General Estoria. Versión gallega del siglo XIV. Ms. O. i. I. del Escorial*, (*Publicaciones de Archivum*), Oviedo, Universidad de Oviedo, Facultad de Filosofía y Letras.
- Mattoso, José (ed., 1980), *Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, vol. II: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa.
- Migne, Jacques-Paul (ed., 1844-1855), «Eusebii Pamphili Canon Chronicus – Interprete S. Hieronymo», in *Patrologia Latina*, 27, Paris.

- Pedrosa, Marta (2012), *Reconstituição do ms. L da Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [relatório de mestrado].
- Parker, Kelvin (ed., 1975), *Historia Troyana*, Santiago de Compostela, CSIC/Instituto P. Sarmiento de Estudios Gallegos.
- Pichel Gótiérrez, Ricardo (2013), *A “Historia Troiana” (BMP ms. 558). Edición e estudo histórico-filolóxico*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela [tese de doutoramento].
- Vindel Pérez, Ingrid (ed., 2016), *Crónica de 1344. Edición y estudio*, Barcelona, Universidad Autónoma de Barcelona [tese de doutoramento].
- Ward, Aengus (ed., 2016), *Estoria de Espanna Digital*, transcrições e correcções por Fiona Maguire, Enrique Jerez Cabrero, Ricardo Pichel Gotérrez, Polly Duxfield, Christian Kusi Obodum, Marine Poirier, Aengus Ward, Bárbara Bordalejo, Nick Leonard, Avellana Ross, Silvia Yusta Fernández, v.1.0. Birmingham, University of Birmingham. URL: <https://blog.bham.ac.uk/estoriadigital/>, [consultado a 31/07/2019].

Estudos:

- Arizaleta, Amaia (1999), «La translation d’Alexandre. Recherches sur les structures et les significations du *Libro de Alexandre*», *Cahiers d’Études Hispaniques Médiévales*, Annexe 12.
- Bautista, Francisco (2010), «Original, versiones e influencia del *Liber regum*: estudio textual y propuesta de *stemma*», *e-Spania* [En ligne], 9. Disponible em <http://journals.openedition.org/e-spania/19884>, [consultado a 31/07/2019].
- Bautista, Francisco (2013), «Genealogías de la materia de Bretaña: del *Liber regum* navarro a Pedro de Barcelos (c. 1200-1350)», *e-Spania* [En ligne], 16. Disponible em <http://journals.openedition.org/e-spania/22632>, [consultado a 31/07/2019].
- Bautista, Francisco (2016), «Historia y circulación de noticias en la primera mitad del siglo XIV: las casas reales de Aragón y Francia en la *Crónica de 1344*», *e-Spania* [En ligne], 25. Disponible em <http://journals.openedition.org/e-spania/26177>, [consultado a 31/07/2019].
- Bautista, Francisco (2016a), «El “Libro de las generaciones y linajes de los reyes” (o “*Liber regum*”) y la materia de Troya», *Troianalexandrina. Anuario sobre literatura medieval de materia clásica*, 16, pp. 27-43.
- Brun, Laurent (2019), «Guido delle Colonne», *Archives de littérature du Moyen Âge* (ARLIMA). Actualizado a 16/06/2019. URL: <https://arlima.net/no/1295>, [consultado a 31/07/2019].
- Carreto, Carlos Clamote (1999), «O imaginário genealógico-linguístico da nobreza portuguesa de trezentos. Uma poética da Diferença», *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, Série 3, nº 1, pp. 129-152.
- Catalán, Diego (1962), *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid, Gredos.

- Cintra Luis Filipe Lindley (1950), «Uma tradução galego-portuguesa desconhecida do Liber Regum», *Bulletin Hispanique*, 52, nº 1-2, pp. 27-40.
- Dias, Isabel de Barros (1999), «Cantares de Unificação e de Partição», *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, Série 3, nº 1, pp. 153-163.
- Dias, Isabel de Barros (2003), *Metamorfoses de Babel. A Historiografia Ibérica (sécs. XIII-XIV): Construções e Estratégias Textuais*, Lisboa, FCG/FCT-MCES.
- Dias, Isabel de Barros (2007), «A cronística afonsina modelada em português: um caso de recepção activa», *Hispania. Revista Española de História*, 67, pp. 899-928.
- Dias, Isabel de Barros (2016), «Tráfico de modelos narrativos entre a *Crónica de Castela* e a *Crónica de 1344*: evidências, possibilidades e questões», *e-Spania* [En ligne], 25. Disponível em <http://journals.openedition.org/e-spania/25855>, [consultado a 31/07/2019].
- Ferreira, Maria do Rosário (2010), «O *Liber regum* e a representação aristocrática da Espanha na obra do Conde D. Pedro de Barcelos», *e-Spania* [En ligne], 9. Disponível em <http://journals.openedition.org/e-spania/19675>, [consultado a 31/07/2019].
- Ferreira, Maria do Rosário (2011), «A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do *Livro de Linhagens*», *e-Spania* [En ligne], 11. Disponível em <http://journals.openedition.org/e-spania/20273>, [consultado a 31/07/2019].
- Ferreira, Maria do Rosário (2012), «Amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha». Apontamentos sobre o prólogo do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro», *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, vol. 35, nº 1, pp. 93-122.
- Ferreira, Maria do Rosário (2015), «Apresentação» in Maria do Rosário Ferreira (dir.), *De Afonso X a Afonso XI*, Paris, SEMH-Sorbonne — CLEA (EA 4083) (*Les Livres d'e-Spania* « Travaux en cours », 3), 2015, disponível em <http://journals.openedition.org/e-spanialivres/785> [consultado a 31/07/2019]
- Ferreira, Maria do Rosário (2016), «Pedro de Barcelos e Fibonacci: da forma como mediação (sobre a estrutura original da *Crónica de 1344*)», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº 1, pp. 17-32. Disponível em <http://ojs.letras.up.pt/index.php/gua/article/view/3839/5722>, [consultado a 31/07/2019].
- García Martín, Ana Maria (1998), *Coronica Troiana em Limguoajem Purtugesa. Edición y estudio*, Salamanca, Luso-Española de Ediciones.
- Gaullier-Baugassas, Catherine (2014), *La fascination pour Alexandre le Grand dans les littératures européennes (Xe-XVIe siècle). Réinventions d'un mythe*, Turnhout, Brepols.
- Gomes, Maria Joana (2017), «From Aḥmad ibn Muḥammad ibn Mūsa al-Rāzī to Mouro Rasis: Translation and Cultural Dialogue in Medieval Iberia», *Philological Encounters*, vol. 2, 1-2, pp. 52-75.
- Krus, Luís (1994), *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Mattoso, José (1977), «As fontes do nobiliário do Conde D. Pedro», in *A historiografia portuguesa anterior a Herculano. Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, pp. 21-86.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2010a), «Historiografia e genealogia na cultura portuguesa anterior ao Conde D. Pedro de Barcelos», in Ferreira, Maria Rosário (coord.), *Cadernos de Literatura Medieval - CLP: o contexto hispânico da historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 53-80.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2010b), «Do Liber Regum em Portugal antes de 1340», e-Spania [En ligne], 9. Disponível em <http://e-spania.revues.org/19315>, consultado a [31/07/2019].
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2013), «Lancelot e a recepção do romance arturiano em Portugal», e-Spania [En ligne] 16. Disponível em <http://journals.openedition.org/e-spania/22778>, [consultado a 31/07/2019].
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2015), «A Crónica de 1344 e a General Estoria: Hércules e a Fundação da Monarquia Ibérica», in Haro Cortés, Marta (coord.), *Literatura y ficción: "estorias", aventuras y poesía en la Edad Media*, vol. 1, Valencia, Universidad de Valencia, pp. 209-224.
- Miranda, José Carlos Ribeiro & Maria do Rosário Ferreira (2015), «O projeto de escrita de Pedro de Barcelos», *População e Sociedade - CEPESSE*, 23, pp. 25-43. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/populacao-e-sociedade-n-o-23/o-projeto-de-escrita-de-pedro-de-barcelos>, [consultado a 31/07/2019]
- Moreira, Filipe Alves (2010), «A historiografia régia portuguesa anterior ao Conde de Barcelos» in Ferreira, Maria Rosário (coord.), *Cadernos de Literatura Medieval - CLP: o contexto hispânico da historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 33-51.
- Moreira, Filipe Alves & Arthur L. F. Askins (2015), «A Crónica de 1344 para além de Pedro de Barcelos: perspetivas recentes e novidades», *eHumanista*, 31, pp. 64-79.
- Morel-Fatio, Alfred (1875), «Recherches sur le texte et les sources du *Libro de Alexandre*», *Romania*, IV, pp. 7-90.
- Pichel Gotérrez, Ricardo (2012), «Tradición, (re)traducción e reformulación na *General Estoria* e na *Estoria de Troya* afonsinas á luz dun testemuño indirecto do séc. XIV», e-Spania [En ligne], 13 Disponível em <http://journals.openedition.org/e-spania/21124>, [consultado a 31/07/2019].
- Pichel Gotérrez, Ricardo (2016), «La eclosión de la materia clásica en las letras peninsulares bajomedievales. Compilaciones troyanas no autónomas», *Scriptura* 23/24/25, pp. 155-176.
- Pichel Gotérrez, Ricardo (2017), «La *Historia Troyana* de Pedro I y Su Proyección En La Galicia Atlantista» *La corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures*, 45, nº 2, pp. 209-240. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/669505#b54>, [consultado a 31/07/2019].

- Rei, António (2002), *Memórias de Espaços e Espaços de Memória - de al-Râzi a D. Pedro de Barcelos*, Lisboa, FCSH-UNL [Dissertação de Mestrado].
- Rei, António (2016), «A memória do al-Andalus 'âmirî na Crónica do Mouro Rasis e na Crónica Geral de Espanha de 1344», *Arqueologia Medieval*, 13, pp. 73-80.
- Rodriguez Porto, Rosa (2012), *Thesaurum. La Crónica Troyana de Alfonso XI (Escorial h.l.6) y los libros iluminados de la monarquía castellana (1284–1369)*, 2 vols., Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela [Tesis doctoral inédita].

Autor:

José Carlos Ribeiro Miranda

mirandajcr@gmail.com

miranda@letras.up.pt

Título:

Maria Ximenez, Pedro de Barcelos e um cantar de escárnio de Estevam da Guarda

Resumo:

O segundo casamento de Dom Pedro Afonso, filho natural de Dom Dinis, cedo se viu perturbado por uma questão dúbida envolvendo a sua esposa, Maria Ximenez Cornel. Facto conhecido há muito, pelos vários indícios apontando nesse sentido, nunca foi, todavia, totalmente esclarecido, embora se tenham vindo a acumular mais alguns dados capazes de elucidar o sucedido. Tendo em vista esse renovado enquadramento e, como sempre ocorre, após uma reponderação das informações já existentes, propomos agora que a difamação levantada contra a mulher de Dom Pedro coincida com o tema central de um cantar de escárnio de Estevam da Guarda. Aí, o trovador censura uma donzela, que não será outra senão a mulher do Conde, pela sua falta de disposição para a manutenção de relações íntimas com o marido.

Palavras-chave:

Maria Ximenez Cornel; Dom Pedro Afonso, Conde de Barcelos; casamento; negligência; difamação; escárnio; carta.

Abstract:

The second marriage of Pedro Afonso, Count of Barcelos (king Dinis of Portugal's illegitimate son) was since its early days shadowed by a controversial question involving the Count's wife, the Aragonese Maria Ximenes Cornel. There was admittedly a libel against Maria Ximenes, but its content is yet to become clear. Several clues were recently put forward that, together with previous information, may provide some enlightenment to the situation. In fact, we came to consider that the accusation formulated against the Count's wife is mirrored in the theme of a satirical song by Estevam da Guarda, where the "trovador" blames a certain "donzela" for her reticence in maintaining an intimate relationship with her husband. It is a strong possibility that the targeted "donzela" is none other than Maria Ximenez herself.

Keywords:

Maria Ximenez Cornel; Pedro Afonso, Count of Barcelos; marriage; neglect; libel; satirical poem; letter.

Plano:

Um matrimónio conturbado

Do poder de um cantar de escárnio

Da (má) fama ao entendimento possível do contexto

Como citar este artigo:

José Carlos Ribeiro Miranda, «Maria Ximenez Cornel, Pedro de Barcelos e um cantar de escárnio de Estevam da Guarda», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº3, 2018, pp. 57-75. DOI: 10.21747/21839301/gua3a3

MARIA XIMENEZ, PEDRO DE BARCELOS E UM CANTAR DE ESCÁRNIO DE ESTEVAM DA GUARDA¹

José Carlos Ribeiro Miranda
SMELPS/IF/FCT – Projecto MELE

A figura autoral de Dom Pedro Afonso, terceiro Conde de Barcelos, tem vindo a crescer de vulto à medida que o estudo da sua obra se vai incrementando e ganhando profundidade e detalhe. Perspectivas comparativistas amplas, apostadas em averiguar as relações entre as suas obras e as tradições de escrita a que teve acesso, por um lado, e a fortuna dessas mesmas obras até momentos muito recentes, por outro, têm contribuído decisivamente para esse incremento de importância objectiva, sendo hoje em dia evidente que estamos perante o maior vulto literário e de pensamento que a Idade Média portuguesa produziu, até pelo impacto que os seus empreendimentos tiveram muito para além das fronteiras do reino de Portugal².

Mas a relação entre o homem e a obra é complexa e vários tem sido os autores – entre os quais adquire especial relevo Luís Filipe Lindley Cintra³ – que se têm vindo confrontados com a necessidade de aprofundar a biografia do nosso autor porque na sua obra se espelham e elucidam aspectos fundamentais dessa biografia, tanto ao nível dos eventos políticos em que esteve envolvido, como no plano mais particular das suas opções de vida do foro pessoal.

Porque no inquérito que, desde muito cedo, sobre Pedro Afonso se foi fazendo, o escritor e o homem público sempre tiveram mais peso do que a sua vida privada, ainda há pouco esta última dimensão da sua biografia era, em grande medida, desconhecida. E ainda aí deverá também pesar o facto de essa vida privada ter tido uma vertente não-

¹ Este trabalho foi elaborado no âmbito do projecto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² Uma síntese global recente destes aspectos da obra do Pedro de Barcelos pode ler-se em Miranda & Ferreira (2015).

³ Na sua amplamente bem-sucedida intenção de provar que a *Crónica de 1344* era da autoria de Dom Pedro, Conde de Barcelos, Cintra (1950, pp. CXXX-CLXXXIV) levou a cabo a mais consistente biografia desta personalidade histórica jamais realizada até então. Essa biografia, que urge ganhar forma integral, abarcando as várias dimensões da vida desta personalidade, foi já objecto de algumas tentativas, entre as quais contamos: Brandão (1650, pp. 177-185); Sousa (1735, pp. 157-171); Freire (1921); Fernandes (1990); Oliveira (2011).

nacional – referimo-nos ao seu segundo casamento, que teve como parceira Maria Ximenez Coronel⁴, de estirpe nobre do reino de Aragão – e que, por essa razão, grande parte da documentação existente, capaz de revelar os meandros de uma relação matrimonial que se prolongou por várias dezenas de anos, não se encontrar em espaço português, mas sim nos arquivos daquele reino do oriente peninsular.

Somente nos anos sessenta do século passado se assiste à publicação de parte substancial da documentação referente ao segundo casamento do Conde de Barcelos, mas para um período que não ultrapassa o ano de 1321⁵, tendo, somente há pouco tempo, sido disponibilizados mais documentos, desta vez referentes ao período posterior a 1327, todos eles envolvendo a figura da segunda mulher de Pedro de Barcelos⁶.

Sendo certo que esse matrimónio terminou em clave dissonante, com a esposa abandonando o reino do marido, ao fim de muitos anos de conflito larvar – aspecto há muito sabido porque os documentos que selam esse final de relação foram publicados muito cedo⁷ –, é a etapas mais temporãs dessa relação matrimonial que queremos voltar agora, não por qualquer espírito de averiguação mesquinha ou irrisória, mas porque alguns aspectos dessa relação são deveras reveladores das éticas e códigos comportamentais da sociedade daquela época na Península Ibérica, mas também, como veremos, pelas imbricações literárias que alguns aspectos dessa relação tiveram, potenciadores, pelo seu lado, de um mais preciso entendimento do funcionamento da relação dos textos literários com os seus referentes e os seus públicos.

Um matrimónio conturbado

Parece seguro que, pouco tempo após o falecimento da sua primeira esposa – Branca Pires de Portel – que foi contemporânea ou pouco anterior à morte do filho de ambos, deixando Pedro Afonso sem descendência, surge a iniciativa de o levar a contrair novo matrimónio, agora com a aragonesa Maria Ximenez Cornel. Essa iniciativa é da inteira responsabilidade da rainha Isabel de Aragão, como facilmente se comprova por documento publicado há já alguns anos por Fernando Félix Lopes⁸, que comentaremos adiante dado o interessa revelado por expressões que nele ocorrem para o entendimento do que realmente se passou com este casal nos primeiros anos da

⁴ A designação «Coronel» apresenta-se, na área ocidental da Península e em Castelhana, como alógrafo de «Cornel», forma oriunda da área aragonesa. Os livros de linhagens portuguesas, nomeadamente, consideram ambas as formas idênticas. Assim, faremos também uso de ambas indistintamente ao longo do presente artigo.

⁵ Cf. Lopes (1965, p. 496 e seg.)

⁶ Objecto de divulgação e comentário por parte de Miguel Rodrigues, em artigo publicado no presente número de *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*.

⁷ São já conhecidos de Brandão (1650, pp. 179-182).

⁸ Cf. Lopes (1965, pp. 493-494).

respectiva relação matrimonial. Ao longo do ano de 1308, data da proposta endereçada pela mulher de D. Dinis ao seu irmão Jaime II de Aragão, os acontecimentos sucedem-se com celeridade, com uma carta de aceitação por parte da «donzela», redigida em latim, onde esta expõe com detalhe as condições económicas do matrimónio, que envolveriam, pela sua parte, um abundante dote («exovario») que o rei se comprometeria a pagar, tendo como contrapartida a compra de todos os bens que Maria Ximenez tinha recebido tanto do lado da mãe como do pai⁹.

Embora a concretização desse pagamento tivesse demorado muitos anos, implicando a redacção de várias cartas¹⁰, é de crer que a noiva veio para Portugal no ano seguinte, tendo-se concretizado o matrimónio presencial então. O casal não veio a ter filhos e não se suspeitaria que algo de anormal se passasse até ao momento em que deparamos, em 1316, com um conjunto de cartas onde se fala de um «difamamento» de que Maria Ximenez teria sido alvo, que seria, entretanto, também do conhecimento do rei de Aragão. Em duas cartas, este monarca vem mesmo a declarar que a sua jovem protegida não tinha condições de permanecer em Portugal, temendo até pela sua segurança, propondo-lhe reiteradamente que abandonasse este reino e voltasse ao seu reino de origem, para junto da sua família. Ora, é a gravidade deste conselho dado por Jaime II a Maria Ximenez que nos leva a ponderar o que se terá passado, e também como terá ficado o matrimónio na sequência dos factos a que se alude, cuja natureza nenhuma carta explicita.

Preliminarmente, oferece-nos considerar que essa acusação de que a jovem esposa de Pedro Afonso – entretanto designada «condessa», na sequência do título condal atribuído por D. Dinis ao seu filho no ano de 1314 – dificilmente poderia referir-se a qualquer crime civil que lhe fosse imputado, porque esse tipo de agravo seria naturalmente objecto de uma reparação material visando saná-lo e nunca atingiria a dimensão que transparece nas cartas emitidas pelo rei de Aragão. Jamais se tornaria, a nosso ver, numa questão de «fama». Portanto, encaminhamo-nos para o foro privado. Nesse domínio, é quase inevitável demandar que parte terá tido o marido nesta questão, ou seja, qual terá sido a sua atitude perante tal difamação. E aí o que mais sobressai é o silêncio...

Aparentemente, o Conde não tomou qualquer posição conhecida, solidarizando-se com a sua mulher ou alinhando ao lado dos difamadores, mas é verdade que o radical conselho de abandono do reino, produzido pelo rei de Aragão, implicava também a cessação, de facto, do matrimónio, o que traz implícita uma posição de alheamento, ou mesmo de relativa hostilidade, para com o Conde D. Pedro. E essa hostilidade reafirma-se na alusão contida numa das cartas, transcritas abaixo, de que esse casamento tivera a oposição da linhagem de Maria Ximenez.

⁹ Cf. ACA, Pergaminhos de Jaime II nº 2591. Publicada por Lopes (1965, pp. 495-496).

¹⁰ Cf. Todas publicadas em Lopes (1965).

Como é sabido, em 1317, com o recrudescer das hostilidades entre D. Dinis e o seu herdeiro, o infante D. Afonso, o Conde de Barcelos é obrigado a exilar-se, sendo-lhe confiscado grande parte do seu senhorio¹¹. Não sabemos se esse período seguramente difícil do ponto de vista material, tanto para Maria Ximenez como para o Conde D. Pedro, e de forçada separação física de ambos, teve algum impacto na resolução do processo difamatório atrás mencionado, mas o que é facto é que os ecos de tal evento cessam e Maria Ximenez continua em Portugal, que só abandonará, em circunstâncias totalmente diversas, no ano de 1347¹².

Teria a jovem aragonesa sido infiel ao seu marido? Também não o cremos porque isso implicaria o envolvimento de uma terceira pessoa no processo que, a julgar por casos análogos conhecidos, dificilmente passaria despercebida, sobretudo a Pedro Afonso. Por outro lado, um caso de adultério dificilmente seria designado da forma tão vaga e abstracta que as cartas testemunham. Por fim, nada no trajecto posterior de Maria Ximenez leva a pensar que alguma vez estivesse interessada em manter alguma relação de natureza sexual...

Mas o que é seguro é que, a partir dessa data, não existem documentos onde ambos assinem regularmente um com o outro, havendo normalmente recurso a procuradores ou então a documentos assinados unicamente por um dos dois, o que levou um dos mais recentes biógrafos que se dedicaram especificamente a esta questão a considerar que, por essa época, já os Condes de Barcelos viviam separados, ele nos seus Paços de Lalim, readquiridos em 1322, na sequência de um duro pleito judicial após o retorno do exílio¹³, e ela junto da rainha Dona Isabel, ou da futura rainha Beatriz, e fazendo parte do seu séquito¹⁴.

Do poder de um cantar de escárnio

Ora a consideração de todos estes factos levou-nos a olhar noutra direcção, tentando apurar se este caso de «difamação» teria encontrado alguma ressonância na sede especializada da maledicência, que era o «cantar de escárnio», cuja prática se estendeu pelas cortes portuguesas, galegas e em grande parte das castelhanas, durante

¹¹ Cf. Grande parte desta informação está presente na *Crónica de 1344* (Cintra, ed., 1990, p. 370 e seg.), constituindo, aliás, uma das bases para a atribuição desta obra a Dom Pedro, Conde de Barcelos. Cf. Cintra (1950, p. CXLVI).

¹² São desse ano os documentos que referem a partição de bens entre Maria Ximenez e o Conde Dom Pedro, e também as cartas em que este último recebe da sua companheira de então, Teresa Anes de Toledo, uma avultada quantia que lhe servirá para ressarcir a dívida para com a sua esposa legítima. Esse montante recebido de Teresa Anes virá a ter como contrapartida a fundação de um hospital, que Dom Pedro virá efectivamente a concretizar nos anos posteriores à morte desta sua última companheira. Cf. Freire (1921, pp. 266-271).

¹³ Neste pleito, Dom Pedro Afonso teve como adversários Martim Afonso de Sousa e o cunhado deste, Gonçalo Anes de Briteiros. Cf. Brandão (1650, p. 424); Cintra (1950, p. CLV); Fernandes (1990, p. 282).

¹⁴ Cf. Fernandes (1990, pp. 254-255).

mais de cem anos. À partida, o contexto era favorável a esta pesquisa já que D. Pedro, Conde de Barcelos, foi trovador, tendo tido tal afeição por essa actividade que se instituiu como o grande responsável pela sua preservação, organizando um *Livro das Cantigas*¹⁵ do qual se virão a realizar, nos inícios do século XVI, as extensas cópias actualmente conhecidas¹⁶. Mas, embora Dom Pedro tivesse também ensaiado com destreza a sátira, nada há no seu cancioneiro pessoal que leve a pensar, directa ou veladamente, que aluda a este caso.

O mesmo não sucede, todavia, com um outro nome envolvido desde início no processo negocial que levou ao matrimónio em causa, tendo sido o redactor das duas primeiras cartas enviadas por D. Dinis ao rei de Aragão no ano de 1308: «El rey o mandou. *Stevam da Guarda* a fez», repete-se no final de ambos os documentos. Com efeito, no seio do copioso cancioneiro de Estevam da Guarda, burocrata da corte régia dionisina, onde são preponderantes cantares escarninhos, encontramos o seguinte poema onde, a nosso ver, se alude de forma muito declarada a este caso, em termos que é agora necessário interpretar com finura para que se possa esclarecer qual o conteúdo da tal difamação – se tal for, na realidade, possível:

Donzela, quem quer que poser femença
em qual vós sodes e de que logar,
e no parecer que vos Deus quis dar,
entender pode, quant' é mia creença,
que, pois vos querem juntar casamento,
nom pod'haver i nẽum partimento
senom se for per vossa negrigença.

E quem bem vir o vosso contenente
e as feituras e o parecer
que vós havedes, bem pod'entender
em tod'aquesto, quant' é meu ciente,
que, bem ali u vós casar queredes,
nom se partirá que i nom casesdes
senom per serdes vós i negrigente.

Ca sei eu outra nom de tal doairo
nem de tal logar come vós, de pram,
com aguça que tomou de talam
de casar cedo, nom houv'i contrairo;
por en vos compre, se casar cuidades,
de negrigente que sodes, sejades
mui aguçosa, sem outro desvairo.

¹⁵ «Item mando o meu Livro das Cantigas a El Rey de Castella», Brandão (1650, p. 176).

¹⁶ Referimo-nos ao Cancioneiro da Biblioteca Nacional e ao Cancioneiro da Biblioteca Vaticana.

O poema apresenta-se sem qualquer rubrica explicativa, o que, não sendo inusual quando há menção explícita às personagens que são alvo do escárnio, o é menos quando essas personagens não são identificadas. Mas, como se verá, embora não haja uma identificação explícita da «donzela» que é interpelada pelo autor, essa personalidade é razoavelmente desvendada pelo restante contexto de caracterização. Mas vejamos cada elemento pela sua ordem de ocorrência e pelos sentidos comportados por cada um.

Como defendemos noutro lugar, «donzela» não é uma designação social muito corrente no galego-português usado em Portugal nos primeiros anos do século XIV. Nem na documentação pertinente no tocante a questões sociais¹⁷, nem na literatura cuja expressão maioritária é trovadoresca. Exceptuando casos pontuais já estudados¹⁸, o termo tem escasso emprego nos cantares de amor ou de amigo, confinando-se ao sector de escárnio e de mal dizer, que é, aliás, onde se encontra também no caso presente¹⁹. Em seu tempo, Manuel Rodrigues Lapa viu nesta «donzela» uma alusão irónica a uma mulher que necessitava de casar depressa para evitar os embaraços de uma relação sexual precoce²⁰. Induzido pelo carácter duvidoso do termo «donzela» nos cantares de escárnio, acaba por propor da cantiga uma leitura mais «escabrosa» (*cit.*) do que a sua letra comporta, tendência de leitura quase inevitável quando não é possível reconduzir o poema aos seus referentes.

Todavia, se for convocado o primeiro documento que mencionámos, da responsabilidade da rainha Isabel de Aragão, onde esta importante figura da corte portuguesa de então toma uma posição decisiva relativamente ao casamento de Dom Pedro Afonso e de Maria Cornel, tudo se tornará mais claro:

Al Rey de Aragom detur por a Reynha de Portugal. Rey irmãoo, já sabedes como don Remon de Cardona falou convosco sobre *feito de casamento de Pero Affonso, filho del Rey, e da filha de Don Pero Coronel*. E porque Don Remondo no foy y en essa terra gram tempo e como sabedes non envy you ende recado al Rey e a nós e ora envy you nos dizer que el falara convosco e con a Reynha e con a donzela, e que vos ende e que lho outorgastes. E el Rey e nós *tevemos por bem de se fazer ante*

¹⁷ No *Livro das Leis e das Posturas*, que reúne documentação régia de Afonso II a Afonso IV pertinente para casos análogos, o termo ocorre uma única vez, tal como adiantámos em Miranda (2011).

¹⁸ Cf. Miranda (2011). Curiosamente, o único trovador a usar sistematicamente o termo «donzela» num cantar de amor, substituindo mesmo a canónica expressão «dona», é não menos do que Afonso Sanches, o meio-irmão de Pedro Afonso.

¹⁹ Sobre os vastos problemas colocados por este importante sector de poesia trovadoresca galego-portuguesa, ver Vasconcelos (1904); Lapa (1965, edição integral do *corpus*); Lopes (1994); Osório (1986); Tavani & Lanciani (1998). Ver ainda as nossas considerações na introdução a Miranda (2016).

²⁰ Cf. Lapa (ed., 1965: 179), no que foi logo seguido por Pagani (1971, p. 122) e por Lopes (<https://cantigas.fch.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1341&pv=sim>).

*alo que en outros logares hu lhe tragiam a el casamentos. E nós sobrestos envyamos nosso recado a Don Reymondo, por que vos rogamos, irmão, que o creades do que vos disser da nossa parte, e agradecer vo lo emos muito*²¹.

Ora a partes contratantes, neste caso, são os reis de Portugal, o rei de Aragão e a «donzela», ou seja, a filha de Don Pero Coronel. A «donzela» passará doravante a ser o tratamento dado à futura esposa do filho de D. Dinis, arredando assim qualquer reserva relativamente à natureza desse designativo no meio português, já que era usado pela rainha em pessoa. Maria Ximenez será «a donzela» por antonomásia e tal não passou despercebido ao historiador que mais atentamente estudou as cartas trocadas na altura entre as cortes portuguesa e aragonesa²².

Havendo, ainda assim, dúvidas quanto ao poema se estar a referir a Maria Ximenez, a carta de novo vai ao encontro do poema, ao aludir aos «logares hu lhe tragiam a el casamentos», que tem implícito que este «lugar» é mais elevado do que outros e, logo, preferível para contrair matrimónio. Ora o poema, ao definir a «donzela» como sendo «de tal logar come vós», ideia aliás reiterada, não deixa grande margem a que possa referir a alguém outro, a não ser que tivesse um estatuto social como aquele de que se fala na carta. Assentemos, pois, não na certeza, mas na grande probabilidade de o poeta se estar a referir a este concreto assunto matrimonial, que ele conhecia por dentro e nos detalhes, não apenas por ser membro da corte de D. Dinis, mas – como dissemos – por ter estado directamente envolvido nas negociações que sobre ele se desenrolaram entre as cortes de Aragão e Portugal.

Assim, interpelando a «donzela», o poeta declara-lhe que, na sua opinião «pois vos querem juntar casamento,/ nom pod'haver i nẽum partimento /senom se for per vossa negrigença», ou seja, só não se concretizará o casamento que todos desejam, se houver da parte da «donzela» uma atitude negligente ou contrária a esse propósito, neste caso. A «negrigença» passa, então, a constituir o elemento temático e lexical central de todo o poema, reiterado em tiradas paralelísticas cuja função é reforçar e matizar a ideia central.

Na estrofe final há mesmo uma comparação desta atitude da donzela com a de uma outra, de muito menor relevo social, que não teve dificuldade nenhuma em concretizar o casamento com rapidez. Bastou-lhe ser «aguçosa», ou seja, empenhada nesse propósito, o que Maria Ximenez revelava não ser, sendo nesse sentido advertida pelo poeta.

Que significará, no contexto do que é conhecido, este reparo de Estevam da Guarda? Uma parte, podemos apurar objectivamente; a outra, será possível inferir da ponderação desses dados objectivos. Ora sabemos que o contrato matrimonial foi efectuado provavelmente ainda em 1308 e provavelmente no ano seguinte Maria

²¹ Cartas de Jaime II (c. 98, nº ex 554), publicada por Lopes (1965, pp. 493-494).

²² Cf. Fernandes (1990, pp. 254-255).

Ximenez Coronel terá viajado para Portugal. O casamento presencial seria o acto seguinte, passando os noivos a coabitar a partir de então. Ao contrário do que sucedera no seu primeiro casamento, desta vez Dom Pedro não viu a mulher ficar de esperanças, muito menos conceber um filho. Imaginamos que para alguém que tão cioso se virá a mostrar para com as linhagens, não conseguir ter descendência quando já se havia visto que não era infértil terá constituído uma enorme contrariedade. Imaginamos também que, para Pedro Afonso, a atitude a tomar seria continuar a insistir, para o que teria de contar com idêntica disposição da sua esposa. Mas, ao que supomos, foi algures nesse processo que se tornou patente uma divergência insanável no seio do casal.

Ora é nesta altura que, provavelmente porque o caso se tornou do domínio público – o meio em que isto se passa está certamente o perímetro da corte de D. Dinis, sendo D. Pedro e sua mulher figuras públicas de grande relevo e poder – que Estevam da Guarda move as temíveis armas do escárnio, provocando uma situação de sobressalto cujos efeitos, todavia, não foram os esperados.

Há, contudo, diversos reparos a fazer à nossa interpretação dos acontecimentos e da composição poética. Na realidade, esta última usa insistentemente expressões como «juntar em casamento»; «casar queredes»; «casar cuidades», e fá-lo numa perspectiva que dá a entender que esse acto não estava ainda consumado. É claro que o contrato matrimonial estava selado, nas suas diversas fases, e será também de crer que a relação física entre os esposos teria tido início. De outro modo – a não ser que não tenha havido realmente consumação – não haveria lugar a colocar a possibilidade de alguma «negligência» por parte da mulher. Lembremos que a não consumação era, em âmbito eclesiástico, um dos poucos motivos para anulação do matrimónio e essa possibilidade nunca foi colocada ao longo do desenrolar dos acontecimentos. Bem pelo contrário, o matrimónio manteve-se inabalável até aos momentos mais tardios. Logo, temos de assumir com boa lógica que o casamento começou por seguir o seu curso esperado, tendo as dificuldades no seio do casal surgido mais tarde.

Assim, a situação pressuposta no poema é consistente com o abandono por parte de Maria Ximenez, em dada altura, do seu compromisso no sentido de dar filhos ao casal, o que requereria a manutenção de uma relação íntima continuada com o marido. Esse abandono terá levado a uma separação de ambos – a um «departimento» que já se entrevê no poema como possibilidade ou até como facto consumado. Terá sido essa crise e a impossibilidade de sua superação que terá suscitado o verbo acerado de um poeta da corte, muito próximo das personalidades envolvidas e adestrado na já centenária manobra do escárnio poético-musical.

Tudo isto ser terá passado num período posterior a 1309, tendo-se avolumado de tal modo que, em 1316, terá dado origem à acusação de que virão a falar os documentos já aludidos, dos quais começamos por transcrever a carta que Jaime I enviou ao rei D. Dinis:

Al muy noble e muy honrrado Don Dionis (...) de nos, Don Jaime (...). A lo que nos enviastes dezir en feyto de la condessa Dona Maria Ximenez, que en *el su feyto vós aviades avido e como y guardastes aquello que entendiades que y deviades guardar*, gradescemos vos lo muyto, e fiziestes lo que deviades. Et sobre este fecho fauló con nos Don Miguel Perez d'Arbe segunt que vós le dixiestes. Et el dixo nos que *la dita Dona Maria Ximenez era sin culpa daquel encargo que le era levantado. Et assi semella nos que, pues tal cosa le fue levantada, que no le serie bueno de bevir en exa tierra, por que vos rogamos, Rey, que la querades enviar en nuestra tierra, que biva entre sus parientes, et en nesto faredes lo que devedes, por que sus parientes encargan en ca nos que sin voluntad dellos consintemos que fuese casar en Portugal. Et, rey hermano, tuerto e pecado serie que, no teniendo la Dona Maria Ximenez culpa alguna, recebiesse dayno en su persona, que assaz á mal del diffamamiento que le val tanto como la muerte.*²³.

Logo de seguida, na carta que, sobre o mesmo assunto, Jaime II endereça a Maria Ximenez, os termos da primeira são quase literalmente repetidos:

Jacobus (...) a la noble e amada Dona Maria Ximenez Cornell, condessa de Portugal, salut (...). Recibimos vuestra carta que nos enviastes sobre fecho de vuestra façienda e entendimos quanto en ella se contenia, e *pesa nos de la diffamación que vos fizieron a tuerto sin razón, segunt que avemos entendido. E vós, pues desaquí non vos seria bueno bevir en Portugal sin grant resguardo, sabet que nós enviamos nuestras cartas al Rey de Portugal e a la Reyna nuestra hermana, que vos envien a nuestra tierra, que vivades entre vuestros amigos, e vós feit lo assi*²⁴.

Como é visível, na primeira carta relatam-se várias acções que teriam já ocorrido previamente, a saber, a difamação de que teria sido alvo Maria Ximenez, o facto de o rei D. Dinis ter tomado conhecimento dessa difamação e de ter agido de forma a encobri-la – é assim que entendemos a sucessiva utilização de «guardastes» e «deviades guardar», já que não vemos que outra acção poderá ter sido assumida pelo rei de Portugal – e a intermediação de um cavaleiro, que entretanto se deslocara à corte aragonesa, no sentido de esclarecer o sucedido, parecendo legítimo pensar que o conhecimento desses acontecimentos tenha precedido essa viagem do referido portador de notícias, Joan Perez d'Arbe. Tudo isto difere no tempo os acontecimentos, permitindo situá-los nos anos de 1314-1315 ou até antes, tendo o alongamento desse período servido apenas para que se avolumasse a «fama», a ponto de atingir o estado que se documenta nas cartas acima transcritas.

²³ Carta de Dom Jaime II a Dom Dinis, rei de Portugal (1316) [ACA, Reg. 243 ff. 70v-71]. Lopes (1965, p. 500).

²⁴ Carta de Dom Jaime II a Maria Ximenez Cornel (1316) [ACA, Reg. 243, fol. 75]. Lopes (1965, p. 500).

Assim sendo, interrogamo-nos mesmo se o poema não terá sido o grande responsável por essa mesma «fama» e pela dimensão pública por esta atingida, que levaria o rei Jaime II a reiterar a ideia de que Maria Ximenez deveria abandonar não só o marido, mas também o reino para onde se deslocara!

Não temos notícia comprovada de efeitos sociais, extrapoéticos, provocados por um escárnio na tradição galego-portuguesa, embora imaginemos que alguns terão servido de arma eficaz na defesa de pontos-de-vista do foro pessoal, de grupo ou mesmo de facções na luta política. Neste caso, teremos de ponderar se o escárnio não terá sido o momento em que uma ocorrência do foro particular – embora um casamento, a este nível, não fosse nunca um assunto estritamente particular – transcreveu para o domínio público, tornando-se quase num assunto de estado, envolvendo as relações externas do reino. Não sendo este facto inteiramente comprovável, assumi-lo-emos no sentido de averiguar se é consistente com que sabemos do ambiente circundante.

Da (má) fama ao entendimento possível do contexto

Tendo em vista este panorama, torna-se imperioso ponderar de novo a responsabilidade que Dom Pedro teve no desenrolar da vertente pública deste sucesso. Dito de outro modo, poderia tal caso ter adquirido a dimensão que atingiu sem que o Conde o caucionasse de alguma forma? Entramos, naturalmente, num terreno movediço, mas a proximidade entre o trovador Estevam da Guarda e o trovador Pedro de Barcelos não é ideia nova, acentuada pelo facto de, no período em apreço, ambos serem próximos do círculo régio de D. Dinis²⁵. Todavia, o que mais acentua a responsabilidade do Conde é o seu silêncio, quando sabemos que meios para se fazer ouvir não lhe faltaram, sobretudo para a posteridade. Por outro lado, como vimos, as palavras proferidas por Jaime II, embora não o nomeiem, não poupam o Conde de Barcelos, sobretudo porque revelam que havia hostilidade da família de Maria Ximenez relativamente ao projecto matrimonial que lhe foi apresentado, como se o rei de Aragão se quisesse igualmente penitenciar de ter apadrinhado tal enlace²⁶.

²⁵ Na sequência da investigação levada a cabo por Oliveira (1984) e, já antes, por Pagani (1977), Martins (1999) propõe uma completa biografia deste trovador, diplomata, letrado e homem de poder que não podia ser mais esclarecedora. Na realidade, no período em apreço, Estevam da Guarda terá seguramente estado próximo de Pedro Afonso já que ambos ocupavam lugares cimeiros na corte do rei Dom Dinis. Exceptuando o lapso temporal entre 1327 a 1322, em que o Conde de Barcelos conhece o exílio, Estevam da Guarda e o nosso Conde voltam a aproximar-se, já no tempo de Afonso IV, na sátira poética às mesmas personalidades da época, nomeadamente Dom Miguel Vivas, bispo de Beja, pelo qual nutriam idêntica desafeição. Fica, todavia, por provar se o autor do poema acima transcrito veio ou não a colaborar com Pedro de Barcelos na confecção do seu *Livro das Cantigas*, como chegou a ser proposto por Vasconcelos (1904, p. 587 «suposto colaborador do Conde»...). Hipótese sedutora, mas necessariamente em aberto.

²⁶ A pouca afeição de Jaime II por Pedro de Barcelos virá a revelar-se mais tarde de outra forma, quando o nobre português, exilado em Castela, pedir ao rei de Aragão em 1321 (cf. Carta do A.C.A. publicada por Lopes, 1965, pp. 502-503) que interceda no sentido de facilitar o seu acolhimento nas cortes de Nápoles ou da Sicília, recebendo deste uma resposta esquivada e, no fundamental, negativa.

Mas admitimos também que Pedro de Barcelos tenha aceite um matrimónio do qual não conhecia as regras, embora alguns indícios pudessem ser já prenunciadores do que poderia vir a passar-se, como veremos. Tal como os dados conhecidos se configuram, o Conde de Barcelos pode ter-se visto mergulhado num processo que lhe veio a provocar uma intensa frustração, único modo de explicar o seu silêncio ou até cumplicidade, que facilmente se adivinha, perante o processo acusatório movido contra a sua mulher legítima.

Do lado de Maria Ximenez – para além de um perfil revelador de uma personalidade forte e de visível imponência social, a que voltaremos – ressalta, num primeiro momento, um manifesto empenhamento na consumação do matrimónio, a que se vem a seguir um período em que se desenrolam os factos elencados, como se para ela não tivesse existido qualquer contradição entre ambos os momentos, o da disponibilidade e o da recusa.

Não sendo a perspectiva que privilegia decisão individual, irredutível e arbitrária, ditada por caprichos imponderáveis, o melhor lugar para o exercício interpretativo do filólogo atento aos textos, aos seus sentidos e envolvimentos, resta-nos tentar produzir um olhar mais largo, averiguando se tais comportamentos femininos (e seus correlatos masculinos) tinham ou não qualquer tradição no espaço-tempo considerado, para entender em que figurino se enquadraria o comportamento matrimonial de Maria Ximenez, se tal for, obviamente, viável.

Ora, o mais intrigante é que uma breve pesquisa sobre o tema se revela facilmente frutífera e, seguramente, digna de outra investigação mais larga, dando conta de comportamentos femininos relativos à sexualidade que são, no mínimo, inesperados. O primeiro deles ocorre quando, recuando duas gerações relativamente à dos intervenientes neste pleito matrimonial, encontramos notícia de uma outra Maria Cornel, casada com Alfonso Pérez Guzman, conhecido como «Guzman, el Bueno», fidalgo castelhano fundador da Casa de Medina-Sidonia, que lutou do lado de Afonso X na defesa de Tarifa. Sobre esta dama corre uma autêntica *hazaña* que reproduzimos de seguida, na versão sintética que dela dá um estudo recente:

Estando ausente su marido, a la Coronel “*vinole tan gran tentacion de la carne que no supo que se hazer*”. Como ella era castísima y honestísima tomó “*gran aborrecimiento de si misma de no aver detenido el pensamiento que le vino*”. Dando prueba de su fuerza de carácter “*asió de un tizón ardiendo que çerca de sí halló, y metióselo por su miembro natural*”. Su determinación le ocasionó una enfermedad que le acompañó toda su vida, “*nunca jamás tuvo ayuntamiento á su marido, porque ella quedó tal que con continua enfermedad y trabajo vivió el tiempo que le duró la vida*”²⁷.

²⁷ Segura González (2002, p. 4). O autor resume a narrativa de acordo com Pedro Barrantes Maldonado, *Ilustraciones de la Casa de Niebla*, obra escrita no séc. XVI; também Ambrosio de Morales, *Discurso de la verdadera descendência del glorioso Doctor santo Domingo, y como tuuo su origen de la Ilustrissima casa de Guzmán*, redigido em 1586, dá conta da mesma tradição.

Mais adiante, já num período geracionalmente contemporâneo ao do casal que nos ocupa, deparamos com uma outra María Cornel, sobrinha-neta da primeira, a quem o rei Pedro I acaba de matar o marido, cobiçando-lhe agora o corpo, num comportamento altamente libidinoso que ficou historicamente associado a este monarca. Deixamos, de novo, falar o mais recente relator destes sucessos:

Ya viuda, María Coronel se retiró al convento de Santa Clara en Sevilla, donde hubo de ocultarse para huir de las apetencias del rey. Pero hallóse en una ocasión en gran aprieto para eludir los deseos de Pedro I, luciendo su más *‘valerosa pudicia, y viendo no poderse evadir de su llevada al Rey, abrasó con aceyte hirviendo mucha parte de su cuerpo, para que las llagas le hiciesen horrible, y acreditasen la leprosa, con que escapó su castidad a costa de prolijo y penoso martirio, que le dió que padecer todo el resto de su vida’*²⁸.

Estes dois casos, alegadamente ocorridos com parentes de Maria Ximenez Coronel pertencentes ao ramo castelhano desta família, apontam claramente para condutas femininas em que a prática sexual está no centro, embora de maneiras diversas. Na primeira, é muito pura e simplesmente a libido, não mobilizada pelo marido legítimo, que é contrariada, sendo desnecessárias circunstâncias que tornem a sua recusa mais ou menos justificável. A solução para contrariar tão malfadada tendência está ao nível da excisão feminina, praticada em tribos africanas, visando isentar a mulher de qualquer pulsão sexual. A autopunição flagelante apresentada não anda, aliás, longe daquelas práticas ainda hoje existentes, pela violência implícita em ambas, servindo obviamente de «caso exemplar» de comportamento feminino que veio a fazer parte do património identitário da família.

O segundo episódio, menos ostensivo do que o primeiro, porque encena a mulher tentando resistir a uma violação em perspectiva, retém daquele, no entanto, a mesma apologia da violência automutiladora, que torna a mulher indesejável pela perda do atractivo feminino, ou seja, transformando-a num objecto inexistente do desejo masculino.

Não sabemos a que período histórico remontam estas narrativas, às quais não aparece associada, em princípio, qualquer historicidade. Mas, segundo os testemunhos apurados, terão sido certamente forjadas numa época relativamente próxima das personagens históricas nelas envolvidas. Juan de Mena, em meados do séc. XV, já dedica um *copla* do seu *Laberinto de Fortuna* aos Coronel, não deixando de aludir então, em tons épicos, ao já célebre episódio da violência genital infligida por Maria Alfonso Coronel a si mesma²⁹.

²⁸ Segura González (2002, p. 5). O excerto continua declarando: «Tras este suceso, María Coronel fundó el convento de Santa Inés en Sevilla, siendo su primera abadesa».

²⁹ Juan de Mena, *Laberinto de Fortuna*, copla 79.

Há um espírito de indisponibilidade sexual feminina que percorre todo este ambiente, vindo a instaurar-se, nas narrativas legadas à posteridade, como parte do património imaginário de uma família da qual Maria Ximenez Coronel comungava, pelo menos, o nome «Cornel/Coronel». A motivação ascética dessas atitudes é muito clara, embora o seja mais na primeira narrativa, aquela que parece ter inaugurado este fresco de exemplaridade lendária³⁰.

Mas é também aqui que aquilo que é conhecido da mulher do Conde D. Pedro a faz divergir deste modelo. É que, se ambas as mulheres acima citadas acabam por dar lugar a cultos específicos que se exprimem na fundação de igrejas onde a memória de cada uma é venerada, Maria Ximenez Cornel, embora terminando os seus dias no Mosteiro de Sigena, não associa a si qualquer símbolo penitencial, nem sequer explicitamente religioso. O seu túmulo fala por si e o que aí se lê não podia ser mais conforme com a imagem que os documentos dão da sua personalidade³¹. Determinada, com uma representação iconográfica onde sobressaem as cores e a elegância da presença mundana, capaz de gerir com destreza o seu muito vasto património. E, no limite, dotada de uma extraordinária independência que se revela em todas as fases da sua vida, ao longo da qual é dificilmente contrariada nas suas decisões. Ou seja, o oposto de uma figura ascética ou auto-reprimida, nos antípodas do espírito de *contemptus mundi*³² já preludiado no exemplo das suas afastadas parentes castelhanas.

Mesmo assim, partilha com essas suas homólogas uma reserva quanto à prática sexual que, porventura, pode ainda ter sido mais restritiva do que a delas. Diz a tradição que Maria Alfonso Coronel, mulher de Guzmán el Bueno, não mais pode ter relações carnis com o seu marido após o seu acto castrante. Mas não foi essa a sua intenção, antes terá sido uma consequência. Da Maria Alfonso Coronel que se desfigura ante os

³⁰ Neste aspecto particular, é também de chamar a atenção para a explicação do nome «Cornel/Coronel», que parece não constituir mais do que uma expansão da segunda das narrativas, tal como a apresenta Segura González (2002): «En antiguas leyendas sobre los linajes de España se afirma que el apellido Coronel procede de Roma, de donde vinieron a España. Allí hubo una gran señora a la que el rey “muy aquejado de sus amores la guerreava de confino”. Siendo esta señora casada y muy casta trató de serle aborrecible al libidinoso rey, para ello tomó “azeite hirviendo, y con un ysopillo se lo echó por sus bragos y pechos, tanto que aquellas gotas quemantes algaron empollas, las cuales quedaron grandes llagas”. Estando a la vista del rey explicó que aquellas repugnantes llagas eran producto de! mal de San Lázaro que ella poseía, de inmediato el rey de Roma rehusó su presencia y convencido de la enfermedad de su amada nunca más la pretendió».

³¹ Na realidade, de acordo com as preciosas informações prestadas pelo *Catálogo do Museu de Zaragoza* (Beltrán Lloris & Juan Ángel Paz Peralta *et al*, ed., 2003) o ataúde de Maria Ximenez actualmente conhecido foi realizado na primeira metade do séc. XV e pintado pelo pintor *Blasco de Grañén*, a mando da Doña Beatriz Cornel, sua sobrinha e também priora de Sigena. Todavia, as características desta peça no conjunto da obra conhecida do autor e também no confronto com outras peças similares, nomeadamente de membros femininos da linhagem de Maria Ximenez, apontam para um perfil único e de grande especificidade, nomeadamente na forma de representação quase bizantina do corpo e na total isenção de simbolismo religioso, que deverá atribuir-se à vontade da falecida, respeitada pela sua sobrinha.

³² Sobre a ideologia e a estética do «desprezo do mundo» cuja presença, na iconografia e na literatura, se manifesta em toda Europa no final da Idade Média, ver Tenenti (1957); Ariès (1977); Delumeau (1983).

avanços do filho de Afonso XI sabemos que era viúva, em nada tendo o seu acto prejudicado marido ou casamento. Maria Ximenez, por seu lado, terá optado deliberadamente por interromper a sua relação de casal, ao que sabemos por sua exclusiva vontade. Será atitude sem antecedentes?

Na realidade, algo de semelhante terá sucedido com o matrimónio da sua principal protectora e responsável pelo contrato matrimonial que a levou do reino de Aragão até Portugal. Referimo-nos à rainha Isabel de Aragão, irmã de Jaime II, aquela que a história ibérica veio a conhecer como «rainha santa». Fazendo fé no testemunho de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro³³, o mais recente biógrafo do rei D. Dinis, a rainha não manteve com o monarca português senão uma breve relação íntima, que a levou a ter dois filhos nos anos de 1290 e 1291, devendo considerar-se o restante tempo de um casamento de quarenta e quatro anos como de abstinência em matéria de relação desse tipo, explicação plausível para o abundante número de filhos bastardos que o rei foi disseminando pelo reino, tanto antes como depois daquele período. A principal razão adiantada para esta atitude de Isabel de Aragão é sua manifesta inclinação para práticas devocionais de orações e jejuns, que tornaria aversiva uma continuada relação sexual com o marido. Tal atitude da mulher de D. Dinis teria sido responsável pelo retardamento dessa relação até ter atingido a idade de vinte e um anos, aproximadamente, e estaria igualmente na origem da cessação dessa relação assim que entendeu estar cumprida a sua obrigação nessa matéria.

Há aqui, sem dúvida, um padrão que supomos semelhante ao que se verifica no comportamento de Maria Ximenez para com Pedro Afonso, com duas diferenças fundamentais: a jovem esposa do Conde abandona a relação íntima sem ter procriado, provavelmente na convicção de que não iria ter sucesso nessa tentativa; se a sua atitude foi ditada por razões de convicção espiritual, a natureza dessas convicções não tem paralelo nas da sua mentora da corte de D. Dinis, pelas razões já cima aduzidas.

Também Maria Ximenez terminou os seus dias num convento, mas uma simples e meridiana observação da sua acção ao longo dos sete anos em que esteve em Sigüenza³⁴ revelam uma mulher empreendedora e activa em projectos com uma dimensão essencialmente económica, numa fundamental continuidade relativamente ao que conhecemos da sua actividade em Portugal, não transparecendo em lugar nenhum uma tendência devota do tipo da que se observa na «rainha santa». Na realidade, a compreensão das motivações de Maria Ximenez e do seu quadro mental é difícil e permanece numa fundamental indefinição.

Além disso, como afirmámos atrás, será sempre de manter a dúvida sobre o que realmente se esconde por trás do tão propalado «difamamiento». Serão os factos descritos suficientes para justificar os termos usados por Jaime II de Aragão nas suas cartas? Estaria a integridade física da segunda esposa legítima de Dom Pedro Afonso

³³ Sottomayor-Pizarro (2005, pp. 230-235).

³⁴ Cf. Documentos disponibilizados pelo portal do *Gobierno de Aragón*: <http://dara.aragon.es>.

realmente em causa? Deveria, por essa razão, abandonar Portugal? O «encargo» que lhe era levantado seria unicamente aquele que descrevemos? É forçoso considerar que são questões demasiadamente pesadas para uma resposta tão breve e, assim sendo, o inquérito continua necessariamente em aberto.

Apesar de todas estas incertezas, Maria Ximenes Cornel foi, sem sombra de dúvida, uma mulher de uma enorme imponência social, das mais salientes que atravessaram a Idade Média portuguesa.

Bibliografia:

- Ariès, Philippe (1977), *L'homme devant la mort*, Paris, Seuil.
- Arribas Salaberri, Julio P. (1971), «Doña Maria Ximenez Cornel condessa de Barcelhos», *Ilerda*, XXXII, pp. 231-264.
- Beltrán Lloris, Miguel, Juan Ángel Paz Peralta *et al.* (2003), *Museo de Zaragoza: guía*, Zaragoza, Gobierno de Aragón/Departamento de Cultura y Turismo.
- Brandão, Francisco (1650), *Monarquia Lusitana, Parte V*, Lisboa, Paulo Craesbeeck (edição da Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008).
- Cintra, Luís Filipe de Lindley (1951), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I (Introdução), Lisboa, Academia Portuguesa da História/Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Cintra, Luís Filipe de Lindley (ed., 1990), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- Delumeau, Jean (1983), *Le péché et la peur. La culpabilisation en Occident. XIII – XVIII siècles*, Paris, Fayard.
- Fernandes, A. de Almeida (1990), *Homenagem de Lalim ao Conde D. Pedro. História de Lalim*, Lamego, Câmara Municipal de Lamego.
- Freire, Anselmo Brancaamp (1921), *Brasões da Sala de Sintra*, 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Lapa, Manuel Rodrigues (ed., 1970), *Cantigas D'Escarnho e de Mal Dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*, 2ª edição revista e aumentada, Coimbra, Editorial Galaxia.
- Lopes, Fernando Félix (1965), «Alguns documentos respeitantes a D. Pedro conde de Barcelos», *Itinerarium*, 50, pp. 486-503. (ver *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, Lisboa, APH, 1997).
- Lopes, Graça Videira (1994), *A Sátira nos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Lopes, Graça Videira, <https://cantigas.fcsh.unl.pt>.
- Martins, Miguel Gomes (1999), «Da Esperança a S. Vicente de Fora: um percurso em torno de Estevão da Guarda», *Cadernos do arquivo municipal*, 3, pp. 10-60.

- Miranda, José Carlos Ribeiro (2011), «Somesso, a Dona e a Donzela: a segunda geração de trovadores galego-portugueses e a linguagem do amor», in Ferreira, Maria do Rosário/Laranjinha, Ana Sofia e Miranda, José Carlos Ribeiro (ed.), *Seminário Medieval 2009-2011*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 181-226.
- Miranda, José Carlos Ribeiro & Maria do Rosário Ferreira (2015), «O projeto de escrita de Pedro de Barcelos», *Revista População e Sociedade*, CEPESE, 23, pp. 25-43. Disponível em www.populacao-e-sociedade-n-o-23.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2016), *Os Trovadores e o Rapto de Elvira Anes da Maia*, Porto, Estratégias Criativas.
- Oliveira, António Resende de (1994), *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos sécs. XIII e XIV*, Lisboa, Colibri.
- Oliveira, António Resende de (2011), «O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, Conde de Barcelos», *e-Spania* [En ligne], 11. URL: <http://e-spania.revues.org/20374>. DOI: 10.4000/e-spania.20374.
- Osório, Jorge Alves (1986), «Cantiga de Escarnho Galego-Portuguesa: Sociologia ou Poética?», *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, II Série, vol. III, pp. 153-197.
- Pagani, Walter (1971), *Il Canzoniere di Estevan da Guarda*, Pisa, Pacini Editore.
- Rodrigues, Miguel (2018), «Pedro de Barcelos e Maria Jiménez Cornell: o desenlace de um casamento conturbado», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº 3, pp. 77-99.
- Sáinz de la Maza Lasoli, Regina (1994-1998), *El Monasterio de Sijena. Catálogo de documentos del archivo de la corona de Aragon*, 2 vols., Barcelona, CSIC.
- Segura González, Wenceslao (2002), *Aljaranda: revista de estudios tarifeños*, 46.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (2005), *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Sousa, D. António Caetano de (1735), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, J. A. Silva (reimp. da Academia Portuguesa de História, 1946).
- Sousa, D. António Caetano de (1739), *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, Officina Siliviana da Academia Real (reimp. Coimbra, Atlântida, 1946).
- Tavani, Giuseppe & Giulia Lanciani (1998), *A Cantiga de Escarnho e Maldizer*, Lisboa, Edições Colibri.
- Tenenti, Alberto (1957), *Il senso della morte e l'amore della vita nel Rinascimento*, Torino, Einaudi.
- Vasconcelos, Carolina Michaëlis de (1904), *O Cancioneiro da Ajuda*, Halle, Max Niemeyer (reimp., 2 vols., Lisboa, INCM, 1990).



Ataúde de Maria Ximenez Cornel pintado por *Blasco de Grañén* actualmente no Museu de Zaragoza

Autor:

Miguel Rodrigues

mhmrodrigues@gmail.com

Título:

Pedro de Barcelos e Maria Jiménez Cornell: o desenlace de um casamento conturbado

Resumo:

Pouco tempo após o falecimento da sua primeira mulher, Branca Pires de Portel, Dom Pedro Afonso, filho natural de D. Dinis, contrai novo matrimónio, desta vez com a aragonesa Dona Maria Jimenez Cornel. O enlace estava destinado a durar, mas apenas formalmente, já que se encontrou envolvido em peripécias várias que depressa levaram à separação do casal. Na realidade, o que a história retém é um longo período de mais de trinta anos em que ambos trilham caminhos diversos até à separação final por acordo celebrado em 1347. Pouco se sabe sobre todo este tempo em que o casal viveu separado. Mas ultimamente o Archivo de la Corona de Aragón colocou à disposição da comunidade científica um conjunto de documentos, alguns dos quais aqui transcrevemos, cuja importância parece ser muito grande para entender os meandros de um casamento deveras conturbado.

Palavras-chave:

Dom Pedro, Conde de Barcelos; Maria Jiménez Cornell; dote; doação; separação.

Abstract:

Shortly after the passing of his first wife, Pedro Afonso, one of King Dinis of Portugal's illegitimate sons, marries the Aragonese noblewoman Maria Jiménez Cornet. Formally the matrimony will be a lasting one, despite it having given rise to a series of incidents that soon led to the parting of the spouses. What went down in history was a period of over 30 years in which the consorts went their separate ways, ultimately severing their formal conjugality, by common agreement, in 1347. Little is known about the relations between the Count and his second wife during these years. However, the Archivo de la Corona de Aragón has recently made available a number of documents (some of which we transcribe) that seem to be of paramount importance to understand the convolutions of this conflicting match.

Keywords:

Maria Ximenez Cornet; Maria Jiménez Cornet; Pedro Afonso, Count of Barcelos; dowry; donation; conjugal separation.

Plano:

Antecedentes

O dote e o conflito

As desavenças e as partilhas: 1327-1335

A doação de 1327

Juliana de Leiria: 1329

O primeiro testamento do Conde, 1330

As disposições mútuas de 1335

1335-1354: Concubinato com Teresa Anes de Toledo e últimos anos de Pedro Afonso

O retorno de Maria Jiménez a Aragão

Conclusões: análise geral da documentação

Anexo

Como citar este artigo:

Miguel Rodrigues, «Pedro de Barcelos e Maria Jiménez Cornet: o desenlace de um casamento conturbado», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº 3, 2018, pp. 77-99. DOI: 10.21747/21839301/gua3a4

PEDRO DE BARCELOS E MARIA JIMENEZ CORNELL: O DESENLACE DE UM CASAMENTO CONTURBADO¹

Miguel Rodrigues
Investigador MELE-IF-FLUP

Pedro Afonso de Barcelos e Maria Jiménez Cornell. Muita tinta correu já sobre este matrimónio muito particular. Mas, por muito que se tenha já escrito, a sombra permanece e existem ainda enormes zonas de incerteza na informação relativa à vida de ambos. Nenhum investigador de História Medieval de Portugal pode hoje negar que o infante Pedro Afonso de Portugal, Conde de Barcelos, foi uma importante figura tanto da vida política da época, como da literatura portuguesa da Baixa Idade Média. Neste último aspecto, a mais recente investigação não tem deixado de acentuar a importância cultural e patrimonial da sua extensa obra de trovador e de compilador e organizador máximo de mais de duzentos anos de produção trovadoresca em galego-português; de genealogista e autor do mais importante livro de linhagens do mundo ibérico; e, finalmente, de promotor de uma História de Espanha peculiar e extensa, cuja fortuna foi vasta não só em Portugal mas também – e de novo – no conjunto da Península Ibérica².

Nascido por volta de 1285³, Pedro era filho ilegítimo de Dinis I de Portugal e de uma das suas muitas barregãs, Graça Anes Froes. Tornou-se viúvo jovem e sem descendência, em 1307, de Branca Pires de Aboim (dita *de Sousa*)⁴, filha de Pedro Anes de Aboim (dito *Portel*), filho do mordomo-mor de Afonso III, João Pires de Aboim, e de Constança Mendes de Sousa, sobrinha do conde Gonçalo Garcia de Sousa, o mais importante magnata da corte afonsina. Pedro herdou da esposa um importante património sousão⁵, por entre o qual se encontrava o célebre paço de Lalim, onde viria a residir uma grande parte da sua vida. Juntando estes bens com os doados pelo pai,

¹ Este trabalho foi elaborado no âmbito do projecto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² Sobre a personalidade autoral de D. Pedro, Conde de Barcelos, ver Miranda & Ferreira (2016).

³ Cf. Sottomayor-Pizarro (2005).

⁴ Cf. Freire (1973); Oliveira (2011).

⁵ Branca Pires herdou a casa de Sousa pela parte da sua mãe, com a morte do irmão, João Pires, sem descendência. Cf. Freire (1973).

veio a tornar-se num dos homens mais ricos do reino. Viria ainda mais tarde a ser agraciado com o título que lhe é conhecido pelo pai, em maio de 1314⁶, e pouco depois com o cargo de Alferes-mor do Reino.

A figura de Maria Jiménez Cornell é igualmente indispensável na corte portuguesa da primeira metade do século XIV. A “donzela”⁷ aragonesa provinha de uma família que gozava de grande prestígio e influência na corte de Jaime II de Aragão, dos quais veio a partilhar. Maria era filha de Pedro V Cornell⁸, importante magnate da corte aragonesa e senhor de Alfajerín (em terras de Jaca, na província de Huesca⁹) e de Urraca Artal de Luna. Maria ficou órfã de ambos os pais provavelmente ainda nova, vindo a servir na corte como criada da rainha de Aragão, a napolitana Branca de Anjou. Em atenção à sua situação, o rei aragonês decidiu responsabilizar-se pelo seu casamento.

Desta forma, em 1308, por mediação e acordo mútuo dos reis de Portugal e do rei de Aragão, Maria Jiménez veio a desposar o ainda recentemente viúvo infante Pedro. Casaram por procuração em data provavelmente pouco anterior a 23 de setembro, pois desse dia data a carta de Jaime II de Aragão que confirma a união do casal, que nunca viria, na verdade, a manter uma relação mais íntima que o respeito mútuo.

Não cabe aqui, no entanto, a descrição da fase inicial deste casamento peculiar, de sobra investigado por José Carlos Miranda¹⁰. Como o título indica, o presente artigo centrar-se-á nas vicissitudes que semearam o já árido matrimónio no seu crepúsculo, período que se poderá definir entre 1327 e 1354, ano da morte do Conde de Barcelos, estabelecendo uma continuidade com o artigo acima citado. Na verdade, a revisita a esta temática tem por principal intenção a divulgação de quatro documentos inéditos, provindos dos Arquivos da Coroa de Aragão, que se encontram relacionados com a partilha de bens entre os condes barcelenses e que se situam no corte cronológico abordado.

Antecedentes

O corte cronológico no qual incide o presente artigo já ultrapassa uma série de acontecimentos na vida do Conde de Barcelos. Separado de Maria Jiménez desde 1316,

⁶ Cf. Oliveira (2011).

⁷ Designação atribuída a Maria Jiménez na correspondência entre a rainha de Portugal e o rei de Aragão, muito provavelmente aludindo à sua juventude e/ou meramente à sua condição de solteira e nobre. Sobre o assunto, ver Miranda (2018).

⁸ Anote-se aqui que a regra antroponímica na corte aragonesa dos finais do século XIII já não obrigava a que o patronímico respeitasse o nome do pai. Contudo, em Freire (1973, p. 267), o autor assume erradamente, guiando-se pelo patronímico, que Maria era filha de D. Jimeno Cornell, o que, a ser verdade, faria dela tia do seu documentalmente comprovado pai, Pedro V Cornell. Poderia ser, no entanto, em memória deste Jimeno que Maria recebeu este patronímico distinto. A sua irmã, Urraca Artal Cornell, por exemplo, quebrou também a regra patronímica ao receber o exato conjunto antroponímico da mãe.

⁹ Brandão (1650, fl. 178).

¹⁰ Miranda (2018).

foi desapossado da alferesia-mor em 1317 e exilado pelo pai, que tomara esta atitude drástica face à ligação do conde ao magnata João Nunes de Lara, então em colisão com o monarca português¹¹. Pedro saiu de Portugal nesse mesmo ano, e deverá ter estado em Castela, uma vez que, quando a rainha contactou o seu irmão, Jaime II de Aragão, para descobrir o seu paradeiro, verificou que não estivera aí.

Pedro regressaria à corte em 1322, onde, após um período de quatro anos e meio de exílio, como aliás menciona na sua Crónica, se deparou com um cenário de conflito interno: o infante Afonso, herdeiro do trono, temendo ser deserdado em benefício de um seu irmão bastardo, o infante Afonso Sanches, revoltara-se contra o pai, e rei de Portugal¹². Como se não bastasse, nesse mesmo ano falece a sua mãe, que o nomeia testamentário das suas vontades¹³.

Relativamente ao conflito político, e ao contrário de alguns dos seus irmãos, o conde de Barcelos destacou-se por tomar o partido da mediação no conflito, junto a Isabel de Aragão¹⁴. Desta forma, tal como a rainha, também Pedro acompanhou o seu pai nos últimos momentos da sua vida. Pedro ter-se-á provavelmente retirado para os seus paços em Lalim depois da morte de Dinis I, a 7 de janeiro de 1325, estabelecendo já desde então residência fixa, e onde iniciou a última fase da sua vida, na qual a corte desempenhará um papel cada vez menos importante¹⁵. É neste contexto que o seu contacto com a mulher, ainda a residir em Portugal, se começa a intensificar.

O dote e o conflito

Os problemas matrimoniais dos condes barcelenses tiveram sobretudo dois pontos de origem fulcrais: a) o dote; b) a intimidade do casal. Estes fatores revelaram-se superiores no quadro das causas mais prováveis da separação de ambos. Um deles, na verdade, constitui uma direta consequência do outro. O primeiro deles surgiu pouco após o casamento:

(...) Rei Irmãao, *já sabedes como foi posto a dar* a Doña Maria Ximenez, molher de Don Pero filho del Rey *hua soma de dinheiros*, e agora diz que lhi fezesedes dar deles. Por que vos eu rogo, Rey Irmãao, que lhi façades dar aquilo por que lhi ficarom assim como lhy foi posto, en guisa que ela aja comprimento de todo o seu, e gracivolo ey muyto. (...)¹⁶.

¹¹ Oliveira (2011).

¹² Mattoso (1992).

¹³ Testamento de Graça Anes Froes citado na íntegra em Sousa (1946, pp. 165-168).

¹⁴ Oliveira (2011).

¹⁵ Estará presente na corte entre 1336 e 1340, na sequência da guerra com Castela. Cf. Cintra (1951); Oliveira (2011).

¹⁶ Excerto de uma carta de Isabel de Aragão a Jaime II, 12 de janeiro de 1310.

É uma das primeiras cartas a relevar o problema: o dote de Maria Jiménez. Em 1308, com a união dos nubentes, ficara fixo o pagamento, por parte de Jaime II de Aragão, de cinco mil áureos (ou morabitanos), que deveriam sustentar a sua protegida enquanto ela vivesse em Portugal¹⁷. Contudo, segundo o testemunho da rainha de Portugal, o casal estava unido havia cerca de dois anos, mas o rei aragonês não havia ainda pago o dote a Maria Jiménez. Pode medir-se a gravidade do problema pelo incremento da correspondência entre os dois reinos peninsulares entre 1310 e 1312 com este mesmo assunto, no qual chegou mesmo a intervir o Arcebispo de Braga¹⁸. O dote era pago em prestações de periodicidade incerta, mas nunca veio a ser saldado na sua totalidade¹⁹.

A persistente demora da chegada do dote não terá provavelmente caído bem à dama aragonesa, então já presa a um casamento que, apesar de patrocinado pelo monarca aragonês, nunca foi bem aceite pela sua família²⁰. O certo é que, quer fosse pela espera do desejado sustento ou por recusa da noiva, o casal não terá chegado a estabelecer uma consistente relação conjugal. Pelo menos é o que se depreende de uma cantiga de escárnio do trovador Estêvão da Guarda, que José Carlos Miranda analisa com detalhe²¹. A cantiga poderia estar relacionada com este caso, dado que se sabe que a condessa barcelense teria sido vítima de difamação²², e que existiu um tabelião Estêvão da Guarda, como o confirma pelo menos uma das muitas correspondências entre o monarca português e aragonês²³, o que significa que, se este for o trovador, acompanhou este caso de perto e poderia ter de facto informação fidedigna para

¹⁷ Lopes (1965, pp. 489-503).

¹⁸ «Ao muy alto e muy noble senhor Don Jaime pela graça de Deus rei de Aragão [] nós Martinho por essa mesma arcebispo da sancta eygreja de Bragaa (...) Senhor, vos bem sabedes em como aviades de dar a Don Pedro filho d'el Rey de Portugal e Dona Maria Ximenez vossa criada ua quantia daver por razon do seu casamento (...)». Excerto de uma carta de Martinho de Oliveira, Arcebispo de Braga, a Jaime II de Aragão, de 10 de janeiro de 1312, *apud ibidem*.

¹⁹ «(...) e deste aver avedes vós já pagado [...] peça, e ficou outra peça pera pagar ata Natal (...)». Excerto da mesma carta do arcebispo bracarense ao rei aragonês, *apud ibidem*.

²⁰ «(...) que vos rogamos, Rey, que la querades enviar en nuestra tierra (...) por que sus parientes encargan enca nós que sin voluntad de ellos consintemos que fuesse casar en Portugal (...)». Excerto de uma carta de Jaime II de Aragão a Dinis I de Portugal, de 25 de março de 1316, *apud ibidem*.

²¹ Miranda (2018).

²² «Jacobus, etc. A la noble e amada Dona Maria Xemenez Cornell condessa de Portugal, salut, etc.. Recibimos vuestra carta que nos enviastes sobre fecho de vuestra hacienda (...) e pesanos de la diffamacion que vos fizieron a tuerto sin razon, segunt que havemos entendido (...)». Excerto de uma carta de Jaime II de Aragão a Maria Jiménez Cornell, de 23 de março de 1316, *apud ibidem*.

²³ A carta em questão é precisamente a confirmação do monarca português relativa ao casamento entre os futuros condes de Barcelos, de 1308, prova que pode não ser coincidência que se este tabelião estava muito por dentro do tema, poderia ser ele o trovador que escreve a cantiga e a “donzela” se tratar da noiva aragonesa do infante D. Pedro. Cf. Lopes (1965, p. 493), onde se cita o documento em questão.

partilhar na sua composição poética²⁴.

Ao cabo de muitos anos sem intimidade matrimonial, e ainda sem o dote pago na sua totalidade, o casal acaba por se separar. Nesse mesmo ano, a 23 de março, a condessa de Barcelos recebe carta do rei de Aragão, que lhe pedia para retornar à corte aragonesa, para junto da sua família²⁵, mas a sua permanência em Portugal indica como certa a sua recusa a tal pedido.

Não existiu no período qualquer indício que apontasse para uma anulação matrimonial, embora a situação entre os esposos fosse de tal ordem que essa possibilidade seja sempre de ponderar²⁶.

As desavenças e as partilhas: 1327-1335

Parece lógico afirmar que, mesmo estando separados, Pedro nos seus paços, e Maria acompanhando a corte²⁷, os condes continuaram a fazer vida de casal, pelo menos a nível de tabelionato, como parecem mostrar os vários documentos que discriminam a vida económica do casal no corte temporal abordado. Vejamos como se ordena o respectivo conteúdo seguindo uma ordem cronológica.

A doação de 1327

(...) eu Dona Maria Condessa de Barrçelos faço e ordinho e estabelesco por meu certo preitador verdadeiro e liidimo e abastoso assim como deve seer e mais valer Lourenço Fernandez meu criado o portador desta presente preitaçom que el por mi e em meu nome percure e demande totalas erdades e posisoes que eu oje de dreito devo aver antre Tejo e Odiana e pera arrendar e emprazar e dar aforo às dictas erdades a qualquer pessoa ou pessoas que lhas queirram arrendar ou emprazar ou tomar aforo (...).

O documento de 1327 é o primeiro de dois dos documentos recentemente descobertos no Arquivo da Coroa de Aragão²⁸. A 10 de dezembro de 1327, Lourenço Fernandes, funcionário da condessa de Barcelos, redige uma carta na qual, fazendo uso do seu poder como partidador dos bens de Maria Jiménez (possivelmente desde a separação dos condes), faz uma doação a um casal, João Mendes e Sancha Gomes, citando, como prova de autoridade e verosimilhança dos seus atos, uma outra carta de 14 de novembro desse mesmo ano, na qual a condessa o menciona como «*verdadeiro e liidimo e abastoso*» e revela a sua vontade de fazer doação de várias das suas posses, de

²⁴ Miranda (2018).

²⁵ «(...) sabet que nos enviamos nuestras cartas al Rey de Portugal e a la Reyna nuestra hermana que vos envien a nuestra tierra, que vivades entre vuestros amigos(...)». Excerto da mesma carta do rei aragonês à condessa barcelense, *apud* Lopes (1965, pp. 489-503).

²⁶ O tema foi já abordado em Miranda (2018).

²⁷ Oliveira (2011).

²⁸ Para a transcrição completa do documento, ver a secção *Anexos*, no presente artigo.

entre as quais se deveria inscrever a que doa ao casal mencionado, em Copeira, na região de Évora Monte.

A carta data de 1327, isto é, pouco após o retorno do exílio de Pedro Afonso e a retoma dos seus bens. O funcionário, dito “partidor”, a quem Maria recorreu é o mesmo que o do Conde, o que poderia implicar a concordância do marido na autorização da Condessa que é mencionada na carta, para fazer a doação citada.

A identidade dos beneficiários da doação do funcionário dos Condes parece ser ainda uma incógnita. O seu estrato social é igualmente desconhecido, mas, tendo em consideração a região onde a doação é feita²⁹, poderiam ser pequenos proprietários, vilãos ou mesmo parte de uma nobreza de estratificação média ou baixa. O certo é que teriam algum estatuto, já que entre os testemunhos da doação se encontra um indivíduo, de nome Domingos, sobre o qual se afirma ser “homem” de João Mendes, seria provavelmente um seu funcionário.

O documento é essencialmente de cariz económico: a carta estabelece os limites dos domínios doados e os direitos e deveres a que o referido casal se deveria obrigar. Por entre os limites refere-se um reguengo, tipo de domínio bastante mais frequente a sul do rio Mondego, como o são estas referidas posses claramente alentejanas. Além disso, Évora Monte encontra-se relativamente perto de Estremoz, cidade de onde provinha Aires Calvo, um dos testemunhos do documento.

Ressalta-se, no entanto, um aspeto como aparentemente evidente: Maria Jiménez dispõe dos bens do casal sem o concurso do Conde, o que abre um precedente que pode vir a explicar algumas decisões mais tardias, tanto da iniciativa deste último, como de ambos, como se verá.

Juliana de Leiria: 1329

(...) a muy noble Dona Maria, Condessa de Barcelos, disse que o *Conde Dom Pedro, seu marido, lhy enviara dizer e rogar que possesse o seu seelo en hũa carta do dito Conde, a qual logo mostrava, ena qual era conteudo que el e esta Condessa, sa mulher, fazia doaçom de todos los bñes e heranças que avyam en Leirã e en sseus terminhos a Ilhana, manceba do dito Conde, por serviços que lhes fazia e fezera. E dizia a dita Condessa que serviço nunca lho a dita Ilhana fezera, e que tal doaçom nom a outorgava nem conssentia en ela, mais que expresamente contradizia a ela. E quanto era eno poimento do sseu seelo, que o porria hy muy contra sa voontade, mais porque o dito Conde era seu marido e seu senhor e por se nom desavir del. E outrossi porque achaua per leterados que nenhũa doaçom que cavaleiro fezese a algũa barregana que tevesse que nom valia; por eso, querendo comprir sa voontade e obedecer a sseu mandado, que mandaua hy põer o dito seu seelo (...).*

²⁹ Convém lembrar que a alta nobreza residia maioritariamente a norte do rio Douro ou imediatamente abaixo deste rio. Cf. Sottomayor-Pizarro (1997).

Num documento de 15 de janeiro de 1329³⁰, do qual o excerto acima foi retirado, o tabelião geral do Reino, Lourenço Martins, relata, em nome da Condessa de Barcelos, a Afonso IV de Portugal o consentimento de uma doação de bens em Leiria, do marido, provavelmente desse ano ou do ano anterior, a “Ilhana” (Ilhana, ou, se se quiser, “Juliana de Leiria”) uma mulher que é citada expressamente como uma amante deste.

A leitura do documento provoca muitas dúvidas quanto ao comportamento da Condessa: a forma como é expresso o seu desagrado leva a pensar que de facto não queria, de forma alguma, consentir no pedido do marido. Contudo, acaba por aceitar a decisão dele, decisão que, não sendo forçada, também não foi totalmente do seu livre arbítrio, uma vez que, como relata o tabelião, então em Portalegre, Maria Jiménez sentiu-se compelida a obedecer ao seu marido, mas ao mesmo lembra-lhe que doações a barregãs não eram válidas, como se de alguma forma quisesse adiantar que a sua confirmação era desnecessária.

O comportamento do Conde também não deixa de ser duvidoso. Embora seja óbvio que, como casados e detentores conjuntos daqueles bens, o Conde precisava da aprovação da mulher para os poder doar plenamente a quem quisesse, precisaria o conde de especificar a sua relação com Juliana? Oficialmente transpirando frieza no tratamento, não poderia o documento oferecer algum tipo de insinuação? Não deixa de ser surpreendente imaginar que o infante poderia querer apenas indicar à mulher que já havia conseguido alguém que a substituísse no leito conjugal...

Na verdade, esta linha de pensamento pode não ser tão novelesca assim. Quando pede à Condessa para assinar a doação a Juliana, Pedro parece alertá-la, de forma implícita, para a ambiguidade da sua situação enquanto casal: conquanto constituíssem ainda legalmente um rico casal com um extenso património, estando neste campo ainda mutuamente dependentes, dado que nenhum podia agir nesta matéria sem aquiescência do outro, deixa simultaneamente evidente, pela condição de Juliana, que já não são um casal no campo da intimidade.

Não deixa de ser interessante imaginar qual terá sido, de facto, o paradeiro dos bens de Juliana. Está aqui em causa a validade deste documento a esse respeito. Por um lado, como se depreende do pedido que faz a Maria Jiménez, o Conde mandara redigir um documento para oficializar a doação à sua barregã, provavelmente como prova documental que deveria ter a função de a proteger de quem tentasse deslegitimar o ato. Contudo, pelas próprias palavras da aragonesa, o ato já estava à partida deslegitimado pela própria condição da beneficiária. De facto, a condessa recorda o marido que doações de cavaleiros a barregãs não tinham qualquer valor, pelo que, na sua condição de manceba, deveria estar vedado a Juliana o acesso a estes bens.

Se Juliana recebeu os bens em questão ou não é atualmente uma incógnita. O certo é que esta misteriosa manceba não voltou a ser mencionada na documentação.

³⁰ Para a transcrição completa do documento, ver a secção *Anexos*, no presente artigo.

O primeiro testamento do Conde, 1330

(...) E por *gram feuz*a que e j *ena condessa dona Maria minha molher* e en Lopo Fernandez Pacheco mejrinho major d'elRej por bõõ que ele *he ffação se meus testamenteiros e executores de meu testamento. E doulhes todo meu poder conprido a anbos que eles filhem cedo o meu aver assi movel como de raiz* e que dele ordenhem e façam e den aaqueles logares e pessoas hu virem por melhor e mais serviço de Deus e proveyto da minha alma (...).

Um ano depois do litígio de 1329, a 4 de setembro de 1330, o conde barcelense, provavelmente padecendo de algum tipo de enfermidade que temesse poder terminar com a sua vida, lavra testamento³¹ e, clamando ter grande confiança na esposa e no Meirinho-Mor do Reino, Lopo Fernandes Pacheco, nomeia-os como executores das suas vontades, cedendo-lhes todos os seus bens móveis e de raiz. O documento foi igualmente lavrado pelo tabelião geral do Reino, o mesmo Lourenço Martins.

O foco deste documento deve, no entanto, ser colocado, no presente contexto, na maneira como Pedro Afonso se refere à mulher. Depreende-se que “feuz” seja sinónimo de confiança, amizade e respeito, sentimentos que, apesar da separação, o par conseguiu continuar a cultivar mutuamente enquanto casal legal que ainda constituíam. A ausência de Juliana parece explicar-se pela possibilidade de o Conde ter-se então já separado dela, uma vez que, em caso contrário, a nomearia muito provavelmente como testamenteira, se de facto ainda estivesse com o conde de Barcelos³².

A disposições mútuas de 1335

(...) Era de mil trezentos sateenta (sic) e tres anos (...) huum stromincto feyto e assinaado per Pedro Anes taballiom geeral do qual o teor talho (...) *Don Pedro Conde/ 5de Barcelos e Dona Maria sa molher* disserom que eles conssyrando (...) as metades no muy boom devido que antre si avyam e avendo o huum do outro *specialmente feuz*a, ambos concordauelmente dessas boas e livres vontades e sen prema e constringimento nenhũu ordinarom dessas almas stados vidas stados e fazendas, bens, possissoes, erdades e logares e de totalas outras cousas que ora an e ata sa morte averam per as maneyras e condições que se seguem (...).

Cinco anos depois do testamento (durante os quais Pedro, presumivelmente, se curou da sua enfermidade), a 11 de junho de 1335, em Coimbra, os condes barcelenses, através do juiz Lourenço, fazem oficial uma nova repartição dos seus bens, que já havia sido acordada numa carta anteriormente feita em Santarém três anos antes, a 3 de

³¹ Para a transcrição completa do documento, ver a secção *Anexos*, no presente artigo.

³² Basta pensar que o conde nomearia mais tarde uma outra sua barregã, Teresa Anes de Toledo, como sua testamenteira. Não seria assim estranho se Juliana de Leiria tivesse esta função no testamento de 1330 se de facto o Conde ainda estivesse com ela, o que não acontece.

dezembro de 1332³³. Este mesmo documento cita-se na íntegra nesta carta de 1335, como forma de oficialização do seu conteúdo. O tabelião geral do Reino testemunhara o ato de 1332, mas foi o ouvidor Rui Fafes que concedeu autoridade ao juiz para oficializar a vontade o casal. Há, no entanto, uma personagem comum nas duas listas: um indivíduo, Lopo Pires, que testemunha ambos os documentos e que, se for o mesmo, acompanhou de facto este processo de perto. Dele menciona-se ter sido ouvidor, provavelmente antecessor de Rui Fafes no cargo, mas que ainda influía no presente detentor, dado se especificar que «*dio ao dicto Ruy Faffez que mandasse a mi Lourenço iures tabelliom geeral que o trasladasse en forma publica dando hy o dicto Ruy Faffez sa autoridade*».

O referido Lourenço, juiz e tabelião geral, não deverá ser o mesmo tabelião Lourenço Martins dos documentos anteriores, dado que entre os dois, exercendo num curto espaço de tempo, está Pedro Anes que, também como tabelião geral, testemunha o documento de 1332. Se porventura forem a mesma pessoa, terá ocorrido um qualquer problema, entre 1330 e 1332, que o retirou do cargo, mas que facilmente se terá resolvido, pois três anos depois já a sua posição lhe era devolvida.

O documento de 1332, citado no de 1335, menciona, mais uma vez, o “bom devido” e a “feuzza” que o casal nutria um pelo outro, isto é, o respeito mútuo e amizade que unia o casal apesar da sua separação física, esclarecendo-se ainda que faziam esta divisão de livre e espontânea vontade, e sem qualquer constrangimento, acentuando-se aqui a menção da harmonia que reinava (ou deveria reinar) entre os dois esposos, mesmo vivendo em separado.

Listaram-se em seguida todas as condições inerentes à dita separação de bens, por entre as quais se encontravam a proibição de alheamento de bens, quer para os esposos quer para os respetivos herdeiros. Além disso, os recetores dos bens deveriam dar um quarto deles à Igreja para salvação das respetivas almas. Parecem ser normas que já estariam implicitamente em prática desde 1329: cada um é, na verdade, o herdeiro do outro, pelo que atos que impliquem património devem ser assinados por ambos, afirmando a sua anuição. Excetua-se, no entanto, destas obrigações, as despesas relativas à manutenção das respetivas casas e estados.

Visando reafirmar princípios que poderiam ter estado eventualmente em causa, embora se desconheça se de facto houve esse perigo, o presente documento pretende pacificar ambas as partes. A corroborar isto está uma expressão muito característica do Conde de Barcelos, reconhecida na sua obra e utilizada na carta:

(...) e *façam ende bem aos seus amigos* e criados assi como eles tiverem parte(...).

Expressão que se pode comparar, por exemplo, ao dito no Prólogo do *Livro de Linhagens*, quando é citado Aristóteles:

³³ Para a transcrição completa do documento, ver a secção *Anexos*, no presente artigo.

(...) Esto diz Aristotiles: que se homees houvessem *antre si amizade verdadeira*, nom haveriam mester reis nem justiças, *ca amizade os faria viver seguramente* em no serviço de Deus. *E a todolos homees ricos e pobres compre amizade.*(...) ³⁴.

Esta recuperação do ideal clássico da amizade, a preocupação de «fazer bem aos amigos», a esta obsessão pela referência à paz e à busca para a obter, mencionada tanto na carta como na sua obra posterior, pode encontrar a sua provável origem na sua experiência, possivelmente violenta na sua perspectiva, aquando da mediação do conflito entre Dinis I e o infante Afonso, anos antes, ao lado da sua madrastra.

Fosse esta ou não a origem de tal comportamento, o certo é que será o cumprimento dos preceitos relativamente aos direitos e deveres do casal que permitirá que ambos passem tranquilamente os anos seguintes, até à separação final de bens (1347).

1335-1354: Concubinato com Teresa Anes de Toledo e últimos anos de Pedro Afonso

Embora se afirme muitas vezes, sobretudo entre os estudos mais antigos³⁵, que Pedro casou uma terceira vez, tal não é inteiramente verdade: é certo que a partir, sensivelmente, da década de 30, o conde vive no seu paço de Lalim com uma das muitas damas que compunham a corte da rainha Beatriz de Castela, esposa de Afonso IV de Portugal. Esta dama, que se sabe oriunda de Toledo, mas com uma árvore genealógica obscura, ficou conhecida como Teresa Anes de Toledo e, como se de uma esposa se tratasse, acompanhou o conde nos quase vinte anos que durou a relação de ambos, mas nunca casaram. Se o tivessem feito, o conde barcelense incorreria em bigamia, ato de profunda repulsa no seio da Santa Sé que chegara a provocar uma promulgação de interdição do Reino de Portugal em tempo do seu avô, Afonso III, que tomara esta atitude³⁶.

Na verdade os condes *nunca* desfizeram o seu casamento; primeiro, não existe qualquer indício que aponte para uma tentativa de anulação matrimonial, embora, sublinhando o já anteriormente referido, pudesse haver motivos para o fazer; por fim, a não oficialização da separação está bem patente no facto de que a aragonesa se intitula vitaliciamente Condessa de Barcelos, o que não aconteceria se tivesse ocorrido de facto uma dissolução oficial do casamento³⁷.

Teresa Anes de Toledo terá vivido, assim, em concubinato com o conde barcelense durante o resto dos seus dias, nos paços de Lalim. A situação económica de Dom Pedro terá melhorado após comprar os bens da mulher, em 1347, uma vez que se

³⁴ *Livro de Linhagens do Conde*, Prólogo, 4, *apud* Mattoso & Piel (ed., 1980, p. 579).

³⁵ Brandão (1650, fl. 178).

³⁶ Marques & Serrão (1987-2004).

³⁷ Mesmo no Mosteiro de Sigena, onde se veio a recolher, Maria Jiménez é reconhecida com o título «condesa de Barcelhos». Cf. Ubieto Arteta (1986).

apressou a devolver a Teresa o dinheiro emprestado para a referida compra³⁸, indicando algum problema nas suas finanças, que se veio depois a resolver.

Foi ainda neste período de vida “conjugal” que o conde barcelense veio a redigir as obras que o haveriam de o tornar célebre: o *Livro das Cantigas*, onde compila a sua obra trovadoresca; o *Livro de Linhagens do Conde*, redigido entre 1340 e 1344; e ainda a *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

A toledana precedeu o conde na morte, em 1350. No seu testamento, redigido a 7 de maio de 1350³⁹, deixava ao conde uma parte substancial dos seus bens, e ordenava a instituição de um hospital em Lisboa, nas casas da mãe daquele⁴⁰.

Contudo, pouco antes, a 30 de março de 1350, Pedro lavrou um novo testamento⁴¹, onde nomeava Teresa Anes como um dos seus testamenteiros. A esta companheira doava os seus bens em Lamego. Disponha ainda o seu enterro no Mosteiro de S. João de Tarouca, cenóbio ao qual deixou alguns bens pessoais e as herdades da sua primeira esposa em Santarém. O seu *Livro de cantigas* foi doado a Afonso XI de Castela, e deixou também algumas dívidas, cuja liquidação ficou a cargo dos testamenteiros⁴².

Assume-se que a sua “concubina” faleceu nesse ano de 1350, depois de 7 de maio, uma vez que o testamento é o último documento que se conhece da toledana⁴³. Pedro dedicou os últimos da sua vida ao cumprimento das vontades da sua falecida companheira: em 1351 já providenciava a fundação do hospital em Lisboa, onde seriam acolhidos os pobres e os capelães, e que se financiaria nos bens deixados por Teresa e por alguns que o Conde também dispôs, nomeadamente as suas posses em Torres Vedras⁴⁴.

O conde não terá voltado a sair vivo dos seus paços, onde faleceu em maio de 1354. O seu corpo foi trasladado, de acordo com o seu pedido, para o Mosteiro de S. João de Tarouca, onde foi sepultado.

O regresso de Maria Jiménez a Aragão

Muito embora a historiografia antiga considere Maria Jiménez falecida pouco depois de 1347⁴⁵, o que dava ainda dois anos de espaço na vida de Teresa Anes para se

³⁸ Oliveira (2011).

³⁹ Testamento de Teresa Anes de Toledo citado na íntegra em Sousa (1946, pp. 168-172).

⁴⁰ Oliveira (2011).

⁴¹ Testamento de Pedro Afonso de Barcelos citado na íntegra em Sousa (1946, pp. 174-177).

⁴² Parra (2018, pp. 83-93).

⁴³ Teresa já estaria morta a 16 de agosto do ano seguinte, dia em que o Conde faz uma doação a Pedro Esteves, vedor da sua casa, documento este no qual a toledana já não comparece. Cf. Freire (1973, p. 269).

⁴⁴ Oliveira (2011).

⁴⁵ Brandão (1650, fl. 178).

tornar na suposta “terceira esposa” do conde barcelense antes da sua morte em 1349, o facto é que esta “morte” se baseia unicamente na falta de documentação referente à dona em Portugal a partir daquele ano. Maria Jiménez residia em Lisboa, nos paços de Lopo Fernandes Pacheco⁴⁶, e provavelmente tal já sucedia desde 1330, dado terem sido os dois nomeados testamenteiros do conde barcelense. A 11 de agosto de 1347, a condessa surge pela última vez na documentação portuguesa, aqui numa compra, por parte do marido, dos bens que lhe havia cedido em arras⁴⁷, pelo valor, com o qual se considerou “bem pagada”, de três mil escudos de ouro e dobras e mil duzentas e cinquenta libras da moeda portuguesa⁴⁸. Facilmente se comprovará, pelo estudo de fontes da Coroa de Aragão, que a vida de Maria se prolongou para lá desta data, numa ainda vasta documentação que lhe é referente, revelando que Maria simplesmente abandonou Portugal. Depois de quarenta anos em solo português, a aragonesa regressava por fim à sua terra natal, como muito tempo antes Jaime II lhe pedira para fazer, pelo menos desde a carta de 1316⁴⁹. Punha também fim à situação dúbia que vivia desde essa data; a sua partida tornava a separação definitiva.

Maria veio a refugiar-se no Mosteiro de Sigena, onde a sua irmã, Urraca Artal Cornell, era priora. A condessa veio a tornar-se numa grande protetora do cenóbio e liquidou várias das dívidas que a nova priora havia herdado das antecessoras⁵⁰. Parece ter usado ainda da sua influência para auxiliar na negociação do matrimónio da infanta Leonor de Portugal com Pedro IV de Aragão⁵¹. Fez testamento a 14 de março de 1354⁵², e faleceu, provavelmente, no ano seguinte, sepultando-se no transepto sul deste mesmo Mosteiro⁵³.

Conclusões: análise geral da documentação

Uma visão da documentação conhecida parece mostrar que, apesar da separação, os condes, nas fases finais das respetivas vidas, e como casal que constituíam e que nunca deixaram de ser, mantiveram sempre um respeito e consideração mútuas, e talvez até alguma afeição, pelo que se pode depreender da declaração do Conde no testamento de 1330. Contudo, nunca transparece dessa relação algo mais do que mera

⁴⁶ Freire (1973, p. 268).

⁴⁷ Oliveira (2011).

⁴⁸ Freire (1973, p. 268).

⁴⁹ Lopes (1965, p. 501).

⁵⁰ Ubieto Arteta (1986, pp. 22-23).

⁵¹ Çurita, Gerónimo, *Anales de Aragon*, liv. VII, cap. VI, fl. 171, *apud* Freire (1973, p. 269).

⁵² Veja-se o testamento desta dona, datado deste dia, no URL: <http://dara.aragon.es/opac/app/item/doma?vm=nv&al=6,7,8&ob=df:1&p=0&ft=person:Artal+Cornel,+Urraca+%28priora%29&ft=person:Jimenez+Cornel,+Mar%C3%ADa&st=3.116.128.132.264&i=119517>.

⁵³ Lutrell & Nicholson (2017, p. 37).

e fria atividade económica de doações, vendas e outros atos de tabelionato.

Os documentos recentemente transcritos, de 1327 e 1335, relativos à vida económica do casal, corroboraram este comportamento. Assim, no período que nos propusemos estudar, o mais perto que os condes se mostraram de um desentendimento foi precisamente no documento de 1329, onde a condessa se manifesta em clara oposição ao seu marido, acabando, no entanto, por conceder ao seu pedido, pela “amizade” que nutria por ele.

Esta ligação que se manteve entre ambos, vigente pelo menos desde 1327, senão mesmo desde a separação ocorrida antes de 1316, acabaria por diluir-se, não por um desentendimento, mas porque Pedro conheceu a toledana Teresa Anes, com quem passou a viver em concubinato. Após o documento de 1330, Maria Jiménez surge apenas mais uma vez em 1347, a última em Portugal. Assim, nos dezassete anos que separam ambos os documentos, não se conhecem outros tratos entre os condes barcelenses, o que parece confirmar o seu distanciamento.

O conde de Barcelos tentou fazer da sua concubina a herdeira dos seus bens, mas foi surpreendido pela morte desta em 1350. Por essa altura, já no Mosteiro aragonês de Sigüenza habitava uma “Condessa de Barcelos”.

Termina assim, de forma bastante pacífica, um casamento que, apesar de ter atravessado fases difíceis, mostrou ser um exemplo de respeito e amizade mútuas, mesmo numa situação ambígua e difícil para ambos os esposos. Não é, contudo, nenhuma novidade num homem cuja extraordinária humanidade e diferente conceção do mundo o tornaram num indivíduo bem à frente do seu tempo.

Bibliografia:

- Brandão, António (1632), *Quarta parte da Monarchia lusitana: que contem a historia de Portugal desde tempo delRey Dom Sancho Primeiro, até todo o reinado d'el Rey D. Afonso III...*, Lisboa, Pedro Craesbeeck.
- Cintra, Luís Filipe de Lindley (1951), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I (Introdução), Lisboa, Academia Portuguesa da História/Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Freire, Anselmo Braamcamp (1973), *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Lopes, Fernando Félix (1965), «Alguns documentos respeitantes a D. Pedro conde de Barcelos», *Itinerarium - Colectânea de Estudos*, ano XI/ nº 50, pp. 486-503.
- Lopes, Graça Videira *et al.* (2011-), *Cantigas Medievais Galego Portuguesas* [base de dados online], Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. Disponível em <http://cantigas.fcs.unl.pt>, [consultado a 2/5/2019].
- Luttrell, Anthony & Nicholson, Helen J. (2017), *Hospitaller Women in the Middle Ages*, Taylor & Francis.
- Marques, António Henrique de Oliveira & Serrão, Joel (1987-2004), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença.

- Mattoso, José (ed., 1980), *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. I e II «Livro de Linhagens do Conde D. Pedro», Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa.
- Mattoso, José (1992), «A guerra civil de 1319-1324», in *Portugal Medieval: novas interpretações*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2011), «O argumento da linhagem na literatura ibérica do séc. XIII», in Miranda, José Carlos Ribeiro/Martin, Georges (org.), *Legitimação e Linhagem na Idade Média Peninsular. Homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*, Porto, Estratégias Criativas.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2018), «Pedro de Barcelos, Maria Jiménez Cornet e um cantar de escárnio de Estevam da Guarda», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº 3, pp. 57-75.
- Miranda, José Carlos Ribeiro & Maria Rosário Ferreira (2015), «O projeto de escrita de Pedro de Barcelos», *Revista População e Sociedade, CEPESE*, 23, pp. 25-43. Disponível em <http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/populacao-e-sociedade-n-o-23>, [consultado a 15/2/2019].
- Oliveira, António Resende de (2011), «O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, Conde de Barcelos », *e-Spania* [En ligne], 11. Disponível em: <http://e-spania.revues.org/20374>. DOI: 10.4000/e-spania.20374.
- Parra, Ana Raquel da Cruz (2017-2018), *A Paternidade na Idade Média: o caso de D. Dinis*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (1997), *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 2 vols., Porto, Universidade Moderna.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (2005), *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Sousa, D. António Caetano de (1946), *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, 2ª edição, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora Lda.
- Ubieto Arteta, Agustín (1986), *El Monasterio Dúplice de Sijena*, Huesca, Instituto de Estudios Altoaragoneses.

Anexos

A transcrição documental, mesmo dando a primazia à exatidão da forma e conteúdo de um determinado documento, não é impermeável a imprecisões ou erros. No presente caso, surgiram algumas dúvidas relativas a determinadas palavras, que se fez questão de assinalar a *itálico sublinhado*.

Os mais acalorados agradecimentos aos Professores José Carlos Miranda e Simona Ailenii, e também a Joana Gomes e a Eduarda Rabaçal, investigadoras do projecto MELE, pelo auxílio prestado nas transcrições dos documentos de 1327 e 1335. Agradece-se também a gentil cedência, por parte do Professor José Carlos Miranda, das suas transcrições dos documentos de 1329 e 1330, que se apresentam também neste anexo.

Documento 1:

1327, dezembro, 10 - Canal. Carta de Lourenço Fernandes, partidador de Maria Jiménez Cornell, Condessa de Barcelos, doa, citando uma carta desta de 14 de novembro, herdamentos e meio reguengo em Copeira, termo de Evoramonte, a João Mendes e sua esposa Sancha Gomes. Escrita cursiva. Bom estado de conservação.

Archivo de la Corona de Aragón, 19-9

“ ¹En o nome de Deus, amen. Sabham quantos estas cartas perdidas per a b c virem e leer ouvirem como eu Lourenço (*sic*) Fernandez, preitador da Conde-/ ²ssa Dona Marria (*sic*) per ham prestaçom de qual otros tales (*sic*) conhoscam todos quantos esta presente preitaçom virem que eu Dona Maria Condessa de/ ³Barrçelos faço e ordinho e estabelesco por meu certo preitador verdadeiro e liidimo e abastoso asim como deve seer e mais valer Lourenço/ ⁴Fernandez meu criado o portador desta presente preitaçom que el por mi e em meu nome per cure e demande totalas erdades e posisoes que eu oje/ ⁵de dreito devo aver antre Tejo e Odiana e pera arrendar e emprazar e dar aforo às dictas erdades a qualquer pessoa ou pessoas que lhas quei-/ ⁶rram arrendar ou emprazar ou tomar aforo e pera lhi mandar ende fazer carta ou cartas estromento ou estromentos e dar sobre dictas cousas e de cada -/ ⁷hũa delas per mão de qual per

taballiom que esta preitaçom vyr o qual⁵⁴ ou quantos eu rogo que os façam cas ponham em seus registos segundo/⁸seu huso e seu custume (*sic*) e que o dicto meu preitador o arrendamento (*sic*) ou emprazamento que fezer que o faça ante saber a mim e do comprido poder ao dicto /⁹meu preitador pera entrar a preito sem estre (*sic*) foro per dante nosso senhor El Rei e per tanto seu sobre juiz ou sobre juizes ouvidor ou ouvidores /¹⁰ou per dante outro ou outros juiz ou juizes asi (?) come serzas convenavees ao fecto a demandar pedyr e receber responder defender/¹¹contradizer recontar espaçar a viir compoer ciseiço ou ciseiços poer (*sic*) apelar e soplicar a apelaçom e soplicaçom seguir renit semestre for e pera/¹²jurar em mha alma juramento de qualquer maneira que o direito mandar caurarta contraira o juramento leixar e demandar semestre for e pera estabelecer ouso es-/¹³çabelecer (*sic*) outro ou outros preitador ou preitadores em seu loge e em meu nome e pera os seños e depois do revogamento o ofiçio da preitaçom em si filhar/¹⁴quantas vezes vyr que lhe faz mester e pera totalas outras cousas e diz que verdadeiro e lydimo preitador pode e deve fazer ou faria e -/¹⁵dossia se per mha pessoa presente fosse e eu ei e averei por firme e por estavil pera sempre totalas cousas que pelo dicto meu preitador/¹⁶ou pelo seu estabeçudo (*sic*) ou sostabeçudo (*sic*) dele ou deles for fecto e dicto e preitado e enderentado nas cousas sobredictas e em cada hũa de-/¹⁷las so obrigamento de todos meus bens asi como o dicto quer e manda. Fecta a preitaçom em Conimbria nas casas da Rainha Dona Beatrix cator-/¹⁸ze dias de Novembro da Era de mil trezentos e sessenta e cinco anos, eu Joane Anes publico tabalhom de nosso senhor El Rei em/¹⁹Conimbra a esto presente foy e apoyo e demandado da dicta Condesa esta presente preitaçom com mha maaõ propria e say com ela este meu sinal /²⁰pugi em testemunho das dictas cousas que presentes foram. Ayres Fernandez comprador da Rainha e Affomso Anes chantro da Condesa e Affomso de Sousa -/²¹seu homem da dicta Condesa e Ayres Affomso tabalhom de Coinbra e outros (?) Alffomso taballiom presens fui e eu Lourenço Fernandez preitador da dicta/²²Condesa e per poder da dicta preitaçom dou a vos Joham Mendez e a vossa molher Sancha Gomez todo o erdamento que o Conde e a Condesa am na Copey-/²³rria termo d'Evoramonte asy como parte com reguengo d'El Rei da hũa parte e com Matey Eanes uirus contra o dicto erdamento e desi como parte /²⁴com Feixeeiro (*sic*) e polo caminho

⁵⁴ "q" riscado.

que vai d'Evoramonte pera o Vimeeyro dou a vos a dicta erdade pera todo semper per tal guisa que vos façades em ela e dela/ ²⁵come da vossa propria posisom o que a vos aprouzer com tal foro que dades ao dicto Conde e Condessa e a todos os que depois eles veerem vos e todo-/ ²⁶los que depois vos veerem o quinto de quanto deles der no dicto erdamento orados os preços que se devem a pagar e devades adubar a vya/ ²⁷que esta no dicto erdamento e adubardala de cada seu adubo dardes do uso que colherdes ou venderdes o quanto nolar se o colherdes e nos deverdes/ ²⁸à lavra o dicto erdamento com dous arados e nom sairdes do dicto erdamento per lavar alhur e se del sairdes que o nom lavredes a ano e vez e per nossa mingua e perdês/²⁹algũa cousa do direito dos senhores que o coregados alem vista do moordomo dos dictos senhores e homeens boons. E vos deveades a demandar as coomhas/ ²⁹que fezerem no dicto erdamento e levardes vos a meiadade cos senhores a outra meiadade e eu Joham Mendez e Sancha Gomez sa mulher nos obrigamos/ ³⁰a cumprir as cousas sobredictas e cada hũa delas e obrigamento de todos os nossos bens tam que presentes foram Giral ut d'alem do Canal e Ayres Lourenço/ ³¹alvazil e Ayres Calvo vizinho de Sertremoz (*sic*) e Ayres Anes Galego e Domingos homeem do dicto Joham Mendez e outros e eu Joham Dominguis tabalhom do Conde Dom Pedro/ ³²no Canal que a esto presente fui e per outorgamento dos sobredictos estas cartas com mha mão e sai co meu sinal hi pugi que tal e [sinal] em testemunho/ ³³de verdade. Feitas as cartas no Canal dez dias de dezembro Era de mil e trezentos e sessenta e cinco anos.”

Documento 2:

1329, janeiro, 15 - Portalegre. Carta de Lourenço Martins, tabelião geral do reino, na qual relata uma audiência da condessa de Barcelos com o rei de Portugal, na qual esta consente numa doação do seu marido, de alguns bens em Leiria, a uma sua manceba Juliana. Escrita cursiva. Bom estado de conservação.

Archivo de la Corona de Aragón

“Sabham quantos este stromento uyrem e leer ouvirem como perante o muyto alto e muy noble senhor Dom Affonso, pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve, a muy noble Dona Maria, Condessa de Barcelos, disse que o Conde Dom Pedro, seu

marido, lhy enviara dizer e rogar que possesse o seu seelo en hũa carta do dito Conde, a qual logo mostrava, ena qual era conteudo que el e esta Condessa, sa mulher, fazia doaçom de todolos bẽes e heranças que auyam? en Leirẽa e en sseus terminhos (?) a Ilhana, manceba do dito Conde, por serviços que lhes fazia e fezera. E dizia a dita Condessa que serviço nunca lho a dita Ilhana fezera, e que tal doaçom nom a outorgava nem conssentia en ela, mais que expresamente contradizia a ela. E quanto era eno poimento do sseu seelo, que o porria hy muy contra sa voontade, mais porque o dito Conde era seu marido e seu senhor e por se nom desavir del. E outrossi porque achaua per leterados que nenhũa doaçom que cavaleiro fezese a algũa barregana que tevesse que nom valia, por eso querendo cumprir sa voontade e obedecer a sseu mandado, que mandaua hy põer o dito seu seelo, e como quer que o hy possesse, que o nom auya hy por posto. E contradizia aa dita carta e ao poimento de sseu seelo e a todas as cousas que ena dita carta eram conteudas. E pedio ao dito Senhor Rey que desta prestaçom lhy mandasse tresladar hũu stromento, e que mandasse el hy põer o sseu seelo. Feyto en Portalegre (?) quinze dias de Janeyro. Era de mill trezentos sasseenta e sete anos. Testemunhas: Pero Minguez, ayo do Iffante Dom Pedro; Domingos Anes (?), porteiro dal Rey: Et eu, Lourenço Martinz (?), tabelliom geeral, que este stromento, per mandado do dito senhor Rey e a rogo da dita condessa, este stromento com mha mão screui, e en el meu sinal pugi que tal he {sinal} En testimonho de uerdade †”

Documento 3:

1330, setembro, 4 - Portalegre. Testamento de Pedro Afonso, Conde de Barcelos. Escrita cursiva. Bom estado de conservação.

Archivo de la Corona de Aragón

“En nome de Deus amen. Sabham quantos este stromento de testamento vyrem e leer ouvẽrem como eu, o Conde don Pedro, filho do muy nobre Rey don Denis de Portugal e do Algarve, a que deus perdoe, temendo minha morte e o dia do juiso en que todolos

*christãos*⁵⁵ deuemos parecer [?] perante nostro senhor Deus que nos de *nient* fez. Con minha saúde, meu siso e com meu entendimento conprido ffaço e ordenho meu testamento em esta guisa: primeiramente mando a alma a Deus que a no meu corpo criou e aa *virgem* gloriosa santa Maria, madre que por *mjm* ante o sseu filho seia _____gada. Que mj perdoe Deus meos pecados e _____ a Corte do Ceo per o paguem por *mjm* que a *queiram* receberem ao meu saimento era sua santa gloria do paraíso E mando o meu corpo soterrar en o moestejro de San Jahne de Arouca⁵⁶ assi comoo eu ia tenho ordenhado. E por gram feuz a *que* ej ena condessa dona Maria *minha* molher e en Lopo⁵⁷ Fernandez Pacheco mejrinho major delRej por bõõ *que* ele he ffação se meus testamenteiros e executores de meu testamento. E doulhes todo meu poder conprido a anbos *que* eles filhem cedo o meu aver assi movel como de Raiz e *que* dele ordenhem e façam e den aaqueles logares e pessoas hu virem por melhor e mais serviço de Deus e proveyto da minha alma E mando que se alguum deles morrer ante que o meu testamento seia conprido e o meu aver seia despeso e pagado *que* ante dessa morte possa poer outra pessoa en sseu logo pera conprir o que el nom pode conprir en ssa vida E quero e mando que nenhuum dos dois meus testamenteyros seram teudos a dar conto nem recado a Rey nem a princepe nem al bispo nem a vigairo nem a outro nenhuum de Receipta nem de despesa do meu aver ca eu mando e quero que eles façã de todo e en todo como eu *fara* se vivo fosse E quero e mando que se per ventura outro testamento ou testamentos *cedalo[?] au cedalos[?]* parecessem que non valham nem tenham pesto que fossen feitos depois deste salvo se deste fezer mençã de nho anho ca esta he a minha prestumejra voontade. Ffeyto na cidade de Porto quatro dias de setembro Era de mil trezentos sasseenta e oyto annos. Testemunhas: ffrej Affonso Vehegas *scrivam* delRey no _____, ffrei Stevã seu *companheiro* <quase ilegível>, Lopo Peres *ouvidor* delRey, Pero Anes *alcade/abade* de San Salvador de Viana. E eu Lourenço Martins⁵⁸ Tabelliom geeral delRej *que* este stromento a rrogo e mandado do dito Conde selej e en el meu sinal pugi que tal he [sinal] E testimonho de verdade.-----”

⁵⁵ no ms. “xpããos” (algo parecido)

⁵⁶ Seria Tarouca...

⁵⁷ será????

⁵⁸ É o mesmo que aparece na Ilhana...

Documento 4:

1335, junho, 11 - Coimbra. Oficialização da disposição final, feita pelo juiz Lourenço, da divisão dos bens dos Condes Pedro Afonso e Maria Jiménez Cornell, já estabelecida em carta anterior de 1332, dezembro, 11, e que se encontra citada na totalidade no presente documento. Escrita cursiva. Bom estado de conservação.

Archivo de la Corona de Aragón, 19/14

“ ¹Sabham quantos este stromincto virem e leer ouvirem como onze dias de Junho da/
²Era de mil trezentos sateenta (*sic*) e tres anos e na Cidade de Coimbra perante Ruy
Faffez ouvidor/ ³en cas d’El Rei parecto huum stromincto feyto e assinaado per Pedro
Anes taballiom geeral do qual o teor/ ⁴talho [caldeirão] En nome de Deus amen sabham
todos como os mui nobres e muyto onrrados Don Pedro Conde/ ⁵de Barcelos e Dona
Maria sa mulher disserom que eles consyrando: o serviço de Deus e a propri (*sic*) dessas
almas e peerdom/ ⁶as metades no muy boom devido que antre si avyam e avendo o
huum do outro specialmente feuzo, ambos concorda-/ ⁷uelmente dessas boas e livres
vontades e sen prema e constringimento nenhũu ordinarom dessas almas stados/
⁸vidas stados e fazendas, bens, possissoes, erdades e logares e de totalas outras cousas
que/ ⁹ora an e ata sa morte averam per as maneyras e condiçoes que se seguem,
convem a saber, que eles e al-/ ¹⁰guem deles en todas sas vidas nem a sas mortes nom
vendan nem den nem enalheen nem assi nem em/ ¹¹prestamo daqui en deante nenhuũs
herdades logares bens e possissoes daquelas que ora am e ata sas mor-/ ¹²tes averam a
nenhũa pessoa de qualquer stado condiçãõ que seja salvo que das rendas que destes
bens/ ¹³sayrem eles mantenham bem e onrradamente sas fazendas como aos seus
stados comprem e façam ende/ ¹⁴bem aos seus amigos e criados assi como eles tiverem
parte e a morte de qualquer deles que pri-/ ¹⁵meiro morrer todas as sas herdades logares
beens e possissoes desse finado seeram livremente e / ¹⁶sen contenda ao outro que
deles viver e aquele a que assi ficarem nom as deve vender nem dar nem/ ¹⁷enalhear
nem mal parar e nem em préstamo en toda sa vida nem nenhũa outra cousa / ¹⁸dos
outros seus logares erdades possissoes e beens que han e ata sa morte avera, salvo en

maan/man-/ ¹⁹teer pelas rendas deles seu stado como dicto he e en pagar as devidas de finado e as suas/ ²⁰ e en dar (*sic*) cinco mil libras de Portugal pera se fazerem e conpirem per elas o que esse finado en seu testa-/ ²¹mento mandar. E aquele a que assi todolos dictos beens ficarem deveras à sa morte dar e fazer despen-/ ²²der en serviço de Deus e en prol das almas deles hu quarto e como el un que sera mester/ ²³e quiserom e outorgarom que per todo esto a eles nom se tolha e fique perservado d'enprazar e dar afforo e/ ²⁴arrendar e escanbhar as dictas sas herdades e beens como eles virem por sa prol aos quaes/ ²⁵todas cousas sobredictas e cada hũa delas louvarom e outorgarom por firmes e staveis per sempre e/ ²⁶prometerom e jurarom aos sanctos avangelhos corporalmente per eles tannados aos teer conprar e aguardar/ ²⁷como dicto he pera sempre e a nom ir contra elas nem contra algũa delas en nenhuu tenpo nem per ne-/ ²⁸hũa razom. Feito foy aquesto em Santarem tres dias de dezembro era de mill trezentos sateenta anos/ ²⁹testemunhos Lopo Perez Jahun (*sic*) Ayres porteiro da Rainha Stevam Botelho morador en Cuimbra (*sic*) Ro-/ ³⁰naão iures de Barcelos e eu Pedro Anes taballiom geeral d'El Rey nos seus reinos de Portugal e do/ ³¹Algarve que ate deste pegado presente fuy à petiçom dos sobredictos Conde e Condessa este stro-/ ³²mincto outro semelhante per eles *strevi* e assinei do meu sinal en testemunho das dous causas E qual³³stromincto assi mostrado Lopo Perez que foy ouvidor en cas d'El Rei pedio ao dicto Ruy (*sic*) Faffez que/ ³⁴mandasse a mi Lourenço iures tabelliom geeral que o trasladasse en forma publica dando hy o dicto Ruy Fa-/ ³⁵fez sa autoridade. E o dicto Ruy Faffez dando hy sa autoridade mandou a mi sobredicto Lourenço/ ³⁶iures que o trasladasse e lhi desse en hũu stromincto feyto em *mesmo* dia e logo sobredictos/ ³⁷testamunhos dicto Lopo Perez Affonso Stevez, porteiro; Domingos Felgado, reposteiro da Rainha; ³⁸e outros. E eu Lourenço iures taballiom sobredicto que este stromincto trasladei per mandado e autoridade/ ³⁹do dicto Ruy Faffez e aqui meu sinal pugi que talho [sinal]. En teste-/ ⁴⁰munho de verdade”.

Autor:

António Resende de Oliveira

antonioroliveira19@gmail.com

Leontina Ventura

leventura@sapo.pt

Título:

O séquito dos Briteiros em meados do séc. XIII

Resumo:

Membros de uma linhagem da nobreza secundária da região de Braga, os Briteiros adquirem alguma visibilidade ao serviço dos Sousas ou pela pertença ao séquito de membros da família régia. Num processo de ascensão social vertiginoso, conseguem guindar-se à mais alta nobreza, suscitando o aparecimento de uma gesta satírica em que é ridicularizado o grupo nobiliárquico que se afirma, por sua vez, como séquito desta nova linhagem de ricos-homens. É sobre o percurso da linhagem e sobre o seu séquito por meados do século XIII que incidirá a atenção dos autores, procurando elucidar alguns aspectos da formação desta nova casa senhorial.

Palavras-chave:

Briteiros; nobreza; séquitos; vassalidade

Abstract:

The lineage of Briteiros emerged from the secondary nobility in the region of Braga. Its members became noteworthy through their service to the great lineage of Sousa and their participation in the retinue of members of the Portuguese royal family, and were granted the rank of “ricos-homens” (lords). The lineage’s blisteringly quick social ascension to the highest nobility prompted the composition of a satirical gest that ridiculed the band of low rank nobles that rose socially in the entourage of the Briteiros. This study focuses on the path trodden by this lineage and its suite throughout the 13th century, and endeavours to shed some light on aspects of the formation of this new lordly house.

Keywords:

Briteiros; nobility; retinues; vassalily

Plano:

Trajectória vassálica da linhagem

Os vassallos dos Briteiros numa “gesta de maldizer”

Os vassallos dos Briteiros: alguns dados biográficos

Como citar este artigo:

António Resende de Oliveira & Leontina Ventura, «O séquito dos Briteiros em meados do séc. XIII», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº 3, 2018, pp. 101-118. DOI: 10.21747/21839301/gua3a5

O SÉQUITO DOS BRITEIROS EM MEADOS DO SÉC. XIII*

Leontina Ventura
Universidade de Coimbra/CHSC

António Resende de Oliveira
Universidade de Coimbra/CHSC
Projecto MELE

As Inquirições e a documentação das Chancelarias régias e eclesiásticas (de Sés e de instituições monásticas) permitem-nos seguir o percurso patrimonial dos Briteiros. Um património que, no âmbito territorial e jurisdicional — a par com diversas estratégias, devidamente entrecruzadas e entrecruzadas, da aliança matrimonial ou das ligações com o poder régio e com a Igreja —, se foi acrescentando e solidificando. Por isso a ascensão social, que se tornou um claro desígnio da família, se viu concretizada com a passagem da vassalidade de outras famílias nobres mais poderosas à de infantes e reis, assim se elevando de infanções a ricos-homens senhores de vassallos, e chegando a casar com bastardas régias, fazendo de seus filhos netos de reis¹.

Um percurso porventura demasiado veloz e aparentemente fácil, e que foi favorecido por conjunturas político-sociais propícias: de conflito entre o poder régio e o poder senhorial (1211-1223) ou mesmo de guerra civil (1245-1247), momentos em que, justamente, as questões da vassalidade foram ponderosas, associadas ora a actos de lealdade ora a episódios de traição. Donde, o que sabemos de alguns elementos da família é, tão-só, que foram vassallos régios ou de uma poderosa linhagem da nobreza de Portugal.

* Este artigo foi parcialmente desenvolvido no âmbito do projeto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), cofinanciado pelo Programa Operacional competitividade e Internacionalização (POCI), através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Na sua origem, este estudo resulta da comunicação apresentada pelos autores no colóquio *Poder, Mitos e Memórias na Sociedade Medieval. Contributos de Luís Krus*, que decorreu na Torre do Tombo e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa a 1 e 2 de Outubro de 2015.

¹ Os percursos social, político e patrimonial da linhagem foram analisados nos nossos primeiros estudos sobre a linhagem: Ventura & Oliveira (1995, pp. 71-102); *idem* (1996, pp. 65-102).

Trajectória vassálica da linhagem

Se nada conhecemos sobre Mem Peres de Longos, o patriarca da família, seu filho Gomes Mendes de Briteiros parece já fazer parte da corte de D. Sancho II desde o início deste reinado. Testemunha, em Junho de 1223, o primeiro acto deste monarca, o da composição com suas tias². O seu casamento com uma Silva (Urraca Gomes da Silva) talvez ajude a explicar o seu posicionamento ao lado de D. Sancho II, rei criado por Martim Fernandes de Riba de Vizela e Estevainha Soares da Silva.

Diferente sorte e diferente alinhamento parece terem tido os filhos de Gomes Mendes. De Gonçalo Gomes, para além de duas fugazes referências a bens que lhe deixa sua irmã D. Marinha Gomes de Briteiros, monja de Arouca,³ sabemos apenas que «feze-o cavaleiro Dom Gonçalo Mendes de Sousa»⁴. Não podemos deixar de ter em conta que tal ocorre numa altura em que seu pai, cavaleiro e vassalo régio, convivia na corte de D. Sancho II com os *barones* do Reino, entre os quais estava D. Gonçalo Mendes e seus irmãos Rodrigo, Garcia, Henrique e Vasco Mendes de Sousa. Foi exactamente junto do cabeça de linhagem que Gonçalo Gomes de Briteiros foi acolhido como vassalo.

Gonçalo Mendes de Sousa, desde 1211 em conflito com o seu rei D. Afonso II, que o afastara do cargo de mordomo-mor e das suas tenências, deixara o Reino e tornara-se vassalo do Rei de Leão D. Afonso IX. Ora, neste mesmo contexto (de luta entre o poder régio e o poder senhorial), D. Afonso II cercou sua irmã D. Teresa no castelo de Montemor-o-Velho, de que ela era senhora. D. Afonso IX, que com ela fora casado «e queria-lhe muito bem»⁵, acorreu a ajudá-la. Com ele terão vindo muitos dos seus vassalos. Relata-nos o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* que D. Gonçalo Mendes de Sousa, então em Leão, quando soube do cerco

(...) em Crasto Tarafe, u estava, endereçou com XXV cavaleiros que tiinha, e andou quanto pode, e chegou a Monte Moor o Velho, e entrou dentro ua noite. (...) E des que lhi folgarom os cavalos tres dias, dom Gonçalo Meendez, com aqueles que trouve e com outras companhas muitas e boas que esta rainha dona Tereja tiinha consigo (...)

teria vencido e desbaratado o alferes mor do rei de Portugal e, assim, o poder militar deste.

Esta narrativa tem o maior interesse do ponto de vista em que nos situamos. Diz-

² TT- Gav. I, m. I doc. 2 (1223 Junho 23). Cf. Morujão (2001, doc. 80^a).

³ TT- *Mosteiro de Arouca*, Gavetas 3, m. 10, docs. 14 e 15; TT - *Livro de D. Maior Martins*, fl. 65v, n.º 72; Coelho (1988, docs. 241 e 242, de 1224 e de Março de 1225).

⁴ *Livro de Linhagens do Deão* 6AU7 (a partir de agora LD seguido igualmente da numeração do capítulo e geração da edição utilizada).

⁵ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* 26A3 (a partir de agora LC seguido igualmente da numeração do capítulo e geração da edição utilizada).

nos que, em inícios do século XIII, um membro da mais alta nobreza portuguesa que se ausentara para Leão se rodeava de um séquito militar que poderia atingir o número de cavaleiros aí referido. Com eles, D. Gonçalo Mendes se acolhera à corte leonesa, transformando-se em vassalo de um novo rei e recebendo a correspondente paga pelo seu serviço. Era neste grupo vassálico que Gonçalo Gomes de Briteiros se integrava, embora não possamos afirmar que tenha sido um dos cavaleiros — cujos nomes desconhecemos⁶ — que acompanhou o magnate de Sousa a Montemor. Seguramente que, em cada circunstância, o vassalo trazia para a defesa do seu senhor o corpo dos seus vassalos e clientes.

Não crendo, também, que o D. Rui Gomes que surge entre os *barones* do Rei de Leão referidos no documento de 1223 fosse o de Briteiros, mas sim o da Galiza (de Trava ou Trastâmara)⁷, este irmão de Gonçalo Gomes não demoraria a adquirir igualmente visibilidade em contexto vassálico enquanto substituto do infante D. Pedro Sanches⁸ no cargo de mordomo de D. Afonso IX. Posicionava-se, assim, como um dos principais vassalos deste infante e o facto de aparecer apenas em 1226, sendo o primogénito, levar-nos-ia a pensar que 1212 seria talvez demasiado cedo para o irmão Gonçalo Gomes surgir entre os cavaleiros dos Sousas. Quanto a Rui Gomes, continuará a acompanhar D. Pedro Sanches em 1229, quando este se preparava para casar com Aurembiaix de Urgel, assistindo, em Aragão, ao contrato matrimonial entre ambos e sendo identificado como Rodrigo Gomes de “Britanis” ou “Britaniis”⁹. Deste modo, os Briteiros posicionaram-se desde cedo junto das principais linhagens que tinham tomado o partido das infantas na luta contra D. Afonso II. Obrigadas aquelas a demandar a corte leonesa, é neste contexto que emergem sinais evidentes da constituição das “casas” da mais alta nobreza portuguesa, que tentam reproduzir, à escala do seu património, a casa do próprio monarca¹⁰.

Ao longo dos anos subsequentes, Rui ou Rodrigo Gomes poderá ter permanecido mais tempo em Portugal. Estava cá pelo menos em Setembro de 1230, quando

⁶ É admissível que estejam entre eles alguns dos que acompanham o Sousa na confirmação dos forais de Montemor e Alenquer — concedidos em 1212, respectivamente, por D. Teresa e D. Sancha: Aires Mendes (filho de Mendo Estrema), Lourenço Viegas (filho de Egas Henriques de Portocarreiro), Gomes Viegas (filho de Egas Afonso), Martim Gonçalves (filho de Gonçalo Sarracines), D. Gil (filho de Rodrigo Fernandes de Lisboa) ou Gonçalo Peres (filho de Pero Gonçalves de Paiva). Cf. Ventura (1992, vol. I, p. 427, notas 2-4).

⁷ Calderón Medina (2012, pp. 131-151); *idem* (2013, pp. 617-646).

⁸ Não tendo embora nenhuma fonte que ligue Rui Gomes à vassalidade dos Sousas, não podemos deixar de aventar como hipótese que este, que esteve na corte do Rei de Leão integrado na vassalidade do infante português Pedro Sanches, de quem Gonçalo Mendes era vassalo, tivesse antes sido vassalo daquele Sousa.

⁹ Ou, talvez, cremos nós, “Britariis”. Cf. Domingo (2007, docs. 23 e 24). A presença em Aragão de Mem Soares e de Gonçalo Garcia, dois dos portugueses que testemunham estes documentos, havia já sido assinalada por David (1989, p. 14).

¹⁰ Uma tentativa de enquadramento desta mudança foi feita em Oliveira (2001, pp. 51-62).

testemunha, com alguns Sousas, uma doação da rainha D. Mafalda, e oito anos mais tarde uma inquirição decidia sobre o direito de padroado que alegava ter na igreja de S. Gens de Montelongo¹¹. Este último documento implicaria uma presença no território nos anos anteriores. O seu casamento com Elvira Anes da Maia pelos finais da década anterior, tendo certamente recebido a benção dos Sousas¹², não obrigaria talvez a uma saída do território, embora a falta de documentos não permita ter certezas quanto a essa possibilidade. É certo, porém, que os anos quarenta serão mais movimentados, com presenças em Castela e em França e a actividade ligada ao Conde de Bolonha em Portugal.

Seja como for, no que toca aos ganhos da linhagem, amplamente enriquecida — pelo menos de acordo com o trovador Martim Soares na sátira ao casamento de Rui Gomes com Elvira Anes¹³ —, será de ter em conta que já Gomes Mendes Guedão, bisavô de Rui Gomes, depois de seu casamento com Mor Pais Taveira¹⁴ (a bisavó de Rui Gomes), casou uma segunda vez com Chamoá Mendes de Sousa. Obviamente que isto não faz de Rui Gomes bisneto de uma Sousa, mas denota que já antes os dois sangues se tinham miscrado e que, seguramente, os Guedões¹⁵ não descuravam qualquer hipótese de se aliarem com os Sousas.

Falávamos, atrás, no alinhamento político de Rui Gomes em oposição a D. Sancho II em virtude da sua relação vassálica com os Sousas ou com o infante D. Pedro Sanches. Também, por via do cruzamento entre as relações de parentesco e as de vassalidade,

¹¹ Foi justamente em 9 de Maio de 1238, estando em S. Clemente de Basto, que o arcebispo de Braga D. Silvestre Godins, devidamente sustentado por peritos, pronunciou sentença contra a reivindicação de direitos de padroado e de aposentadoria na igreja de S. Gens de Montelongo (c. Fafe), por Rodrigo Gomes de Briteiros, contestada por parte do prelado desta, Gonçalo Gonçalves. AMAP- Pergaminhos da Colegiada de Guimarães, nº 22, in Ramos (1991, doc. 357).

¹² Veja-se Miranda (1995, pp. 375-381); Ventura & Oliveira (2001-2002, pp. 144-148). Uma eventual relação vassálica entre Rui Gomes de Briteiros e Gonçalo Mendes de Sousa (cf., supra, nota 8), facilitando o acesso à sua sobrinha-neta Elvira Anes da Maia (filha de Guiomar Mendes de Sousa e de João Peres da Maia) — que os Livros de Linhagens e a poesia trovadoresca indiciam ter sido por ele raptada — talvez ajude a explicar a ulterior “legitimação” do casamento, por parte dos Sousas — o que se confirma pelas partilhas celebradas entre os filhos após a morte de ambos.

¹³ «[...] ante farei meu linhagen melhor/ do que é o de Gueda, mais baixado;/ e veeredes, pois meu filho for,/ neto de Gueda con condes miscrado». Cf. Brea (1996, p. 655, nº 97, 32), com alterações de pontuação nos dois últimos versos sugeridas em Miranda (1995, p. 379 e nota 20); *idem* (2011).

¹⁴ Decerto irmã de Gonçalo Pais Taveira (filhos de Paio Soares Romeu), pretor de Montemor, e de Maria Pais com quem este faz um pacto em 16 de agosto de 1220 (Coelho, 1988, doc. 225). Cf. LC 21N11-12.

¹⁵ Ainda que se não ligue directamente com as questões da vassalidade — e por isso o relegamos para nota — mas antes com a reclamação de direitos de linhagem, não podemos esquecer que Rui Gomes, em 1238, ousava reivindicar o direito de padroado e aposentadoria na igreja de S. Gens de Montelongo (cf. *supra*, nota 11), decerto como extensão de outros direitos que os filhos ou herdeiros de D. Gueda tinham noutras igrejas do mesmo julgado de Montelongo (*Inq.* 58, p. 612). No entanto, ainda que indirectamente, este documento não deixou de nos interpelar a propósito da vassalidade, pelo que o recuperaremos adiante.

essa posição no conflito entre D. Sancho II e seu irmão D. Afonso, conde de Bolonha, nos é relatada pelos Livros de Linhagens. Em consequência delas, Mem Cravo, alcaide vassalo de D. Sancho II, ficou por traidor ao entregar o castelo de Lanhoso ao conde de Bolonha:

Este Meem Cravo (...) teve o castelo de Lanhoso de mão de dom Godinho Fafez, a que fez menagem por ele. E dom Godinho Fafez tinha o castelo d'el rei dom Sancho Capelo, a que fezera menagem por ele. E este Mem Cravo deu este castelo de Lanhoso a el rei dom Afonso, quando era conde de Bolonha, por preitesia que lhe trouve dom Rodrigo Gomez de Briteiros, que era parente de dona Maria Pirez de Vides, que o dito Meem Cravo rousara per força, e tinha-a no castelo¹⁶. E ficou por treedor este Meem Cravo, pelo castelo que nom deu a dom Godinho Fafez, a que fezera menagem por ele, nem a el rei, cujo o castelo era¹⁷.

Sumamente esclarecedor, este excerto coloca-nos perante redes vassálicas que se hierarquizam, da alta nobreza para o rei, e onde vemos os Briteiros enredados. Primeiro, ocupando lugar cimeiro nos séquitos de Sousas ou de Infantes, agora trabalhando em prol do Conde de Bolonha, que se preparava para ser rei. Com esta alteração e graças ao papel que terá desempenhado na crise — que esta narrativa nos permite entrever —, Rui Gomes, que já detivera o cargo de mordomo do rei leonês em representação de D. Pedro Sanches, acabará por ser agraciado pelo novo monarca português com o cargo de mordomo régio em 1248, apesar de rapidamente ter desaparecido da documentação, certamente por morte¹⁸. Este cargo, agora assumido sem tutela, era, porém, o sinal do novo patamar em que os Briteiros se situavam a partir de então, não já como vassalos de senhores mas do próprio rei — transformando-se, *ipso facto*, em senhores, com

¹⁶ Tenha-se em atenção que Rui Gomes de Briteiros, por linha materna, e Maria Peres de Vides, por linha paterna, tinham um bisavô comum, Gomes Mendes Guedão — ele, por via de sua avó Marinha Gomes Guedão, ela por seu avô Egas Gomes Barroso (LC 30AB3). Recorde-se, por outro lado, que, para resolver a contestação levantada por Gonçalo Gonçalves, prelado da igreja de S. Gens de Montelongo, à reivindicação de direito de padroado e pousadia feita por Rui Gomes de Briteiros (cf., *supra*, nota 11), se nomearam inquiridores para o efeito. Foram escolhidos dois cônegos da Sé de Braga e dois cavaleiros: aqueles, procuradores do prelado de S. Gens; estes, representantes de Rui Gomes de Briteiros. Ora os cavaleiros designados foram justamente Pero Martins Ervilhão e Rui Pais de Vides. Este último, decerto primo direito de Maria Peres de Vides e, logo, de Rui Gomes de Briteiros, pertenceria, pois, à família dos Vides, ramo dos Guedões, ligados ao julgado de Cabeceiras de Basto, muito em especial à freguesia de Pedraça (c. Cabeceiras de Basto), de cuja igreja eram padroeiros. Também Pero Martins Ervilhão, ligado ao mesmo julgado, teria laços de parentesco com Rui Gomes, pois, por um lado, sua filha Mor Peres Ervilhoa era casada com Mem Gomes de Basto, também bisneto de D. Gomes Mendes Guedão (LC 27A3; 30B4; 46A3, B4); por outro lado, seu sobrinho Rui Vasques Quaresma (filho de seu irmão Vasco Martins Mogudo de Sendim) era, justamente, casado com Maria Peres de Vides (LC 30AE4, AH4; 46A4; 58AP5; 68A5). Cf. Sottomayor-Pizarro (1999, vol. II, p. 34). Uma clara intersecção entre os laços de parentesco biológico e os laços de vassalidade!

¹⁷ LC 47C4. Sobre o peso das relações de parentesco neste conflito veja-se a nota anterior e Ventura (2006, pp. 80-82 e 234), onde é notada a sua ausência nas fontes literárias.

¹⁸ Ventura (1992, vol. II, pp. 619-622).

rendimentos para formar o seu próprio séquito, imitando a restante alta nobreza de corte.

Os vassallos dos Briteiros numa “gesta de maldizer”

É precisamente este momento de transfiguração da linhagem que capta o magnate D. Afonso Lopes de Baião, que desfere contra o agora rico-homem D. Rui Gomes uma das sátiras mais truculentas dos cancioneiros medievais galego-portugueses e onde se desvenda o mundo vassálico que o novel magnate acolhera junto de si¹⁹. Para tal, D. Afonso Lopes encena uma chegada dos vassallos ao paço de Longos, no alvoroço de uma surtida militar à terra de Basto vingando uma qualquer afronta. Para além dos vassallos presentes em Longos, alguns, não nomeados, encontrar-se-iam já em Basto, enquanto se aguardava ainda a chegada de uma “gente da Beira”²⁰.

Seíaxi Don Bepelho en ùa sa maison,
que chamam Longos, ond'eles todos son.
Per porta lh'entra Martin de Farazon,
escud'a colo en que sev'un capon,
que foi já poleir'en outra sazon;
caval'agudo, que semelha forón,
en cima del un velho selegon,
sen estrebeiras e con roto bardon;
nen porta loriga nen porta lorigon,
nen geolheiras, quaes de ferro son;
maix trax per ponto roto sen algodón
e cuberturas dun velho zarelhon;
lança de pinho e de bragal o pendon,
chapel de ferro que xi lhi mui mal pon
e sobarcad' un velho espadarron,
cuitel a cachas, cintas sen farcilhon,
duas esporas destrás, ca seestras non son,
maça de fuste que lhi pende do arçon.
A Don Bepelho moveu esta razon:
Ai, meu senhor, assi Deus vos perdon,

¹⁹ Apesar da rubrica do cantar indicar que ele visava D. Mem Rodrigues, o primogénito de Rui Gomes, a referência ao chefe da linhagem, como “velho de matreira” (velho astuto), não se coaduna propriamente com alguém que seria ainda jovem em meados do século XIII. Razão pela qual considerámos já que ele teria sido produzido ainda em vida de Rui Gomes e tendo-o como verdadeiro inspirador. Neste contexto, é provável que a rubricação tardia das sátiras e o eco que a composição teve na segunda metade do século XIII, em que o chefe da linhagem era D. Mem Rodrigues, acabasse por a associar a este magnate. Uma hipótese interpretativa diferente, seguindo Lapa, é lembrada em Lorenzo Gradín (2008, p. 183).

²⁰ Para o enquadramento mais geral da sátira vejam-se Ventura & Oliveira (2001-2002, pp. 148-155); Ventura (2006, pp. 241-244); Lorenzo Gradín (2008, pp. 181-193 e notas eruditas nas pp. 196-228).

u é Johan Aranha, o vosso companhon
e vosso alferez, que vos ten o pendon?
Se é aqui, saia desta maison,
ca ja os outros todos en Basto son.

EOI!

Estas horas chega Johan de Froian,
cavalo velho, caçurr'e alazan,
sinaes porta eno arçon d'avan:
“campo verde u inqueire o can”,
eno escud' ataes lh'acharán;
ceram'e cint'e calças de Roan,
sa catadura semelh'a dun jaian.
Ante Don Belpelho se vai aparelhan
e diz: - Senhor, non valredes um pan
se os que son em Basto se xi vos assi van,
mais id'a eles, ca xe vos non iran,
achalos edes e scarmentarán:
Vingad'a casa en que vos meia dan!,
que digan todos quantos pos vós verran
que tal conselho deu Johan de Froian.

EOI!

Esto per dito, chegou Pero Ferreira,
cavalo branco, vermelho na peteira,
escud'a colo que foi dunha masseira,
sa lança torta dun ramo de cerdeira,
capelo de ferro, o anassal na trincheira
e furad' en cima da moleira,
tragu'ũa osa e ãa geolheira;
estrebeirando vai de mui gran maneira;
e achou Belpelho estand' en ãa eira,
e diz: - Aqui estades, ai velho de matreira!
Venha Pachacho e Don Roi Cabreira
pera dar a min a deanteira,
ca ja vos tarda essa gente da Beira:
o moordom'e o sobrinho de Cheira,
e Meen Sapo e Don Martim de Meira,
e Lopo Gato, esse filho da freira,
que non á antre nós melhor lança peideira.

EOI!²¹

Sendo Rui Gomes um infância, pelas vias já referidas — com um enorme peso das

²¹ Lorenzo Gradín (2008, pp. 173-174).

estratégicas relações vassálicas, acrescidas ou não do recurso à prática do rapto, e coroadas pelo favor régio —, conseguiu em curto tempo atingir um lugar entre os grandes do reino e bemquisto pelo rei. Ora, isto dificilmente podia ser bem aceite por aqueles que aí haviam chegado de forma bem mais morosa e laboriosa, por aqueles que descendiam das cinco linhagens que, de acordo com o autor do *Livro Velho de Linhagens*, «devem a armar e criar e que andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal»²². Por isso, contra esse favorecimento, reagiram desta forma hostil e provocatória, por via do escárnio, as mais antigas linhagens portuguesas, nomeadamente a de Baião²³. É, justamente, por via da mordaz crítica de Afonso Lopes de Baião, a tirar proveito do ridículo e da paródia, que nos vamos acercando da transmutação dos infanções e vassallos em ricos-homens e senhores de vassallos.

Para além de alcunhar Rui Gomes de Briteiros de Belpelho (diminutivo de *vulpes*, raposa), Afonso Lopes de Baião recordava-lhe a insignificância do seu lugar de origem, Longos («Longos, ond’eles todos son»), que ainda acompanhava o nome do seu avô, Martim Peres de Longos, e, de forma mais extensa e provocatória, ridicularizava o conjunto dos seus vassallos, as suas montadas e arreios, as suas armas, os seus escudos e a própria simbologia das peças²⁴.

O cantar, como dissemos, mostra a chegada de três dos vassallos de Rui Gomes ao paço de Longos, contrapondo uma descrição amesquinhante de cada um deles, a partir da falta de qualidade dos respectivos cavalos ou do armamento militar que traziam, com as poses e com os discursos grandiloquentes que dirigiam ao seu senhor: o primeiro, Martim de Frazão, inquirindo sobre João Aranha, identificado como alferes de Rui Gomes, no sentido de apressarem a marcha para Basto, onde “outros”, não nomeados, estariam já; o segundo, João de Froião, incitando o senhor para a luta, de modo a vingar a casa “en que vos meia dan” — supõe-se, a casa em que beneficiariam de metade dos

²² LV (prólogo).

²³ Não será, porém, de esquecer que, na geração seguinte, Sancha Rodrigues, filha de Rui Gomes de Briteiros, casará, justamente, na linhagem de Baião, com Pero Ponces de Baião.

²⁴ Não podemos deixar de chamar a atenção para a contradição patente entre Belpelho (Raposinho) e o “velho astuto” interpelado por Pero Ferreira. E interrogamo-nos, se assim for, se a contradição não terá porventura resultado da adaptação do cantar à alteração verificada na linhagem dos Briteiros com a morte de D. Rui Gomes e a afirmação do primogénito D. Mem Rodrigues. Na verdade, seria natural que esta passagem de testemunho pudesse provocar um leve arranjo de modo a manter a actualidade da “gesta de maldizer” mesmo após a morte do principal visado. Neste contexto, a alteração poderia ter incidido apenas na indicação inicial do visado, transformado, após a morte de Rui Gomes, em D. Belpelho. Como Longos, local originário da linhagem, indicava de modo claro qual a família em causa, podemos mesmo admitir que inicialmente tivesse sido o próprio nome de Rui Gomes, sob a forma latina de Rodrigo (com o *incipit* «Seíaxi Don Rodrigo en ua sa maison»), que tivesse antecedido o D. Belpelho da composição que conhecemos. A própria utilização no cantar de galicismos, como “maison”, se acordava na perfeição com Rui Gomes, cuja presença em Paris, onde presenciara o juramento do Conde de Boulogne na sequência do afastamento de D. Sancho II pelo Papa, está documentada. Mas aqui haverá que reconhecer que o contraste «maison,/ que chaman Longos» é igualmente procurado pelo autor pela ironia subjacente, propiciadora do riso. Esta hipótese, enfim, justificaria mais cabalmente, no que à identificação do visado dizia respeito, a rubrica que mais tarde passou a acompanhar a composição.

rendimentos —, e considerando que o conselho acabado de dar seria digno de ecoar no presente e no futuro; e um terceiro, enfim, Pero Ferreira, chamando dois outros vassallos com quem pretendia dirigir-se para Basto, Pachacho e Rui Cabreira, e dando conta do atraso da “gente da Beira” que deveria igualmente seguir para Basto.

Pero Ferreira, como se vê, introduz um dado novo no desenvolvimento da composição, isto é, a integração de alguns cavaleiros da Beira nestas tropas. Entre estes cavaleiros da Beira são mencionados o mordomo e o sobrinho de Cheira, Mem Sapo, Martim de Meira e Lopo Gato, filho de uma freira. Em relação ao Cheira, supomos tratar-se de Fernão Anes de Riba de Vizela, conhecido também por essa alcunha, membro de uma das principais linhagens portuguesas do século XIII e que se encontra documentado como tenente de Santa Maria em 1229 e como tenente de Besteiros em 1235-1236²⁵. Tratando-se de um pequeno corpo militar beirão em que estavam incluídos o mordomo e um familiar deste Riba de Vizela, será de presumir que poderemos estar perante alguns membros do séquito vassálico deste magnate, que estaria irmanado com os Briteiros neste conflito que se iria dirimir em Basto²⁶. Razão pela qual não os incluímos no grupo de cavaleiros que, de um modo inequívoco, surgem ligados aos Briteiros.

Neste grupo mais restrito contabilizamos seis cavaleiros, os três que se apresentaram em Longos e três que são por eles mencionados, ou seja: João Aranha, João de Froião, Martim de Frazão, um Pachacho não identificado, Pero Ferreira e Rui Cabreira. A este grupo terá de ser acrescentado um outro vassallo, mencionado numa sátira do mesmo trovador dirigida a D. Belpelho e da qual terão sobrevivido, lamentavelmente, apenas os primeiros versos:

Deu ora el rei seus dinheiros
a Belpelho, que mostrasse
en alardo cavaleiros
e por ricomen ficasse;
e pareceo o Sarilho
con sa sela de badana:
qual ricomen tal vasalo,
qual concelho tal campana!²⁷

²⁵ Ventura (1992, vol. II, pp. 1028-1035).

²⁶ Recordemos que Gomes Mendes de Briteiros era casado com Urraca Gomes da Silva e Fernão Anes Cheira de Riba de Vizela era casado com Maria Mendes da Silva — ou seja, com duas primas direitas, ainda que os irmãos Gomes Pais da Silva e Mem Pais da Silva, pais delas, não fossem filhos da mesma mãe. Por outro lado, se, por hipótese, o sobrinho do Cheira referido é o João Martins Chora, que era casado com Urraca Abril de Lumiares, filha de Abril Peres de Lumiares, teremos de relevar o facto de um outro vassallo referido no escárnio, Lopo Gato, ser filho de Afonso Peres Gato, casado por sua vez com Urraca Fernandes de Lumiares [Gata], sobrinha de Abril Peres de Lumiares. Ainda que Lopo Gato, contrariamente à informação dos Livros de Linhagens (LC 40F8-9, que o aponta como filho primogénito e legítimo), seja provocado por Afonso Lopes de Baião com o labéu de «filho da freira»! Cf. Lorenzo Gradín (2008, p. 226), para a hipótese de podermos estar perante um bastardo de Afonso Peres Gato.

²⁷ Lorenzo Gradín (2008, p. 254).

Todo o arranque do cantar parece anunciar a descrição de vários cavaleiros, mas ficamos reduzidos apenas a um. E com a agravante, tal como em Pachacho, de este vassalo de Rui Gomes surgir apenas através da indicação do respectivo apelido familiar. Por sorte, está documentado quer nas inquirições, quer em documentação do século XIII.

Os vassalos dos Briteiros: alguns dados biográficos

A implantação das linhagens deste conjunto de cavaleiros adscritos aos Briteiros permitirá algumas reflexões sobre a gestação dos elos que acabarão por ligá-los a partir de meados do século, se não mesmo desde alguns anos antes. E durante várias gerações! Laços de parentesco (nascimento ou matrimónio) e laços territoriais em simultâneo.

Martim de Frazão, o primeiro a ser mencionado no cantar, retirará o apelido familiar da freguesia do mesmo nome, situada entre as de Modelos e Penamaior, do concelho de Paços de Ferreira (antigo julgado de Refóios de Riba d'Ave), muito embora não lhe conheçamos bens aí situados. Porém, D. Mem Rodrigues de Briteiros, detinha aí, em 1258, alguns casais provenientes da herança materna e, em 1288, juntamente com seu irmão D. João Rodrigues de Briteiros, honravam toda a freguesia, sustentados no facto de aí se situar o paço velho de D. Pero Pais da Maia, seu bisavô materno²⁸. Já em Penamaior, de acordo com as inquirições de 1288, o próprio Martim Frazão e Pero Ferreira, outro dos vassalos dos Briteiros, tinham comprado herdades no tempo de D. Afonso III que transformaram em honra²⁹. Por outro lado, as relações vassálicas entre as duas famílias terão sido preservadas ao longo de várias gerações. Seriam, por certo, filhos de Martim Frazão os cavaleiros Domingos Martins Frazão (1311)³⁰ e Aires Martins Frazão (1325)³¹, vassalos de João Rodrigues de Briteiros. A esta mesma família

²⁸ *Inq. 58*, pp. 531b-532; Sottomayor-Pizarro (1999, pp. 162-163, nota 36). A detenção de bens nos mesmos pontos da freguesia por parte de Fernão Anes da Galiza (casado com Teresa Anes da Maia, irmã da mãe de Mem Rodrigues) esclarecem-nos sobre a origem destes bens (se não, também, das redes de vassalagem), herdados da família da Maia. É o que acontece, por exemplo, de forma mais completa, na freguesia de Lavra (c. Matosinhos), onde metade da vila é de D. Teresa Martins da Maia e de Gil Martins de Riba de Vizela, de Fernão Anes da Galiza e dos filhos e filhas de D. Rui Gomes de Briteiros, ou seja, dos genros ou netos de João Peres da Maia (*Inq. 58*, p. 478).

²⁹ *Inq. 88*, IV/2, pp. 16-17.

³⁰ TT- *Mosteiro de Arouca*, Gav. 5, m. 2, nº 22 (1311 Dezembro 8): devolução por parte de João Rodrigues de 2 casais em Avintes, deixados por Marquesa Gil a seus amos e que ele ocupara indevidamente. (Cf. Sottomayor-Pizarro, 1999, vol. II, p. 173).

³¹ Em 9 de Novembro de 1325, nas suas casas em Santarém e com sua mulher Aldonça Anes, faz emprazamento de herdamentos que tem na freguesia de S. Pedro de Arrifana, no termo de Santarém (TT – *Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, m. I, nº 45a).

pertenciam, por certo, João Garcia Frazão (1295)³², também vassalo de João Rodrigues de Briteiros, e Pedro Garcia Frazão (1288).

Sobre o cavaleiro **João de Froiã**, os dados recolhidos não são tão seguros, em virtude de o apelido identificar famílias situadas em diferentes localidades do Entre-Douro-e-Minho, mormente em Felgueiras/Paços de Ferreira, na região de Póvoa de Varzim, no Couto de Braga, em Ponte de Lima e, ainda, no Alto Minho. O dado mais consistente apontará, no entanto, para um João de Froiã documentado em 1258 em Modelos e Penamaior, as duas povoações referidas a propósito de Martim de Frazão, aqui com uma quintã da qual se recusava a pagar quaisquer direitos ao rei³³. Pertencerá certamente à mesma família o João Durães de Froiã que, em 1302, doa a D. Martim Anes I, filho de D. João Rodrigues de Briteiros, as honras de Froiã e de Lamações (fregs. de Fraião e de Lamações no c. de Braga) e outros bens nas mesmas freguesias, pelo bem que dele recebera, por ser seu natural e pelo bem que o pai fizera à linhagem do cavaleiro³⁴. Ainda as relações vassálicas entre as duas famílias atravessando várias gerações.

De **João Aranha**, o único membro do séquito identificado com um cargo, o de alferes, serão, por certo irmãos o Fernando Aranha registado em 1258³⁵, o Gonçalo e o João Aranha (se não se trata dele próprio) documentados, em 1288, nos julgados do Prado e de Penela, situados entre Braga e Ponte de Lima. O primeiro, compra uma herdade de que se furta a pagar direitos que antes cumpria. O último será o próprio ou um homónimo do alferes vivo e activo a defender algumas casas e honras, mencionando-se, também, uma herdade que já o pai trouxera desde o tempo de D. Afonso II³⁶. Uma das casas situava-se em S. Salvador de Parada, no Prado, onde D. Mem Rodrigues de Briteiros possuía também uma quintã. Releve-se ainda que, em 1311, três elementos da mesma família (Gonçalo, Fernando e João Aranha) integravam a vassalidade de D. João Rodrigues de Briteiros³⁷.

Pero Ferreira [Pero Gonçalves Ferreira] está igualmente documentado em 1258, no Julgado da Maia, concretamente em Perafita (c. Matosinhos), Mindelo (c. de Vila do Conde) e Lamela (c. Santo Tirso) onde fez uma quintã em dois casais, passando o

³² TT- Inc. 1912, *M^o de Santa Clara do Porto/Entre-os-Rios*, m. 187, n^o 277, doc. de 22 de Nov. de 1295. João Garcia de Frazão surge registado no LC 44Y8, no título dos Avelal, enquanto pai de Guiomar Anes casada com Martim Peres Soveral.

³³ *Inq. 58*: p. 531a. Poderia ser filho de João Froiã o Martim Anes Froiã, cuja filha, Sancha Martins, foi legitimada por D. Dinis em 1312 (TT- *Chanc. de D. Dinis*, Liv. III, fl. 80).

³⁴ ADB – Gav. dos Coutos e Honras, n^o 85; Pizarro, 1997, vol. II: 174.

³⁵ *Inq. 58*, 299b.

³⁶ *Inq. 88*, IV/1, pp. 306, 367-368.

³⁷ TT - *Mosteiro de Arouca*, Gav. 5, m. 12, n^o 22, de 25 de Outubro de 1311: documento sobre devolução de bens feita por João Rodrigues de Briteiros e sua esposa, e de que aqueles acima referidos são testemunhas.

mordomo régio a ser impedido de aí entrar³⁸. Como ficou dito, as inquirições dionisinas registaram as apropriações dos tributos régios feitas por ele e por Martim Frazão em Penamaior.

Pachacho possuía bens em S. Bartolomeu do Mar (c. Esposende) que, em 1258, estavam na mão dos seus netos, não pagando tributos ao rei³⁹. Identificado apenas por este nome, poderemos estar perante o vassalo dos Briteiros, cujo nome terá dado origem ao apelido familiar dos descendentes. Pelo menos as Inquirições de finais do século identificam Pachachos em Balazar, junto a Longos e Briteiros,⁴⁰ e ainda na região de Ponte Lima⁴¹.

Não conseguimos ainda documentar o **D. Rui Cabreira** do cantar. Poderemos admitir, apesar do Dom que antecede o seu nome⁴², que estamos mais uma vez perante um cavaleiro de uma linhagem local com esse mesmo apelido. Registam-se, nas Inquirições de 1258 e 1288, alguns cavaleiros nessas condições, mas em zonas algo excêntrica às geografias anteriores para admitirmos estar perante um membro da linhagem em causa⁴³. Será questão a ponderar no futuro, eventualmente com novos documentos.

Para o membro da linhagem **Sarilho**, que não sabemos quem seja pois é identificado, tão-só, pelo apelido, apenas podemos dizer que seria originário do julgado da Nóbrega, a Nordeste de Braga e, portanto, relativamente próximo da zona de implantação dos Briteiros⁴⁴.

As identificações feitas, embora num ou noutro caso necessitem de ser prosseguidas, permitem divisar dois grupos diferenciados tendo em conta a sua implantação geográfica. Um proveniente de regiões mais próximas do Douro, territórios de implantação natural da linhagem da Maia; outro, originário de regiões mais próximas de Braga e, conseqüentemente, dos territórios de implantação dos Briteiros,

³⁸ *Inq. 58*, pp. 361b, 479b, 484b, 485a-492a/b. Os atropelos ocorreram em Gondesende (fr. Mindelo).

³⁹ *Inq. 58*, pp. 312b (fr. de S. Bartolomeu de Aton, hoje fr. de S. Bartolomeu do Mar).

⁴⁰ *Inq. 88*, IV/1, p. 626.

⁴¹ *Inq. 88*, IV/1, pp. 196, 691 (referência à *criatio* de um filho de Gonçalo Anes Pachacho em Pedra Furada). Cf. Lorenzo Gradín (2008, p. 224).

⁴² Apesar do apelido familiar, não temos quaisquer indicações da sua ligação ao ramo leonês da linhagem Cabrera.

⁴³ Os Cabreira que as Inquirições registam — o arcediogo D. Mem Garcia Cabreira e Pero Cabreira — surgem na freguesia de Borbela, c. de Vila Real (*Inq. 58*, pp. 1215a/b, 1216, 1219).

⁴⁴ Tratar-se-á de João Rodrigues Sarilho detentor de uma propriedade em S. Simão, na terra da Nóbrega, que vende a Fr. Afonso da Ordem do Hospital, e o mesmo com quem a dita Ordem faz composição sobre os herdamentos objecto de demanda? (Cf. Figueiredo, 1800, p. 210 e nota 106). De qualquer modo, familiar deste será Domingos Sarilho — decerto vassalo de João Peres de Aboim — que vemos activo na região da Estremadura entre 1253 e 1270 (Azevedo, 1906-1910, docs. 27, 76 e 110). Atendendo às origens nortenhas do seu senhor, poderia ser natural igualmente da região da Nóbrega, ao norte de Braga e próximo do rio Minho, região de onde era natural, quer João Rodrigues, quer o próprio D. João Peres.

nomeadamente Guimarães, a origem mais longínqua por via paterna (Mem Peres de Longos), ou Basto⁴⁵, a mais antiga por linha materna (Marinha Gomes Guedão).

No primeiro caso estariam João de Froião, Martim de Frazão e Pero Ferreira; no segundo, João Aranha, Sarilho e, talvez, Pachacho. Tal situação, aliada aos bens dos Briteiros provenientes da linhagem da Maia, por via do casamento de Rui Gomes com Elvira Anes, prefiguram uma constituição do séquito que terá incorporado alguns vassalos anteriormente ligados aos Maias e, a partir daí, um alargamento do grupo vassálico com a integração de novos membros das relações dos próprios Briteiros, cujo centro senhorial se posicionava na região a Sul de Braga.

O cruzamento das fontes literárias, que tomámos como ponto de partida, com as Inquirições (de 1258 e 1288) e outras fontes diplomáticas, apontaram-nos para a continuidade das relações vassálicas entre os Briteiros e as famílias analisadas, na geração dos filhos de Rui Gomes e, mesmo, de alguns netos, até, pelo menos, ao primeiro quartel do século XIV. E destas gerações dos Briteiros com a geração, pelo menos, dos filhos daqueles vassalos. Não deixaram, ainda, de nos chamar a atenção para ligações com outras famílias.

Recordemos Rui Pais de Vides e Pedro Martins Ervilhão, ao lado de Rui Gomes em 1238, quando reivindica direitos na igreja de S. Gens de Montelongo⁴⁶. Destaque-se, depois, na carta de partilhas dos bens de Rui Gomes de Briteiros e de Elvira Anes da Maia, na referência à parte de sua filha Maria Rodrigues, nomeadamente à quintã de Novelas com outros bens no seu termo, a advertência para a exclusão do casal de Goim (hoje Boim, c. Lousada) dado pelos filhos de Rui Gomes a Rui Viegas Porcalho⁴⁷ e que as Inquirições de 1258 provam estar na mão deste cavaleiro que, cremos, seria vassalo dos Briteiros⁴⁸.

Finalmente, não podemos esquecer que Fernando Rodrigues Babilão, procurador e vassalo de Mem Rodrigues de Briteiros em 2 de Setembro de 1288⁴⁹, era com certeza filho de Rui Gonçalves Babilão (e de Sancha Gonçalves de Belmir) da terra da Maia, do

⁴⁵ O julgado de Cabeceiras de Basto, onde em 1258 os filhos de Rui Gomes de Briteiros, especialmente D. Mem Rodrigues, detêm uma parte importante do seu património, fazia já parte da geografia patrimonial de Gomes Mendes.

⁴⁶ Cf. nota 15. Outras informações sobre o património de ambos podem ser colhidas nas inquirições de 1288.

⁴⁷ Ventura/Oliveira (2006: 164: 1258 Junho 19, 5ª feira, Guimarães). Os Porcalhos surgem numa breve referência no LC 44W, como descendentes de Maria Fernandes de Urrô (filha de Fernando Gonçalves, cavaleiro de Sousa, e de D. Ximena Dias de Urrô).

⁴⁸ *Inq. 58*, p. 546a. Rui [Viegas] Porcalho tem outros bens e direitos, obtidos, em regra, por usurpação em reguengos, nos concelhos de Marco de Canaveses (frs. Tabuado e Folhada), Penafiel (fr. Peroselo) e Amarante (fr. Lomba) (*Inq. 58*, pp. 1148, 1149b, 1157 a/b; *Inq. 88*, IV/2, p. 126). Será por certo seu filho Martim Rodrigues Porcalho que em 1 de Setembro de 1303 surge como procurador do mosteiro de Almoester (TT- *Mosteiro de Almoester*, m. 2, nº 60; cf. Varandas, 1994, p. 35)

⁴⁹ É assim mencionado («vassalo de Dom Meendo e seu procurador») no contexto da inquirição sobre a herança dos Sousas (TT - *Chanc. Dinis*, Liv. I, fls. 241v-244v; Ventura, 1992, vol. II, p. 618).

couto de Palmazões⁵⁰. Não nos ficam dúvidas que esta é uma família de cavaleiros que estava já na entourage da família da Maia, à sombra de cujo poder iniciou suas estratégias de enriquecimento e mobilidade, à custa de bens e direitos régios⁵¹.

A prossecução do estudo do séquito desta linhagem nas gerações seguintes poderá contribuir para esclarecer melhor essa constituição e a evolução que certamente sofrerá até meados do século seguinte.

Bibliografia:

Fontes (siglas)

ADB — Arquivo Distrital de Braga

AMAP — Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Inq. 58 — Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones (1888-1977), Lisboa, Academia das Ciências.

Inq. 88 — Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones – Inquirições gerais de D. Dinis de 1288, ed. por José Augusto de Sottomayor-Pizarro (2012 e 2015), Nova série, vols. IV/1 e IV/2. Lisboa, Academia das Ciências.

LV — Livro Velho de Linhagens (1980), em *Livros Velhos de Linhagens*, ed. crítica por Joseph Piel e José Mattoso, *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova série, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, pp. 23-60.

LC — Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (1980), ed. crítica de José Mattoso, *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova série, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências.

LD — Livro de Linhagens do Deão (1980), em *Livros Velhos de Linhagens*, ed. crítica por Joseph Piel e José Mattoso, *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova série, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, pp. 61-214.

⁵⁰ LC 58N5; *Inq. 58*, pp. 491b, 492a, 500a (Cidoj, fr. Alvarelhos, c. Trofa), p. 492a/b (Palmazões, fr. Alvarelhos, c. Trofa); *Inq. 88*, IV/2, p. 31. O Livro de Linhagens e as Inquirições coincidem, pois, na atribuição do couto de Palmazões a Rui Gonçalves Babilão e sua descendência.

⁵¹ Cf. *Inq. 58*, p. 479b (fr. Castelo da Maia, c. Maia, que confina com a de Alvarelhos, c. Trofa). As Inquirições de 1288 registam, também, outros bens, honras e um paço (para além da prática de violências), detidos pelos Babilões no mesmo julgado da Maia (*Inq. 88*, IV/2, pp. 31, 33, 34 e 39).

TT — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Fontes e bibliografia:

Azevedo, Pedro A. de (ed., 1906-1910), *Livro dos Bens de D. João de Portel*, Lisboa.

Brea, Mercedes (dir., 1996), *Lírica Profana Galego-Portuguesa*, 2 vols., Santiago de Compostela.

Calderón Medina, Inés (2012), «Rodrigo Froilaz, esposo de Chamôa Gomes de Touges. Los fundadores de Santa Clara de Entre-os-Rios», *População e Sociedade*, vol. 20, Porto, pp. 131-151.

Calderón Medina, Inés (2013), «La solidaridad familiar. La participación de la nobleza leonesa en la guerra civil de Portugal (1245-1247)», *Hispania*, vol. 73, nº 245, pp. 617-646.

Coelho, Maria Helena da Cruz (1988), *O Mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*, Arouca, Câmara Municipal de Arouca.

David, Henrique (1989), *Os Portugueses e a reconquista castelhana e aragonesa do século XIII* (Sep. das Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, vol. III), Porto.

Domingo, Dolors (2007), *A la Recerca d'Aurembiaix d'Urgell*, Lleida, Universitat de Lleida.

Figueiredo, José Anastácio de (1800), *Nova História da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores della em Portugal*, Lisboa, Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.

Lorenzo Gradín, Pilar (ed., 2008), *Don Afonso Lopez de Baian. Cantigas*, Alessandria, Edizioni dell' Orso.

Miranda, José Carlos Ribeiro (1995), «Os trovadores e a região do Porto. II. Pois boas donas som desemparradas», *O Tripeiro*, 7ª série, ano XIV, nº 12 (Dez.), pp. 375-381.

Miranda, José Carlos Ribeiro (2011), «O argumento da linhagem na literatura ibérica do séc. XIII», *e-Spania* [En ligne], 11. Disponível em <http://e-spania.revues.org/20347>, [consultado a 17/9/2015]. DOI: 10.4000/e-spania.2 0347.

Morujão, Maria do Rosário (2001), *Um mosteiro cisterciense feminino. Santa Maria de Celas (sécs. XIII a XV)*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Oliveira, A. Resende (2001), «Arqueologia do mecenato trovadoresco em Portugal», in *idem, O Trovador Galego-Português e o seu mundo*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 51-62.

Oliveira, A. Resende & Leontina Ventura - ver Ventura, Leontina.

Ramos, Cláudia Maria Novais (1991), *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, vol. 2, Porto (dissertação de Mestrado).

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (1999), *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família.

Varandas, José Manuel (1994), *Monacato feminino e domínio rural. O património do mosteiro de Santa Maria de Almoester no século XVI*, Lisboa, Faculdade de Letras.

Ventura, Leontina (1992), *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras.

Ventura, Leontina (2006), *D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Ventura, Leontina & Oliveira, A. Resende (1995), «Os Briteiros (séculos XII-XIV). Trajectória social e política», *Revista Portuguesa de História*, XXX, pp. 71-102.

Ventura, Leontina & Oliveira, A. Resende (1996), «Os Briteiros (séculos XII-XIV). 2. Estratégias familiares e património», *Revista Portuguesa de História*, XXXI, vol. 2, pp. 65-102.

Ventura, Leontina & Oliveira, A. Resende (2001), «Os Briteiros (séculos XII-XIV). 3. Imagens literárias», *Revista Portuguesa de História*, XXXV, pp. 143-170.

Ventura, Leontina & Oliveira, A. Resende (2006), *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I. Vol. I*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

RECENSÕES & INFORMAÇÕES

Autor:

João Paulo Martins Ferreira

jpmferreira82@gmail.com

Título:

A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)

Como citar esta apresentação:

João Paulo Martins Ferreira, «*A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)*», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº3, 2018, pp. 121-132.

DOI: 10.21747/21839301/gua3ap

A NOBREZA GALEGO-PORTUGUESA DA DIOCESE DE TUI (915-1381)¹

João Paulo Martins Ferreira
CEPESE-Universidade do Porto
Investigador do Projecto MELE

Com as reformas administrativas de Diocleciano, Braga transformou-se no centro nevrálgico da nova província da Galécia, um espaço sócio-político que dava coerência à identidade comum dos diversos povos estabelecidos no convento bracarense, lucense e de Astorga. Durante este período, lançaram-se as bases de uma complexa rede de poder temporal e espiritual, que se manifestou na sobrevivência da autoridade plurissecular da sua província eclesiástica.

Nos seus inícios, a diocese e o convento bracarense abarcavam uma larga franja territorial que englobava todo o espaço costeiro entre a linha do Douro e o rio Lérez, um curso de água situado no norte da actual província de Pontevedra. Apesar dos múltiplos factores que aproximavam a metrópole bracarense de urbes como Lugo, Iria-Flávia ou Astorga – que, por essa altura, já detinham uma centralidade própria –, o Lérez terá funcionado como a primeira fronteira entre a Galiza portugalense e lucense. A sul, o Douro separava a Galécia da antiga Lusitânia, província dominada pelas elites hispano-romanas estabelecidas em Mérida.

Contudo, a lenta derrocada da autoridade imperial e o advento dos reinos suevo e visigodo desencadeariam metamorfoses profundas nesta arquitectura de poderes, sendo de assinalar as sinergias criadas pelos intermitentes períodos de expansão da influência sueva a segmentos significativos da Lusitânia.

Entretanto, o norte galego viu-se a braços com os efeitos negativos de incursões sazonais de piratas germanos de origem vândala, situação que constituiria um factor de bloqueio à plena afirmação da autoridade sueva e visigoda. Nesta fase, as monarquias germanas basearam muita da sua coesão interna na consolidação do velho mapa diocesano romano, sendo que as mudanças operadas responderiam apenas a falhas estruturais geradas por um povoamento pouco urbanizado e, em algumas regiões, bastante incipiente.

Assim sendo, as incursões de pirataria germana no vale do Minho terão ajudado a colocar a nu a insustentabilidade da manutenção do vasto perfil geográfico da diocese bracarense. A resposta a este desafio viria na forma da desagregação das dioceses de

¹ Este trabalho foi elaborado no âmbito do projecto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Tui, Ourense e Porto da diocese bracarense, numa data indeterminada entre o primeiro e o segundo concílio de Braga.

Apesar de alguns autores defenderem a pertença de Tui e Ourense à esfera de influência lucense, somos da opinião que o Paroquial Suevo deixa bem claras as similitudes no regime de povoamento de cada um destes espaços, sendo de assinalar a convivência entre paróquias católicas e *pagi* arianas – que se plasmou na existência de bispos de ambas as confissões no mesmo espaço diocesano.

Neste novo contexto importa realçar o papel de charneira das dioceses do Porto e de Tui, já que a primeira constituía uma espécie de marca eclesiástica em relação ao espaço lusitano e que a segunda serviria de eixo articulador entre a esfera lucense e portugalense, visto que ocupou uma faixa territorial entre a ria de Vigo e o segmento português do Lima.

Tal como no período romano, Tui terá sido casa de contingentes militares visigodos, que vigiavam o litoral galego-português e a estrada que ligava Braga a Iria-Flávia, e chegou a ser uma incubadora de experiências governativas – como aquela que envolveu a constituição de uma espécie “corte privativa” de Witiza na cidade.

Por outro lado, sabemos que até às invasões muçulmanas Tui apresentou uma sucessão contínua de bispos, estabelecendo assim um fio condutor ao longo de processo de povoamento da região e garantindo uma eficaz evangelização das suas comunidades rurais. A sua constante aparição em posições de destaque durante diversos concílios gerais e províncias permite-nos traçar algumas cronologias vitais e avaliar, de uma forma algo subjectiva, a sua proeminência dentro do clero galego.

Todo este caminho de desenvolvimento viria a ser dramaticamente interrompido pelas surtidas muçulmanas, visto que os contingentes invasores chegaram a saquear a própria urbe tudense, obrigando as elites da diocese a buscar abrigo em Iria-Flávia. Neste mesmo período, o exílio lucense dos arcebispos de Braga lançaria as bases de um longo pleito pela dignidade metropolitana e por diversas rendas e senhorios provenientes desta diocese.

Todavia, o carácter superficial da presença muçulmana a norte do Douro prenunciava o rápido ritmo da reconquista astur-leonesa ao longo da segunda metade do século IX. Durante este período, as sucessivas presúrias de Tui, Chaves, Porto e Coimbra, foram intercaladas por algumas surtidas de pirataria muçulmana e normanda nas costas galegas, sendo que no segundo caso constituíram um prolongamento das iniciativas bélicas já praticadas no sul islâmico.

Não é por isso de estranhar que, em zonas marítimas e ribeirinhas mais vulneráveis, os efeitos positivos do processo de reorganização e repovoamento preconizado pela velha aristocracia condal se tenham tornado palpáveis somente várias décadas mais tarde. No caso específico do vale do Minho, os diligentes esforços iniciados em 854 por Afonso Betotes (e pela sua linhagem) resultaram numa primeira restauração da diocese tudense em 915, altura em que o bispo D. Hermígio, tio do célebre mártir S. Paio, se instalou na cidade.

Entretanto, as velhas estirpes condais, descendentes de Ero Fernandes, Afonso Betotes, Vímara Peres e Hermenegildo Guterres, davam os primeiros passos na criação

de uma intrincada rede de relações familiares, que contribuiria para a consolidação da sua autoridade territorial.

Se a linhagem de Afonso Betotes investiu mais num programa de miscigenação com a família dos condes de Portucale, chegando a assumir a liderança desta casa ao longo do século X e nos inícios do XI, graças ao casamento de Mumadona Dias com Hermenegildo Gonçalves (filho de Gonçalo Betotes), os descendentes de Ero Fernandes optaram por uma estratégia mais diversificada, unindo-se tanto à casa condal de Coimbra como à de Portucale, bem como a famílias de menor condição social.

Atendendo a este contexto, somos da opinião que a ascensão de Hermenegildo Gonçalves dentro da casa condal portugalense terá contribuído para uma fusão da autoridade que exercia em Portucale com aquela que detinha nos territórios a norte do Lima, não sendo por isso de todo improvável que a jurisdição política sobre as terras da antiga diocese de Tui tenha sido transmitida de uma forma hereditária entre os condes de Portucale e, até mesmo, ao conde D. Henrique.

Esta situação terá arredado os restantes membros da família de Afonso Betotes para um patamar secundário, sendo que as linhas provenientes de figuras como Tedão Betotes e Bermudo Pepes se dedicaram ao povoamento de franjas periféricas dos domínios condais situadas na desembocadura dos vales do Ave, Cávado e Lima. Terá sido neste contexto que se operou fundação de Vila do Conde, a presúria da vila de Fão ou a própria fundação do cenóbio de S. Salvador da Torre, por exemplo.

Entretanto, no interior ourensano afincara-se uma das principais linhas de descendentes de Ero Fernandes, os Celanova, que provinha directamente do conde Guterre Mendes, filho do presor de Coimbra, e de Ildoara Eriz, filha do conde lucense. Apesar de estarem estabelecidos principalmente em torno das terras de Celanova, Limia, Nóvoa, Caldelas e, até, de Valadares, o seu vasto património estendia-se desde o norte da Galiza até ao próprio condado de Coimbra, onde detinham bens nos arredores de Coimbra e em Quiaios.

De entre as diversas linhas que brotaram deste grupo familiar devemos destacar a linha de Froila Guterres, avô paterno da esposa do conde portugalense Mendo Gonçalves e de Afonso de Celanova, provável pai do conde Vasco de Celanova, marido de Gontrode Nunes, tia do malogrado conde portugalense Nuno Mendes. Deste último casal nasceu Nuno Vasques de Celanova, pai de Gomes Nunes de Pombeiro e dos seus irmãos, célebres apoiantes galegos do projecto político do conde D. Henrique e de D. Afonso Henriques. Somos da opinião que desta família descendem os Barbosa e também os Lima, Nóvoa e Valadares, por via de Aires Calvo da Galiza, ou seja, de Aires Nunes de Valadares, provável filho de Nuno Vasques.

Estamos em crer que o enlace de Gontrode Nunes dentro desta família lhes terá aportado um importante capital político e patrimonial, sendo que este último se centraria em grande parte no Alto Minho. A antiquíssima ascendência desta linhagem, que mesclava o sangue do conde lucense e dos condes de Coimbra e Portucale, transformava os Celanova numa peça essencial do xadrez político entre os poderes galegos e portugueses nas primeiras décadas da nacionalidade.

Graças à colaboração de Gomes Nunes de Pombeiro com os portugueses nos seus projectos de ocupação das terras de Toronho e Limia – ou seja, das duas grandes marcas

territoriais estabelecidas a norte do Minho –, os Celanova viram-se despojados do seu património fronteiriço e obrigados a firmar novas alianças matrimoniais que consolidassem e sua posição em Portugal. Este vazio de poder no sul da Galiza acabaria por ser preenchido pelos ramos provenientes de Aires Calvo.

Apesar das inúmeras mudanças de fidelidade ocorridas desde o século XII e da sua implantação transfronteiriça, somos da opinião que os Lima e Nóvoa acabaram por assumir o papel dos Celanova em território galego e que os Valadares se tornaram herdeiros do seu património português.

A ascendência condal deste “cluster” familiar terá assegurado a estas linhagens (Celanova, Barbosa, Lima, Nóvoa, Vilalobos, Valadares, Sarraça e Pias) o capital social necessário para desenvolverem alianças matrimoniais com famílias de enorme peso social – como os Trava – e com membros da própria família real portuguesa e leonesa. Entre os restantes ramos descendentes de Ero Fernandes devemos destacar aquele que procede de Monio Guterres, um dos irmãos de S. Rosendo, já que este deu origem ao volátil conde coimbrão Froila Gonçalves, através do seu filho Gonçalo Moniz e da sua esposa Mumadona Froilaz.

A fama nefasta da família de Froila Gonçalves advém do facto de ter pactuado com as investidas de Almançor, de forma a que este lhe prestasse apoio nas suas iniciativas usurpadoras no vale do Vouga contra os bens dos seus parentes Sandino Soares e Fernando Sandines. Os anticorpos gerados por esta conduta acabaram por ser duplicados aquando da perda de Coimbra, acontecimento que iria ditar o esmorecimento da carreira dos seus filhos e, até, a deslocalização de um deles para o espaço galego. Falamos de Rodrigo Froilaz, pai de Froila Rodrigues, avô de Bermudo Froilaz, bisavô de Froila Bermudes e trisavô de Rodrigo Froilaz de Trastâmara I e de Pedro Froilaz de Trava, patriarcas de todos os ramos de Trava (Trava-Trastâmara, Palmeira, Tougues, Pereira, Homem e Froião).

No que concerne aos Trava, podemos constatar que o seu envolvimento nos sucessos do nosso espaço fronteiriço limitou-se apenas à acção de Rodrigo Peres Veloso, aquando das incursões de Afonso Henriques em Limia, e às iniciativas de um conjunto de senhoras casadas na região – a título de exemplo, lembremo-nos apenas do caso de Teresa Bermudes de Trava esposa de Fernão Aires Batissela.

Contudo, um dos ramos dos Pereira reencetaria um processo de paulatina reaproximação à fronteira galego-portuguesa, através de uma meticulosa política matrimonial orientada para este espaço. Este caminho teve início no casamento de Gonçalo Rodrigues da Palmeira com Fruilhe Afonso de Celanova, do qual nasceu Rui Gonçalves de Pereira, pai de Pero Rodrigues de Pereira, esposo de Maria Pires Gravel (uma Valadares), de quem teve Pero Pires Homem, marido de Teresa Anes Redondo (uma Velho) e patriarca dos Homem-Froião, e Gonçalo Pires de Pereira, pai de Gonçalo Gonçalves, cónego de Tui que foi pai de Álvaro Gonçalves de Pereira, prior do Hospital e pai do *Santo Condestável*.

Por sua vez, os Velho, uma das principais linhagens do Entre-Minho-e-Lima desde os alvares do século XII, também foram descendentes de Ero Fernandes e de Afonso Betotes, por via dos Baiões e dos senhores da Várzea. Julgamos que este prestigiante parentesco pode ser explicado da seguinte forma: do casamento de Gondesendo Eriz

com Enderquina Mendes *Pala* nasceu Soeiro Gondesendes, pai de Sandino Soares e de Gondesendo Soares; por sua vez, este último foi pai de Honorigo Gondesendes e de Arualdo Gondesendes de Baião, pai de Gondesendo Arualdes de Baião – figura da qual procedem os Baião e os Azevedo –, de Cresconho Arualdes – patriarca dos Urgeses – e de Galindo Arualdes de Baião; do matrimónio deste último com Emiso Froiaz nasceu Troitesendo Galindes de Paiva e Soeiro Galindes da Várzea, personagem que, ao se casar em primeiras núpcias com Goína Pais, deu origem a Nuno Soares Velho I. Segundo Almeida Fernandes, esta senhora seria descendente de Paio Bermudes, Bermudo Pepes e de um filho anónimo de Afonso Betotes. Assim sendo, tudo indica que o património dos Velho no Entre-Minho-e-Lima tenha origem nesta linhagem condal e não nos Baião ou nos senhores da Várzea, que mantinham os seus domínios mais junto a Braga e ao vale do Cávado.

Na nossa opinião, a presença destas famílias entre as últimas gerações da velha aristocracia condal, surgindo lado a lado com Nuno Mendes e a sua família, leva-nos a colocar sérias reticências sobre a natureza “infancional” de muitas das linhagens fundacionais e a reponderar as causas da sua adesão aos projectos políticos de Fernando Magno e Garcia II, já que esta poderá corresponder a um plano de suplantação do ramo dominante da aristocracia condal por parte de ramos secundários desta, que, devido a vicissitudes evolutivas, permaneceram acantonados em nichos regionais do espaço galego-português.

Na nossa opinião, o constante envolvimento da aristocracia condal portugalense na conturbada política leonesa e em querelas com outras estirpes condais terão fragilizado a sua posição nos seus domínios naturais, deixando-os vulneráveis às investidas normandas e muçulmanas. A própria perda de Coimbra terá retirado à esfera portugalense uma importante zona tampão e despoletado um recuo de vários contingentes populacionais, aumentando assim a pressão sobre os territórios da família condal e, até, sobre as periferias destes.

No caso específico da diocese de Tui, podemos verificar que, durante a transição do século X para o XI, se operou uma verdadeira destruição da organização social que se vinha a consolidar desde os tempos da presúria. Os múltiplos ataques da pirataria normanda e muçulmana aos núcleos populacionais que se aglutinavam nas Rias Baixas e nos cursos inferiores dos rios Minho, Lima e Cávado terão levado a um recuo das populações para zonas mais interiores, sendo que vários bispos de Tui abandonaram a cidade e se instalaram em cenóbios do espaço ourensano. Porém, os episódios mais dramáticos prendem-se com dois momentos de destruição da própria cidade de Tui: o primeiro resultou da célebre surtida muçulmana contra Santiago e o segundo do violento saque do vale do Minho preconizado pelas forças do rei normando Olaf Haraldson.

O clima de desorganização da diocese seria de tal ordem que, em 1024, o monarca leonês decidiu passar a jurisdição deste território para a igreja de Iria-Santiago; situação que se prolongaria até 1069, altura em que, fruto do assassinato do bispo de Iria-Santiago, se instalou em Tui o bispo D. Jorge, figura responsável pela restauração definitiva da diocese tudense em 1071.

A destruição provocada por este período de instabilidade terá contribuído para o desaparecimento dos fundos documentais da maioria das instituições eclesíásticas estabelecidas na região e, por outro lado, para um certo nível de indignância das elites locais.

Assim sendo, podemos pressupor que, tal como a maioria da aristocracia infancional portugalense, os senhores a norte do Lima terão aderido massivamente à agenda política de Fernando Magno, que, ao intervir na reconquista das terras do velho condado de Coimbra, terá percebido a real viabilidade de uma substituição da velha aristocracia condal por uma nova classe emergente.

Com efeito, podemos constatar que na raia galego-portuguesa se instalaram: os Velho, ramo secundário dos senhores da Várzea e, por isso, descendentes directos de Ero Fernandes – por via dos Baião – e de Afonso Betotes – através de Goína Pais, descendente de Bermudo Pepes, um dos netos do presor de Tui –, e os Celanova, descendentes de Ero Fernandes e Hermenegildo Guterres – dada a ascendência dos pais de S. Rosendo – e de Afonso Betotes e Vímara Peres – graças à ascendência de Gontrode Nunes, irmã do conde Mendo Nunes e tia do malogrado Nuno Mendes.

A extinção ou deposição da família condal catapultaria imediatamente estas famílias e os seus ramos secundários para a cúspide da nova oligarquia aristocrática, não sendo por isso de estranhar a sua proeminência durante o período decorrido entre Pedroso e o final do reinado de D. Afonso Henriques.

No fundo, a agenda política engendrada durante os reinados de Fernando Magno e Garcia II assentava em pressupostos muito simples: na consolidação de um modelo de autonomia/soberania galega assente na arquitectura administrativa (civil e eclesíastica) herdada do período romano e suevo-visigodo; na construção de uma nova centralidade política em torno do território de Portucale, que mimetizaria a plurissecular predominância que Braga mantivera sobre todo o espaço galécio; na substituição da família condal portugalense por uma nova elite dirigente, que mesclava o sangue condal (galego, portugalense e conimbricense) com elementos de origem puramente infancional; na reconstituição do mapa diocesano da velha Galécia romana e suevo-visigoda, plasmável na restauração da diocese de Braga e na restituição da sua dignidade metropolitana, bem como na restauração de inúmeras novas dioceses (como Tui, Ourense ou Porto, por exemplo); na consolidação interna das estruturas de povoamento do espaço galego, através de múltiplos incentivos ao clero regular e secular e às sinergias mantidas entre estas instituições e a nobreza local; e na contínua expansão do espaço galego às custas do território muçulmano – especialmente daquele que pertencera ao condado de Coimbra e, porventura, de todo aquele que fizera parte da antiga província da Lusitânia.

Este hipotético cenário seria especialmente atractivo para as gentes da fronteira, já que a sua ascendência na aristocracia condal a colocaria na vanguarda deste movimento e que Tui se tornaria novamente num espaço de articulação de um vasto reino da Galiza. Por outro lado, a sua desvinculação de Iria-Santiago colocava-os novamente dentro da sua esfera de influência tradicional, ou seja, dentro do raio de acção portugalense e da arquidiocese de Braga. Acreditamos que, atendendo à preservação de algumas fontes (como o Paroquial Suevo, por exemplo), a antiga

pertença do território tudense e ourensano ao convento e diocese bracarense fosse sobejamente conhecida entre estas novas elites.

Todo este ideário político terá ganho pujança durante o reinado de Garcia II, visto que foi neste período que se deram os primeiros passos desta transformação. Durante este reinado gizou-se a restauração de Braga e de algumas das suas principais sufragâneas (como Tui), consolidaram-se os laços com a aristocracia Portucalense – principalmente através das relações pessoais que Garcia manteve com os Ribadouro – e consumou-se a aniquilação da autoridade condal em Pedroso.

Apesar de ter existido um certo alheamento de Afonso VI em relação a esta agenda política, podemos constatar que este não perdeu interesse na gestão dos conflitos remanescentes do reinado do seu irmão, pelo que podemos considerar a nomeação de Paio Guterres da Silva para o cargo de vicário régio como uma espécie de paliativo para as convulsões geradas pela morte de Nuno Mendes e pela deposição de Garcia II.

As prováveis origens leonesas dos Silva e a confiança pessoal do monarca transformavam Paio Guterres da Silva numa espécie de substituto da autoridade condal e, ao mesmo tempo, num poder mediador entre os “infanções” e o poder régio.

A própria situação geográfica do seu solar familiar – a torre da Silva, no julgado de Froiã – parece denunciar estas circunstâncias específicas, visto que se encontra no principal ponto de articulação entre a Galiza lucense e portucalense, ou seja, no coração da antiga diocese de Tui.

Todavia, os Silva cedo encontraram o seu lugar entre as principais estirpes da região, sendo de realçar as uniões dos filhos de Paio Guterres, Gomes Pais da Silva e Pero Pais Escacha, com senhoras oriundas dos Velho e dos Celanova. Gomes Pais casou com Urraca Nunes Velho, filha de Nuno Soares Velho II e de Mor Pires Perna, filha do casamento do seu irmão Pero Pais Escacha com Elvira Nunes de Celanova, irmã do célebre conde Gomes Nunes de Pombeiro. Deste último casamento nasceu Fernão Peres Cativo, patriarca dos Soverosa, linhagem rica em carreiras e vivências transfronteiriças.

Apesar de Afonso VI ter investido na manutenção de uma aparente autonomia da região galego-portuguesa, através da governação do conde D. Raimundo e de D. Urraca, os pressupostos do projecto autonómico galego não tiveram a continuidade necessária, por força do constante envolvimento deste na política leonesa e da sua incapacidade em travar as investidas muçulmanas a sul.

Com efeito, a chegada de D. Henrique a Portucale acabou por ressuscitar as sinergias geradas durante o reinado de Garcia, visto que conseguiu estabelecer um espaço cortesão onde se alinhavam os interesses do clero bracarense, enquanto cabeça de uma igreja portucalense, e de uma vasta nobreza galego-portuguesa, que ainda recordava os pressupostos necessários para a restauração de uma soberania galega de base portucalense. Este alinhamento passava necessariamente pela conquista política e social de um espaço onde coincidissem as arquitecturas do poder laico e eclesiástico, ou seja, na constituição de um reino autónomo que se sobrepusesse à rede diocesana dependente da autoridade metropolitana de Braga.

De forma a consumir a construção de uma nova “Galiza portucalense”, D. Henrique e Afonso Henriques souberam atrair para o seu partido as principais famílias galego-portuguesas oriundas da fronteira; todos os ramos dos Velhos, dos Celanova-

Barbosa, dos Silva-Soverosa, dos Toronho-Montor e vários Trava-Trastâmara, assumiram o seu apoio ao movimento político português.

Hoje, o desconhecimento das cláusulas estabelecidas no pacto sucessório (1104-1105?) impede-nos de avaliar a extensão das cedências de Raimundo ou o nível de comprometimento de D. Henrique com o “partido franco”; porém, podemos especular que o conde de Portucale deverá ter conseguido do seu cunhado a promessa de lhe entregar toda a Galiza ou, pelo menos, o reconhecimento de uma autonomia alargada que abrangeria o seu condado e todos os seus feudos pessoais em Astorga, Zamora, nas Astúrias e em Toronho e Limia.

Embora o conde D. Henrique tenha mantido uma certa fluidez no seu posicionamento político, somos da opinião que o pacto sucessório terá ajudado a clarificar os objectivos mínimos e máximos aos quais D. Teresa e D. Afonso Henriques poderiam almejar, sendo a soberania portugalense e a anexação de Toronho e Limia o quinhão mínimo a que deveriam aspirar.

A pertença da diocese de Tui aos territórios da antiga diocese de Braga e do convento bracarense, bem como a sua integração no património político dos condes de Portucale a partir dos tempos de Hermenegildo Gonçalves, e as origens galego-portuguesas (e condais) das suas elites locais, davam à diocese de Tui um natural sentido de pertença à esfera portuguesa.

No fundo, o choque entre D. Teresa e D. Afonso Henriques não se prende com o objetivo global dos seus esforços – ou seja, a construção de um novo reino galego, de maior ou menor expressão territorial –, mas sim no sistema de alianças que construíram para atingir esse fim. Enquanto Teresa buscou um alinhamento com os Trava e, conseqüentemente, com a centralidade emanada de Santiago, D. Afonso Henriques limitou-se a prosseguir a política do seu pai, dando força a Braga e às elites portuguesas e galego-portuguesas que afluíram à sua corte.

Todavia, encontramos uma enorme continuidade nas iniciativas de captação de apoios entre as elites laicas e eclesiásticas de Toronho e Limia e nos contínuos esforços de ocupação desta região. A traição de Gomes Nunes de Pombeiro e de Rodrigo Peres Veloso, plasmada no célebre episódio do Bafordo de Valdevez, e a passividade de várias famílias atestam bem o seu nível de adesão à causa portuguesa.

Entre as linhagens que se pautaram pela sua inacção encontramos os Toronho-Montor, parentes próximos de Gomes Nunes de Pombeiro devido ao casamento de Fernão Anes de Montor com Urraca Gomes de Pombeiro. Deste casamento nasceu Paio Curvo de Toronho, senhor que manteve a tenência desta terra mesmo durante a ocupação portuguesa.

As investidas contra as terras de Toronho e Limia estenderam-se até 1169, altura em que D. Afonso Henriques se viu obrigado a abdicar dos seus territórios galegos devido à sua captura por Fernando II após o cerco de Badajoz.

Devido à permanente ameaça do avanço português, Toronho ganhou a forma de uma verdadeira marca territorial composta por várias terras menores, coincidentes com os diferentes arceprebendados tudenses e dominadas por uma significativa rede castelar. À cabeça desta marca estava Tui e, conseqüentemente, as suas elites eclesiásticas e laicas. Quanto a Limia, sabemos que corresponderá às terras ourensanas conquistadas pelos

portugueses e que, dada a sua relação umbilical com Toronho, terá sido agregada ao enorme arciprestado de Ribadavia (terra da Nóvoa).

Do nosso lado, manteve-se o perfil territorial do Alto Minho, dominado por uma rede castelar mais exígua, que viria a ser densificada através do crescimento de diversas vilas fortificadas transversais à linha de fronteira.

Apesar da retirada portuguesa, a diocese de Tui conseguiu manter a sua dimensão transfronteiriça, estabelecendo relações extremamente cordiais com Braga e com os monarcas portugueses. Entretanto, a rede familiar transnacional a que já aludimos acabou por crescer e densificar-se, garantindo uma enorme mobilidade geográfica transfronteiriça aos seus membros, que, para além de possuírem parentescos e património dos dois lados da fronteira, circulavam livremente entre as cortes de Portugal, Leão e Castela. A natureza quase quotidiana desta interpenetração tornava-se ainda mais dinâmica em períodos de crise política entre os dois reinos, já que várias figuras de ascendência galego-portuguesa usavam as suas mais-valias sociais para ganharem posição em Leão e na Galiza.

Embora a emigração portuguesa em Leão e na Galiza fosse um fenómeno que já se verificava desde os finais do reinado de Afonso VII e inícios do de Fernando II, os movimentos transfronteiriços tiveram um enorme incremento após a morte de Sancho I e a crise de 1211, sendo de destacar a implantação do bastardo régio Martim Sanches no espaço galego e a sua subsequente surtida contra o Alto Minho.

Ao longo dos últimos anos do reinado de Afonso IX, instalou-se na corte leonesa um partido português, que antagonizava o processo de centralização de poderes iniciado no reinado de Afonso II e que apoiava uma sucessão em Leão por via das infantas nascidas do casamento entre o monarca leonês e a Infanta Teresa Sanches.

Contudo, a unificação de Castela e Leão e a dinâmica expansionista de Fernando III no espaço andaluz transformou Castela no principal ponto de destino dos emigrantes portugueses, sendo que, entre a segunda metade do século XIII e primeira metade do XIV, se continuaram a verificar importantes permutas de capital humano entre os dois lados da fronteira galego-portuguesa. A título de exemplo, podemos invocar os enlaces e presenças dos Limas em território português, as múltiplas aparições dos Cerveira na documentação monástica do sul da Galiza, a constituição de senhorios de Sarraças e Pias a norte do Minho ou até a imigração dos Novais para Portugal.

Na verdade, os “clusters” familiares transfronteiriços criados até 1169 foram-se consolidando por via de múltiplos enlaces com outras famílias que partilhavam este mesmo espaço regional. Entre elas encontravam-se os Novais, os Rodeiro, os Churrichão, os Vilarinho, os Fornelos (Castro de Fornelos), os senhores de Bravães, os Deza, os Maldonado, os Soutomaior, os Charinho, os Marinho, os Calheiros, os senhores de Arga, os Meira e muitas outras.

Chegados ao século XIV, podemos verificar uma certa harmonia tanto nas relações do clero tudense com a igreja e coroa portuguesa como nos laços familiares estabelecidos entre as elites locais; um equilíbrio que era completamente alheio à gradual construção de uma fronteira político-militar.

Todavia, o arco bélico composto pela guerra civil entre petristas e trastamaristas, pelas guerras fernandinas e pela guerra luso-castelhana ocorrida durante e depois da

crise de 1383-85, criaria cisões profundas entre as elites galego-portuguesas. Com efeito, as elites petristas galegas souberam buscar exílio e apoios em Portugal, instigando D. Fernando a reclamar o trono castelhano. Na raiz deste alinhamento de interesses estaria o ódio à nova dinastia castelhana e não o retorno a um plano de construção de um reino galego-português.

Entre os principais arautos do partido trastamarista encontravam-se os Soutomaior, que, devido à sua posição destacada entre as elites laicas e eclesiásticas tudenses, conseguiram organizar a defesa de algumas das principais praças do sul da Galiza contra o avanço português.

Curiosamente, as constantes mudanças de partido ocorridas durante este período acabariam por criar cisões profundas dentro de algumas das principais linhagens galego-portuguesas.

No caso dos Soutomaior podemos verificar que, apesar da maioria da família ter apoiado a nova dinastia castelhana, Soeiro Anes de Parada acabou por se juntar aos portugueses, tendo perdido todos os seus bens na Galiza.

No caso dos Lima e Nóvoa podemos constatar que os primeiros acabaram por se radicar em Portugal, em Arcos de Valdevez, enquanto os segundos permaneceram na Galiza – mesmo depois de terem colaborado com D. Fernando de Castro nas suas campanhas militares.

No caso dos Silva, operou-se uma dispersão pelos dois reinos, visto que alguns ramos permaneceram na corte do Mestre de Avis e outros estabeleceram morgadios familiares em Castela, sustentados pelo seu parentesco próximo com os Tenório.

De um ponto de vista eclesiástico, temos de destacar a secessão dos territórios portugueses da diocese de Tui em 1381, devido à constituição de uma colegiada de cónegos portugueses em Valença do Minho. Este processo acabou por ser uma consequência das fracturas geradas entre o clero português e castelhano durante as guerras fernandinas e durante o Grande Cisma do Ocidente.

Após várias décadas de litígio, a comarca eclesiástica de Valença do Minho acabaria por passar para a arquidiocese de Braga, constituindo-se depois como a actual diocese de Viana do Castelo. Somos da opinião que este terá sido o último capítulo de um longo processo de consolidação da fronteira minhota, encerrando assim um período de plurissecular osmose transfronteiriça.

Todos estes dados resumem as informações apresentadas na nossa dissertação de doutoramento, que se encontra estruturada da seguinte forma: numa primeira parte, denominada “A Antiga Diocese de Tui: Território, Igreja, Política e Sociedade” e dividida em quatro partes – “O Território”, “A Igreja”, “Tui e a Evolução do Ocidente Peninsular” e “A Convivência Social entre as duas Margens do Minho” –, analisamos o cenário geográfico, a expressão territorial da diocese de Tui, a configuração das terras de Toronho e Limia, a configuração sócio-territorial do Alto Minho, a evolução da diocese desde o seu nascimento até à sua primeira restauração em 915, a influência das incursões normandas e muçulmanas no falhanço desta primeira restauração, a evolução da diocese desde a sua restauração em 1071 até cisão de 1381, a relação entre a reconstituição do mapa diocesano bracarense e o projecto soberanista português, a relação sócio-política estabelecida entre Portucale e os territórios a norte do Lima

devido à ascensão dos descendentes de Afonso Betotes dentro da casa dos condes de Portucale, a continuidade do projecto soberanista de Garcia II na governação de D. Henrique e Afonso Henriques, todas as quezílias fronteiriças posteriores a 1169, a cisão provocada pela guerra civil castelhana e pelas guerras fernandinas, todos os sinais de convivência entre os poderes laicos e eclesiásticos dos dois lados da fronteira, os principais movimentos migratórios na esfera galego-portuguesa e todos os casos que, de alguma forma, influenciaram o espaço tudense; numa segunda parte, denominada “As Linhagens Galego-Portuguesas” e dividida em três secções – “De Aristocracia Condal a Infanções e Ricos-homens (Séculos IX a XI)”, “A Segmentação das Linhagens (Séculos XII a XIV)” e “O Desenvolvimento de Novas Linhagens com o Patrocínio da Coroa” –, apresentamos um nutrido estudo genealógico sobre a evolução e segmentação das principais linhagens oriundas da nossa região.

No nosso texto genealógico optámos por fazer uma leitura horizontal das gerações, em vez de uma leitura vertical de cada linha e ramo da família, com o propósito de evidenciar todos paralelismos e divergências dos diferentes grupos familiares que ocupam a mesma geração. Apenas a família de Afonso Betotes escapa a este processo, devido ao reduzido número de indivíduos pertencentes a esse grupo.

A estrutura genealógica destes grupos encontra-se representada graficamente num conjunto de árvores genealógicas disponibilizadas em formato digital. A distribuição geográfica do património de todas as famílias da região também se encontra representado cartograficamente num anexo próprio.

A primeira parte deste estudo genealógico é dedicada aos descendentes de Ero Fernandes e Afonso Betotes, enquanto a segunda parte desenvolve o “cluster” familiar dos Velho (Velho, Bravo, Redondo, Zote, Vasquinho, Gato, Mourão, Barreto e Cerveira), dos Celanova (Celanova, Barbosa, Lima, Nóvoa, Vilalobos, Valadares, Sarraça, Pias, Penela, Gravel e Gabere), do ramo dos Trava que conduz aos Homem-Froião (enfatizando as suas relações familiares com os Palmeira, Tougues e Pereira), dos Silva-Soverosa (visto que os segundos descendem de Pero Pais Escacha, um genro de Gomes Nunes de Pombeiro) e os Toronho-Montor (família de Fernão Anes e de Paio Curvo de Toronho, também eles parentes próximos de Gomes Nunes). Por fim, na última secção analisamos a evolução dos Soutomaior e dos Nóbrega-Aboim/Portel, famílias que, apesar das suas origens modestas, conseguiram ascender através de um alinhamento com os interesses da coroa ou do alto clero local.

Graças aos seus múltiplos enlacs com várias famílias locais, também tivemos a oportunidade de ir apresentando em nota vários dados e reconstituições de muitos outros grupos familiares (Novais, Churrichão, Fornelos, Bravães, Deza, Maldonado, Meira, Refóios de Lima, Calheiros, Vilarinho, Arga, Charinho, Parada, Lira entre muitas outras).

Ao longo do texto da dissertação fomos apresentando conclusões parciais, que ganharam uma forma mais global nas nossas conclusões finais, ideias que procurámos sintetizar nesta nossa curta apresentação.

RECENSÃO CRÍTICA DE LIVRO

Autor:

José Carlos Ribeiro Miranda

mirandajcr@gmail.com

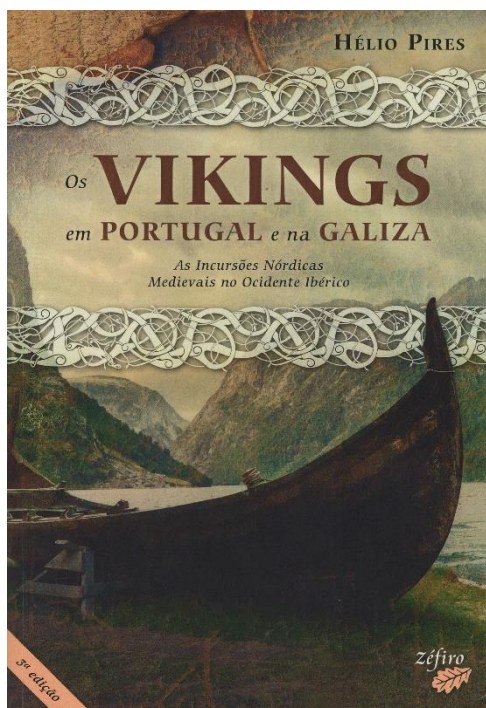
Título:

Hélio Pires, *Os Vikings em Portugal e na Galiza. As incursões Nórdicas Medievais no Ocidente Ibérico*

Como citar esta apresentação:

José Carlos Ribeiro Miranda, «Recensão crítica a Hélio Pires, *Os Vikings em Portugal e na Galiza. As incursões Nórdicas Medievais no Ocidente Ibérico*», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº3, 2018, pp. 133-139.

DOI: 10.21747/21839301/gua3r1



Hélio Pires,
Os Vikings em Portugal e na Galiza. As incursões Nórdicas Medievais no Ocidente Ibérico
3ª edição
Lisboa
Zéfiro, Edições e Actividades Culturais, Lda
2018
ISBN: 978-989-677-151-5¹

A historiografia portuguesa sempre evitou conferir grande atenção à presença dos normandos, ou *vikings*, em Portugal. Bastará uma simples observação sobre o modo como o tema é tratado nos nossos tratados de História de Portugal para o confirmar amplamente. Poderá ser argumentado que o fenómeno não teve uma importância que justificasse essa atenção. Mas tal assunção será sempre reveladora de um critério pouco exigente, e mesmo inaceitável para qualquer estudioso do passado, até porque o apuramento da importância ou não importância de um fenómeno histórico deve decorrer após a investigação e não partindo do princípio de que nada a há a investigar.

Uma outra explicação mais credível para este desinteresse ou desatenção radicar-se-á no privilégio que a historiografia portuguesa sempre atribuiu ao período «nacional», ou seja, à época posterior à constituição de Portugal como reino, tendo em conta que as invasões normandas sobre o território português são fundamentalmente anteriores a esse período que se situa no séc. XII. Mas é evidente que esta perspectiva «institucionalista», que procede como se Portugal, enquanto entidade colectiva com perfil próprio, se tivesse constituído apenas naquele século, não é adequada para compreender a diversidade cultural, social e regional que, por essas épocas,

¹ Este trabalho foi elaborado no âmbito do projecto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

caracterizava o território que virá fazer parte do «reino do Poente» (como muitas vezes será designado por Pedro de Barcelos na sua crónica redigida em 1344).

Ao invés da tendência dominante da historiografia portuguesa, que conta com vários séculos de insistência de um perfil nacional de características unitárias, tanto do ponto de vista cultural e religioso, como até étnico, é possível que venha a ganhar espaço uma abordagem que não só considere a diversidade interna – de gentes, de culturas, de línguas – imprescindível à compreensão desse perfil, como entenda ser necessário acrescentar-lhe a permeabilidade do território a factores externos, porque é justamente dessa equação múltipla que vêm a resultar as características do ser nacional, numa combinatória a que a História se encarregará de dar forma.

Ora é nessa linha que avaliamos a importância de *Os Vikings em Portugal e na Galiza. As incursões Nórdicas Medievais no Ocidente Ibérico*, de Hélio Pires, ou seja, como notável contributo à abertura de mais uma frente no conhecimento da diversidade portuguesa a que atrás referimos, embora nos pareça que o livro vai muito para além dessa dimensão, sobretudo no momento actual em que a história ibérica vai sendo cada vez mais encarada como um fenómeno da história global, num mundo em que se assiste também a alguma globalização do conhecimento. Neste sentido, apesar da publicação recente de outras obras que incidem sobre os mesmos temas², a aparição do livro de Hélio Pires adquire a dimensão de evento de primeira grandeza a nível internacional, devendo figurar entre as raridades nacionais dignas de nota.

Antes de ponderar os conteúdos que esta obra veicula, é necessário ainda que se diga que o autor parte de um interesse literário sobre as sagas nórdicas, pelo menos assim foi na dissertação de doutoramento que lhe deu origem em 2012, embora o autor, nesta edição do seu livro, se afaste desse texto inicial em pontos sensíveis. Ora as sagas nórdicas incidem sobre as viagens e aventuras *vikings* entre os séculos VIII e XII, numa dinâmica semelhante à do tradicionalismo ibérico das canções de gesta. Queremos com isto dizer que se trata de poemas redigidos em épocas posteriores aos eventos que narram, misturando reminiscências de campanhas históricas com a efabulação própria de quem escreve com o intuito de glorificar ou apenas de tornar compreensíveis, enquanto narrativa, campanhas passadas de natureza guerreira e marítima.

Centrando-se nas empresas que visaram a Península Ibérica, o nosso autor não se limitou a elencá-las e a descrever o respectivo conteúdo. Assumindo a ponto-de-vista do historiador, procurou as fontes historiográficas – maioritariamente anais e crónicas latinas, que crescem agora em importância – no sentido de delimitar os núcleos de maior verosimilhança histórica, e não o fez unicamente no tocante à origem dos relatos e das navegações *vikings*, mas procurou também os testemunhos das regiões de chegada dessas campanhas, ou seja, a historiografia ibérica do lado latino e até árabe,

² Cf. Ann Christys, *Vikings in the South: Voyages to Iberia and the Mediterranean*, London/New York, Bloombury, 2015; Neil Price, «Vikings in Spain, North Africa and the Mediterranean», in Brink, Stefan/Price, Nel (ed.), *The Viking World*, London, Routledge, 2012, pp. 462-469.

embora se deva compreender alguma limitação nesse inquérito que se arriscava a adquirir uma dimensão inoportuna.

E o resultado apurado foi, em muitos casos, empolgante, como quando assistimos à descrição do primeiro grande ataque normando à Lisboa mouros no ano de 844, realizado logo após uma primeira leva de incursões à Galiza, e seguidamente continuado por uma ousada incursão no Mediterrâneo, onde a foz do Guadalquivir é invadida e pilhada.

Mesmo que as fontes disponíveis deixem entender que a cidade de Lisboa se encontrava já rodeada de amplas muralhas, que vão resistindo à violência impiedosa de guerreiros nórdicos transportados em dezenas (centenas?) de *drakkars* robustos e habituados às marés atlânticas, até ao momento em que fatalmente uma das portas é abatida, autorizando uma pilhagem extensa da cidade que, naturalmente, se foi defendendo como pôde da fúria guerreira dos assaltantes, o autor aconselha prudência na verosimilhança histórica de tais descrições.

Aliás, essa atitude comedida, que consiste em se ater exclusivamente ao que é explicitado nas fontes utilizadas, é agora predominante ao longo do livro, funcionando como um travão à atribuição de uma dimensão fantasista a relatos que, pela sua natureza, facilmente a isso se prestam. Mas, por outro lado, age também como impedimento à consideração das circunstâncias e à reconstituição dos factos históricos dentro dos contextos que é possível conhecer por outras fontes e seguindo a metodologia que é própria do historiador, que é simultaneamente arqueólogo e hermeneuta textual. Talvez aqui resida o principal problema colocado por este estimulante livro.

Um dos pontos que que Hélio Pires é abertamente polémico diz respeito interesse viking pela Península Ibérica baseado na atracção por Santiago de Compostela – um argumento que facilmente desmonta, apontando o anacronismo nele implícito. Mas cremos que, ao mesmo tempo, minimiza o contexto global da Península por esses tempos, em particular a prosperidade e riqueza nessa época observada na parte sul do território que virá a ser Portugal, com as suas cidades voltadas para o exterior e fervilhantes de actividades comerciais, que constituiriam certamente o principal objecto da cobiça dos invasores cujo propósito era a pilhagem rápida e a obtenção de riqueza transportável.

É certo que aponta o facto de as cidades árabes, mesmo antes do período califal, se encontraram dotadas de um poder coordenado, de formas de comunicação e de meios navais e terrestres suficientes para se oporem com eficácia à predação viking. E é assim que, a esta primeira expedição normanda vitoriosa, se irá suceder um conjunto de tentativas fracassadas – a primeira das quais logo em 858 –, que virão, a prazo, a alterar o rumo dos acontecimentos. Na realidade, a partir de pontos de observação colocados ao longo da costa, os mouros irão mobilizar uma poderosa frota colocada em Sevilha que atacará com êxito os normandos que se vierem a apresentar junto ao cabo de S. Vicente preparados para entrar no mediterrâneo, impedindo-os de atacar as

idades do sul do Al Andalus. Toda esta informação se encontra já presente na obra de Hélio Pires, mas a sua ponderação qualitativa é relativamente retraída, impedindo uma melhor compreensão do quadro global da acção viking.

Foi provavelmente devido ao êxito dessa organização naval do Al Andalus que os normandos se viram compelidos a centrar as atenções nas regiões mais a norte da Península, com ataques que virão a culminar na destruidora campanha de Gunderedo à Galiza, entre os anos 968 e 969 (71?) em que teve lugar uma inédita pilhagem nas rias a norte de Vigo, apenas limitada pelo maciço das Astúrias. Na realidade, a Inglaterra e sobretudo a costa francesa haviam sido os primeiros objectivos *vikings* no Atlântico, em muitos casos levando a que os nórdicos se fundissem com as populações locais tanto ao nível social mais baixo como nas elites aristocráticas. A constituição do ducado da Normandia em 910 é disso exemplo claro. Todavia, saturado esse filão, a costa ocidental ibérica, acessível e recortada de vários cursos de água, passaria então a constituir um alvo apetecível, sobretudo para as populações nórdicas afeitas aos velhos hábitos de pirataria, ainda que a alteração de perfil cultural dessas populações estivesse em curso, nomeadamente com a proximidade ao cristianismo e às estruturas da Igreja romana.

É num momento já adiantado desse processo que se devem entender as invasões no início do século XI, aquelas que, provavelmente, se revelam mais importantes para a História portuguesa, criando posteriormente impactos significativos e a que Hélio Pires dedica o último capítulo, especificamente consagrado às campanhas *vikings* na Península. Na realidade, quis o acaso que tivesse sobrevivido um documento, oriundo do Mosteiro de Moreira da Maia³, onde se relata, com detalhes inusuais, uma incursão de *vikings* no Douro ocorrida no ano de 1015, onde estes permaneceram durante nove meses, constituindo uma base de inverno donde apenas saem no ano seguinte, não sem antes levarem a cabo um ataque ao castelo de Vermoim, situado perto do rio Ave, que os antigos anais portugueses situam no ano de 1016. O objectivo dos piratas fica muito claro, já que o documento testemunha os esforços realizados por Amarelo Mestaliz para reaver as suas três filhas que haviam sido capturadas e pelas quais os normandos exigiam avultado resgate.

O ponto onde estes numerosos *vikings* fundearam parece, pela localização do mosteiro que preserva estas memórias, bem assim como pela configuração do rio Douro, a região de Crestuma, onde, poucos anos após a retirada de Almançor, imaginamos que tanto a norte como a sul do Douro, qualquer poder político e militar não adquirisse grande relevo. Com efeito, é de admitir que a margem sul estaria sob controle mouro, mas dependente de um centro de comando que se situava bem mais para interior, na fortificada cidade de Lamego; enquanto a margem norte teria um predomínio cristão, embora totalmente insuficiente para se opor a armadas de vários barcos como parece ter sido a que ocupa espaço no Douro. Sendo a nossa

³ Publicado em Rui Pinto de Azevedo, «A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16», *Revista Portuguesa de História*, 14 (1973), pp. 73-93.

documentação limitada, apenas estão em causa investidas contra habitantes da parte norte e contra uma fortaleza igualmente na posse da parte cristã, o que não significa que refregas com mouros não possam também ter tido lugar. Apenas não estão registadas nos poucos testemunhos à nossa disposição.

Ora, embora o nosso livro não o ignore, ainda que alimente uma dúvida demasiado radical sobre estes factos, a fonte mais antiga e credível sobre as aventuras nórdicas – a *Chronica Norwegiae* – indica que no ano de 1014 Olafr Haraldsson levou a cado um conjunto de operações marítimas armadas visando tanto a Inglaterra como terras mais a sul, entre as quais a Península Ibérica, embora conhecendo um insucesso manifesto. Estas circunstâncias levaram este príncipe a retornar à Normandia onde, pela mão do bispo de Rouen, seu primo, se faz baptizar, retornando seguidamente à Noruega enquanto rei Olafr I, e mais tarde Santo Olavo. Dizem fontes poéticas que, durante essa expedição, este príncipe tentou penetrar no mediterrâneo, mas uma visão celeste advertiu-o de que devia voltar à sua terra onde se deveria tornar o primeiro rei Cristão.

É patente que o nosso autor descrê profundamente do carácter histórico desta campanha do rei-santo norueguês, brandindo grande cópia de argumentos contra a sua presença nas costas ibéricas. Mas o facto de esse rei poder não ter estado presente nessas expedição não invalida a ideia de que este período conheceu uma enorme e intensa actividade normanda, das maiores alguma vez registadas na costa portuguesa⁴.

Seja como for, entre crónicas e lendas resulta a ideia de que Olafr Haraldsson sulcou os mares peninsulares, não lhe tendo sido possível romper o bloqueio muçulmano ao estreito de Gibraltar; e que esta expedição tem lugar no ano de 1014, dela resultando o saque da cidade de Tuy e a morte do respectivo bispo. Ora, tendo os acontecimentos ocorridos no Douro, acima narrados, tido lugar em 1015-1016, não será demais pensar que os protagonistas destes últimos terão sido uma parte desgarrada da armada mais importante, que se poderá ter destacado, levando a cabo uma iniciativa de pirataria à sua conta.

Não damos, obviamente, estes factos como seguros, como não o fazemos relativamente a muitos outros eventos narrados na historiografia da alta Idade Média. Porém, há elementos de sobra para os manter como hipótese, sempre sujeita a validação por outras notícias ou indícios, textuais ou arqueológicos. Não o fazer seria abandonar qualquer possibilidade de estabelecer um qualquer discurso sobre o passado, sobretudo quando a documentação prima pela ausência.

No caso vertente, o tema não fica por aqui, bem antes pelo contrário. Na realidade, os livros de linhagens portugueses dão conta de uma invasão realizada por uma armada de gascos ocorrida no Douro, sendo comandada por Monio lo Gasco, que

⁴ A recente publicação de Mário Jorge Barroca e Armando Coelho Ferreira da Silva, *Mil anos da incursão normanda ao castelo de Vermoim*, Porto, CITCEM, 2018, que parece ser já induzida pelo estimulante livro de Hélio Pires, aduz novos elementos que apontam no sentido confirmar a intensidade e os diversos impactos dessa campanha naval nórdica sobre o território português, acerca dos quais nos procuraremos debruçar noutra ocasião.

teria deparado com uma feroz resistência dos mouros, atingindo, no entanto, um ponto mais avançado a montante do rio, já muito perto da cidade de Lamego, embora na margem norte. Estes gascos estariam, segundo as mesmas fontes genealógicas, na origem das importantes linhagens de Ribadouro e de Baião. Estas alegações poderiam ser também meramente lendárias, não fora o facto de Monio lo Gasco estar presente, no ano de 1014, na corte da Condessa Dona Toda, viúva do *comes* Mendo Gonçalves, assassinado em 1008 em circunstâncias desconhecidas. A ser assim, a expedição marítima dos gascos ao Douro⁵ teria tido lugar no ano da grande expedição alegadamente capitaneada por Olafr Haraldsson, um ano antes de um grupo de *vikings* penetrarem, por sua, vez no mesmo rio, com os intuítos já referidos. E quem seriam estes guerreiros gascos e simultaneamente marinheiros que tão bem se souberam insinuar num território cujo poder aparentemente se encontrava tão debilitado, pelo menos na sua vertente mais perto da costa, da região Ave-Douro às Terras de Santa Maria? Que relação teriam eles com os *vikings*?

Tanto trânsito marítimo em tão pouco tempo em águas tão próximas leva, obrigatoriamente, a ponderar se haveria algum tipo de relação entre os vários grupos e respectivas iniciativas, ou se conseguiram todos passar despercebidos uns dos outros... É claro que o livro de Hélio Pires não podia, pela sua natureza e objectivos, colocar todas estas questões, mas é um facto que o modo como aborda a actividade *viking* na Península vem fornecer dados para que estas e outras pistas se levantem e a investigação histórica progrida. Se mais méritos o livro não tivesse, este seria o suficiente para confirmar a sua importância para o conhecimento da História portuguesa.

⁵ Embora esta campanha, tal como surge relatada no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, se revela já adornada de alguns elementos de fantasia, cremos que o conjunto de elementos históricos aduzidos aponta inegavelmente para que tenha sido efectuada por mar e subindo o rio Douro. Qualquer outra hipótese depara com dificuldades difíceis de ultrapassar.

Autor:

Miguel Rodrigues

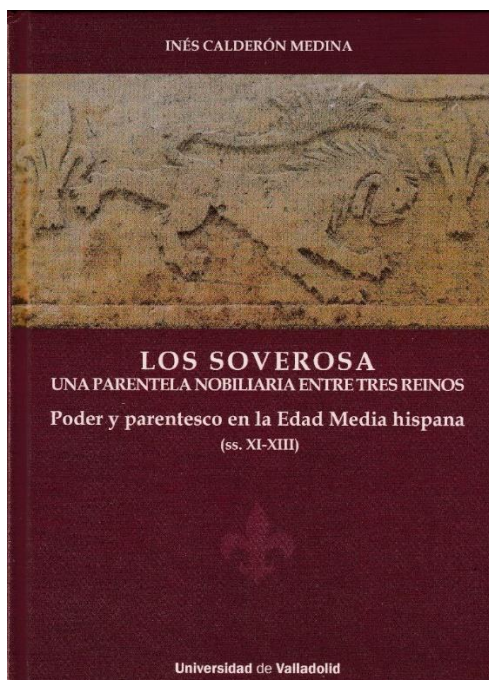
mhmrodrigues@gmail.com

Título:

Inés Calderon Medina, *Los Soverosa. Una parentela nobiliaria entre tres reinos: poder y parentesco en la Edad Media hispana (ss. XI-XIII)*

Como citar esta apresentação:

Miguel Rodrigues, «Recensão crítica a Inés Calderon Medina, *Los Soverosa. Una parentela nobiliaria entre tres reinos: poder y parentesco en la Edad Media hispana (ss. XI-XIII)*», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº 3, 2018, pp. 141-150.
DOI: 10.21747/21839301/gua3r2



Inés Calderon Medina,
Los Soverosa. Una parentela nobiliaria entre tres reinos: poder y parentesco en la Edad Media hispana (ss. XI-XIII),
Valladolid, Ediciones Universidad de Valladolid, 2018, (284 págs. ISBN: 978-84-8448-967-2)¹

A obra em apreço é, pela temática a que se circunscreve, de grande relevo para o conhecimento da aristocracia medieval hispânica. Em primeiro lugar, no que diz respeito às famílias nobres medievais portuguesas ou mesmo apenas radicadas em Portugal, é das primeiras monografias que dedicam todas as suas páginas ao estudo de apenas um grupo familiar, não esquecendo, como é óbvio, o excelente estudo monográfico que ao longo de mais de duas décadas vem sendo dedicado aos de Briteiros². Ainda remetendo para o título, chama-se de imediato a atenção para o facto de o percurso (e também, por consequência, o património) desta família se ter espraído pelos três reinos da Hispânia ocidental: Portugal, Leão e Castela. Esta multiplicidade de lugares parece perspetivar desde logo uma análise do contexto espaço-social destes três reinos, e a

¹ Este trabalho foi elaborado no âmbito do projecto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² Os autores dividiram o estudo da família de Briteiros em cinco artigos: para os três primeiros cf. Leontina Ventura & António Resende de Oliveira (1995), «Os Briteiros (séculos XII-XIV): trajetória social e política», *Revista Portuguesa de História*, 30, pp. 71-102; *idem* (1996), «Os Briteiros (séculos XII-XIV): 2. Estratégias familiares e património», *Revista Portuguesa de História*, nº 31, vol. 2, pp. 65-102; *idem* (2001), «Os Briteiros (séculos XII-XIV): 3. imagens literárias», *Revista Portuguesa de História*, 35, pp. 143-170. Para a quarta parte, cf. *idem* (2003), «Os Briteiros (séculos XII-XIV): 4. Produção trovadoresca», in Fonseca, Luís Adão da/Amaral, Luís Carlos/Santos, Maria Fernanda Ferreira (coord.), *Os reinos ibéricos na Idade Média - Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. 1, Porto, Ed. Civilização, pp. 763-777. O quinto artigo é publicado no presente número da *Guarecer*.

forma como esta família soube aproveitar as sempre voláteis relações entre monarquia e nobreza.

Designado desde o século XIII por “Soverosa”, embora, e como bem salienta a autora, nenhum dos seus membros se tenha nomeado como tal, o grupo familiar sobre o qual que incide a obra pertenceu muito provavelmente à média-alta nobreza, tendo surgido na corte portuguesa no segundo quartel do século XII, na pessoa de Fernão Peres dito *Cativo*, cuja ascendência tem vindo a ser motivo de aceso debate, e que, segundo a autora, foi um dos principais motivadores da investigação que culminou no estudo em análise. O nome adviria da honra homónima, herdada por via matrimonial da abastada família de Sousa, que à época da doação provavelmente era já detentora dos mais importantes cargos da cúria portuguesa.

O facto de, como se referiu, a família ter um percurso que abrangeu três reinos levou a autora, de forma inteligente e eficaz, a servir-se e a cruzar sistematicamente fontes portuguesas, galegas, leonesas e castelhanas, o que aportou uma nova e muito mais interessante perspetiva sobre a família, demonstrando, uma vez mais, as vantagens de um estudo plurinacional em casos análogos. Além da documentação pontual de corte e das crónicas, há um especial e meritório cuidado no tratamento das referências aos livros de linhagens, nos quais a referência aos Soverosa como um tronco feminino dos Sousa poderia não se ter ficado a dever única e exclusivamente a um desconhecimento dos antepassados de Fernão Peres *Cativo*, nome que, como a autora refere, nem sequer é consensual nestas fontes.

Com um prólogo que reafirma o teor inovador da obra, e uma introdução reservada a um estado da arte da temática e das metodologias utilizadas até ao presente em casos análogos, o estudo subdivide-se em seis capítulos, todos eles bem delimitados e com áreas de enfoque bastante específicas.

No primeiro capítulo, «El origen de los Soverosa», a autora começa por abordar um ponto que é provavelmente o mais sensível do estudo: a origem do grupo familiar, dito “de Soverosa”. O estudo é encabeçado por uma citação de uma monografia obrigatória para qualquer investigação sobre nobreza medieval portuguesa, de um autor igualmente indispensável: José Mattoso³. Mas a referida citação virá a provar-se imprecisa, como se verá num outro ponto desta análise.

O foco deste capítulo é, partindo do mencionado Fernão Peres *Cativo*, uma tentativa de esboçar uma ascendência paterna deste grupo familiar. Começando pelo desenho da biografia daquela personalidade, a autora tenta desmistificar o debate acerca de Fernão Peres Furtado, filho bastardo da rainha Urraca I de Leão e Castela e de Pedro Gonçalves de Lara, que prova não ser, como creram vários historiadores, a mesma pessoa que o *Cativo*, demonstrando claramente a presença simultânea de ambos os

³ José Mattoso (1985), *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa, Editorial Estampa.

Fernãos em documentação portuguesa. Da biografia do *Cativo* ressalta-se a semelhança de carreira na corte de Afonso Henriques com os de Ribadouro, sendo um dos poucos aristocratas que acompanham o monarca na sua mudança para Coimbra (1131), prometendo uma carreira familiar semelhante à ribaduriense. Contudo, a sua procura de novas oportunidades nos reinos vizinhos, mal sentiu a sua influência enfraquecer, deitou por terra um percurso de fidelidade à coroa portuguesa que poderia ter sido brilhante, como o foi o daquela linhagem.

Seguidamente, explora outros *Cativos* mencionados em documentação galego-leonesa, que conclui tratar-se de irmãos de Fernão Peres, pois partilhavam o epíteto e patronímico e encontravam-se juntos em documentação senhorial. Desta semelhança provém a exploração dos antepassados destes misteriosos *Cativos*, com origem na região de O Bierzo e que remontam ao século XI, apontando-se Fronilde Fernandes, proveniente da influente família galega dos Muñoz, como avó paterna dos irmãos *Cativo*.

Neste capítulo, a autora poderia ter aproveitado um pouco mais a incerteza dos livros de linhagens portuguesas sobre a incongruência da pessoa de Fernão Peres, conhecido como Fernão Gomes pelo *Livro do Deão*, e associado aos Travas no *Livro Velho*. Poderia ter-se colocado a questão retórica: *Porquê os Travas?* Em algumas versões encontra-se a famosa família “das Astúrias”, que a própria autora reconhece tratar-se de um mecanismo de preenchimento de lacunas que a memória dos contemporâneos destas fontes já não alcançava. Por que não se utilizou esta ferramenta, patente no caso da terceira mulher de Gonçalo Mendes I de Sousa (sistematicamente referida como “asturiana” sem se lhe conhecer a ascendência) no caso dos Soverosas? Seria a ingerência da genealogia dos Travas na ascendência agnática da família de Soverosa assim tão inocente? Poderia ter alguma relação com a competição literária de poder que se desenrolava entre a segunda metade do séc. XIII e a primeira do séc. XIV?

O segundo capítulo, «Los hijos de Fernando Pérez Captivo», esboça as biografias de dois filhos conhecidos de Fernão Peres *Cativo*: o primeiro é Rodrigo Fernandes, irmão do célebre Vasco Fernandes *Cativo*, bastante presente na documentação galego-leonesa e com posses fora da esfera de influência familiar, perante o que a autora sugere a hipótese de não ter sido irmão inteiro de Vasco, e que Fernão Peres poderia ter mantido relação com duas mulheres diferentes; o segundo é Vasco Fernandes, filho de Fernão Peres *Cativo* que, como o pai, veio a fazer carreira dupla em Portugal e em Leão, e que foi o portador da honra de Soverosa, pela aliança com a família de Sousa, que se manteria até ao final do reinado de Sancho I.

Ao longo do terceiro e quarto capítulos, respetivamente «Los hijos de Vasco Fernández, “O Cativo”, en la corte de Sancho I y Alfonso II de Portugal» e «Los partidarios de Sancho II de Portugal en la corte de Alfonso X», relevam, como os títulos indicam, as biografias dos filhos e netos de Vasco Fernandes de Soverosa. Além disto, estes indicam um outro facto: os Soverosas, ou pelo menos os chefes da família, estiveram sempre

envolvidos nos mais importantes conflitos do Portugal da primeira metade do século XIII, sendo cada um de especial importância para as fações que escolheram apoiar: o testamento de Sancho I que colocou Afonso II contra as suas irmãs (as infantas Teresa, Sancha e Mafalda), e a guerra de 1245-47, entre Sancho II e Afonso III de Portugal, filhos de Afonso II. O primeiro marcou a separação entre Gil Vasques de Soverosa e a família materna, os Sousas, uma vez que Gil escolheu apoiar o novo monarca, Afonso II, contra as infantas, defendidas pelo seu primo Gonçalo Mendes II de Sousa. A posição de Gil Vasques viria a ser imitada por uma boa parte da aristocracia portuguesa, ressaltando a autora que os membros desta facção vieram a ser os mesmos que, mais tarde, apoiaram inicialmente Sancho II contra o seu irmão. Neste segundo conflito, a família deteve um papel de ainda maior relevo, pois o chefe de família, Martim Gil, filho do supracitado Gil Vasques, era o braço direito de Sancho II, e portanto a sobrevivência dos Soverosas em Portugal estava mais diretamente dependente da vitória do rei do que qualquer outro grupo familiar. De facto, a grande influência de Martim Gil como valido tornou as consequências da derrota do rei ainda mais pesadas para a família. Com exceção da meia-irmã, Dordia Gil, que se refugiou no mosteiro de Arouca, todos os membros da família saíram em busca de abrigo em Castela, onde alguns deles viriam a participar nas importantes tomadas de Jaén (1246) e Sevilha (1248), junto a outros aristocratas portugueses.

Este êxodo não teria tido o sucesso que teve, segundo a autora, se não fossem os três, politicamente muito bem pensados, matrimónios de Gil Vasques de Soverosa, e também aqueles que delineou para os seus filhos. De facto, mais que nos capítulos anteriores, a importância da aliança matrimonial está patente nos destinos dos membros da família: a aliança de Martim Gil aos Castros galegos e de Teresa Gil ao próprio rei de Leão, Afonso IX, conferiram aos Soverosas um importante papel na corte leonesa do primeiro quartel do século XIII. Em meados deste século, os exilados da guerra civil conseguiram, graças à designada rede de solidariedade familiar, que unia Soverosa, Girón e Haro, encontrar abrigo e fazer a sua carreira ascender na corte castelhana. O mesmo aconteceu em Portugal com as uniões com os Riba de Vizela, que permitiram não só reforçar alianças dentro da facção de Sancho II de Portugal, como, mais tarde, foram fundamentais para uma nova ascensão na corte do novo rei português.

A partir do terceiro quartel do século XIII, com a venda sucessiva, por vários membros da família, de património que detinham em Portugal a Martim Anes de Soverosa, verifica-se que a família apostava claramente na ascensão do seu último membro varão, Martim Anes de Soverosa, filho do supracitado João Gil, na corte portuguesa, onde tinha também o valioso apoio da rainha Beatriz de Castela, descendente dos Girón por via materna.

A autora destaca também o papel de outros membros de menor relevância política, mas de igual importância, que escolheram desempenhar outro tipo de papéis na sociedade, como o cultural, em Vasco Gil de Soverosa, ou o fundiário, mais patente,

surpreendentemente, em várias mulheres da família: a tia paterna de Vasco, Alda Vasques, a partir do Mosteiro de Santo Tirso, onde escolheu professar; e as irmãs deste, Teresa e Dordia. Teresa Gil, como barregã do rei de Leão, detinha um importante poder neste reino, e geria, com pulso firme, as posses herdadas da mãe em solo português e as que ganhou em terras leonesas; Dordia Gil, por outro lado, ficou para trás no momento do exílio da família, pelo que se encarregou da gestão dos bens então detidos em Portugal pelos seus irmãos.

No seu geral, as biografias são bem trabalhadas por forma a não serem demasiado exaustivas, mas conseguindo simultaneamente conter em si todos os dados, ou pelo menos os mais importantes, relativos aos membros deste grupo familiar. Existem, no entanto, dois aspetos principais a ressaltar.

Em primeiro lugar, a menção frequente a propriedades e lugares espalhados pelos três reinos nas biografias poderia ser mais bem aproveitada se tivesse sido utilizado o recurso da cartografia, pois, graças a um processo de sintetização gráfica dos dados apresentados, seria possível localizar mais facilmente os lugares referidos e analisar a verdadeira amplitude do poder e influência dos membros desta família. Seria uma ferramenta que enriqueceria o trabalho de forma inegável.

Em segundo lugar, encontraram-se alguns pequenos lapsos, que se julgou relevante mencionar: na página 92, referente à biografia de Alda e Urraca Vasques de Soverosa, irmãs de Gil Vasques I, transcreve-se um epitáfio que se diz ser dedicado às duas irmãs, mas esta informação está, na verdade, incorreta: o texto transcrito faz referência a Alda Vasques de Soverosa, falecida em “MILLE DUCENTIS LXX^a TRIBUS”, isto é, era de 1263, ano de Cristo de 1235, e a uma Dona Urraca, falecida em “MILLE DUCENTUM SIMUL LXXX^a MAGIS SEX”, ou seja, era de 1286, ano de Cristo de 1248. Esta não é, portanto, Urraca Vasques de Soverosa, falecida em 1219. Esta é, na verdade, Urraca Ermiges de Ribadouro, sobrinha-neta do célebre Egas Moniz, o Aio, que foi sepultada em conjunto com Alda Vasques. A irmã de Alda está de facto sepultada no mesmo Mosteiro, mas separada da sua irmã. Transcreve-se abaixo a epígrafe de Urraca Vasques:

E(ra) . M . CC . 2 . VII . VI . X
K(a)L(endas) . IUNII . Ob(iit) . DOMNA
ORRACA . VELASCI
NOBILIS . FEMINA
CUIUS . IN PACE
REQ(u)IESCAT (anima)⁴

⁴ Cf. Francisco Carvalho Correia (2008), *O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588: A silhueta de uma entidade projetada no chão de uma história milenária*, Tese de doutoramento, Santiago de Compostela, Faculdade de Xeografía e História - Universidade de Santiago de Compostela.

Na página 94, encontra-se justificado que Martim Vasques de Soverosa, mencionado como irmão mais velho de Gil Vasques I de Soverosa, é o primogénito de Vasco Fernandes, porque é o que surge primeiro na corte. A investigação sobre a nobreza tem revelado que nem sempre acontecia desta forma: um filho aparecer mais cedo na corte com cargos não significa que fosse necessariamente o mais velho. Embora tal não seja consensual, no caso da família de Baião, Fernão Lopes é o que surge primeiro na corte e não parece ser o primogénito, pois não casou, ao contrário dos seus irmãos⁵.

Na página 98, a autora refere que a relação entre Sancho I de Portugal e Maria Aires de Fornelos é posterior à morte da rainha, avançando ainda que terá começado após 1199. Este facto é impossível, pois como poderia o infante Martim Sanches, filho de Maria Aires, contestar o governo do seu meio-irmão Afonso II com apenas dez anos de idade (1211)? A própria cronologia deste infante demonstra que as relações concubinárias deste monarca teriam de ter começado em vida da rainha⁶.

Ao longo destes dois capítulos, a autora, por lapso, confunde dois Gonçalos Mendes de Sousa, de gerações distintas; é bem provável que o Gonçalo Mendes de Sousa que acolhe Gil Vasques I de Soverosa e os seus irmãos seja o I. Contudo, este não sobrevive a Afonso Henriques, falecendo provavelmente no final da década de 70 do século XII. Isto leva a que o Gonçalo Mendes que surge a partir da década de 90, que se prolonga pela guerra testamentária de Afonso II de Portugal, e que continua a ser tratado como avô de Gil Vasques, seja já, na verdade, o seu primo direito, portanto Gonçalo Mendes II, neto do I, que faleceu em 1243⁷.

Na mesma lógica, Mem Gonçalves de Sousa, referido na página 81, é o I, o alferes e depois mordomo-mor de Portugal, no tempo de Afonso Henriques e Sancho I de Portugal. No entanto, aquele que é referido na página 116 como testemunha do acordo entre Sancho II e as tias em 1223, e como pai de Rodrigo e Vasco Mendes não é o I, mas sim o II, sobrinho destes, filho de Gonçalo Mendes II, que viria a falecer antes do pai, em 1231⁸.

Por fim, na página 131, a dada altura, menciona-se Pedro Fernandes de Castro como sogro de Martim Gil de Soverosa, provavelmente uma confusão com o infante Martim Sanches de Portugal, meio-irmão de Martim Gil de Soverosa, e, esse sim, genro de Pedro Fernandes de Castro, pois era o esposo da sua filha Elo Peres.

O quinto capítulo, «“Fili regis”. Los Soverosa y la sangre real», aborda uma faceta diferente da família. Relatam-se as biografias dos filhos naturais de Teresa Gil de Soverosa e Afonso IX de Leão (Martim, Maria, Sancha e Urraca Afonso), os quais a

⁵ José Augusto Sottomayor-Pizarro (1997), *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. I, Porto, Universidade do Porto.

⁶ Segundo Carolina Michaelis de Vasconcelos: «(...) *O leitor conhece duas das barreganas, por ele introduzidas no tálamo régio, em vida de dona Dulce de Aragão*». Cf. Correia (2008), *O Mosteiro de Santo Tirso...*

⁷ Sottomayor-Pizarro (1997), *Linhagens Medievais...*

⁸ Baltasar dos Reis (1934), *Livro da fundação do Mosteiro de Salzedas*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.

própria autora, numa perspetiva de agrupamento cognático do grupo familiar, designa “de Soverosa”, ressaltando a importância da linha feminina nesta família. As biografias destes filhos, que, como sublinha a autora, foram posterior e erradamente designados «infantes», mostram que mesmo naturalmente diferentes dos seus primos, por serem portadores de sangue real, estes, afastados da corte pelo seu meio-irmão, Fernando III de Leão e Castela, acabaram por manter uma proximidade muito maior, numa primeira fase, com esta família materna, com quem confirmam documentos e a quem doam algumas das propriedades residuais maternas sitas em Portugal, dado que a maior parte das doações deste grupo se destinou à Ordem de Santiago, que apoiava.

A aproximação ao sobrinho, o infante Afonso (futuro Afonso X de Leão e Castela), encarnada na relação deste com uma das tias, Maria Afonso, de quem teria Berenguela Afonso “de Soverosa”, acabou por revelar-se vital para a aproximação e ascensão do grupo dito “ramo leonês dos Soverosas” na corte alfonsina. Posteriormente este terá sido também um dos fatores que possibilitaram o bom acolhimento dos Soverosas portugueses que procuraram refúgio na sequência da derrota na guerra civil entre Sancho II de Portugal e o seu irmão, o conde Afonso de Bolonha.

No sexto capítulo, «Creación de la imagen, conciencia y memoria familiar», a autora analisa as várias formas de identidade social que os Soverosas utilizaram: a antroponímia, as genealogias, a heráldica e o lugar onde foram sepultados.

Cada família nobre detinha o seu conjunto antroponímico que utilizava na nomeação dos seus membros, para que, quando assim nomeados, fossem desde logo identificados como parte de um determinado grupo familiar: foi assim, por exemplo, com Monio e Egas nos de Ribadouro, ou Mem e Gonçalo nos Sousas, entre outros. No caso dos Soverosa, nomes como Gil ou Vasco demonstravam a pertença à família, pois eram mais comumente utilizados dentro da mesma. No entanto, este conjunto estava em constante evolução a cada nova geração, pois cada esposa que entrava na família poderia trazer também o conjunto antroponímico da sua família, trazendo novos nomes que podiam permanecer ou simplesmente voltar a desaparecer na geração seguinte.

As genealogias foram talvez um dos meios mais eficazes na formação deste grupo familiar, agrupando-os sob o nome de “Soverosa”, pela honra que Vasco Fernandes trouxe para a família por via matrimonial. Desde o *Livro Velho*, o mais antigo livro de linhagens português, que a família é associada a este apelido, embora nenhum dos membros o tenha alguma vez utilizado. A autora deixa de lado, no entanto, uma análise aos propósitos e ambições que poderiam ter influído em alguma associação genealógica da família a outras de maior relevo.

A heráldica, que, segundo a autora, terá sido introduzida na Península Ibérica nos meados do século XII, mas mais comumente utilizada a partir da segunda metade do século XIII, foi um outro elemento fundamental de identidade dos Soverosas, cujas armas eram cinco flores-de-lis. Foi o uso, por descendentes desta família, deste padrão em parte das suas armas pessoais que lhes permitiu a integração neste grupo familiar. Os padrões são mais frequentemente representados na sigilografia e nas sepulturas. No

primeiro caso, existem testemunhos do seu uso pelos filhos naturais de Teresa Gil de Soverosa, por João Afonso de Albuquerque, primeiro conde de Barcelos (filho de Teresa Martins de Soverosa), por Constança Gil de Riba de Vizela (esposa de João Gil de Soverosa) e pelo seu filho, Martim Anes de Soverosa. O uso do selo com estas armas por Martim Anes demonstra que a família, já perto da extinção, chegou a utilizar este método de agregação familiar.

Nas sepulturas encontram-se padrões heráldicos semelhantes: o referido João Afonso faz representar uma vez mais as armas dos Soverosa no seu túmulo, assim como Sancha Afonso, uma das filhas de Teresa Gil de Soverosa.

O cenóbio onde muitos aristocratas se enterravam fazia parte de uma identidade familiar. Muitos sepultavam-se nos mosteiros fundados pelas suas famílias, e outros criavam panteões familiares em lugares distintos. No caso dos Soverosa, não existe um local específico, pois encontram-se espalhados por vários locais: Alda e Urraca Vasques de Soverosa fizeram-se sepultar em Santo Tirso; Dordia Gil sepultou-se em Arouca; Gil Vasques II descansa no Mosteiro de Salzedas, junto da sua mãe, Fruilhe Fernandes de Riba de Vizela; e Martim Anes foi sepultado no Mosteiro de São Domingos de Santarém, provavelmente junto do pai, João Gil.

Retomando o que se afirmou no primeiro capítulo, o sexto e último vem por fim demonstrar a imprecisão na citação de José Mattoso. Provavelmente já todo o percurso do livro tinha por intenção última comprová-la. Segundo o autor citado, *“Os de Soverosa (...) não encontraram nenhum descendente por fêmea para lhes exaltar a memória”*. Considerando-se o uso das armas pessoais como uma exaltação da memória desse grupo familiar, houve membros que não descendiam da família por via patrilinear que utilizaram o padrão das flores-de-lis nas suas armas pessoais, como os infantes leoneses ou o conde de Barcelos, o que significava que havia interesse na manutenção destas armas nos descendentes da família, com o objetivo provável de se poderem legitimar como herdeiros do seu património.

Neste capítulo, caracterizado por uma forte vertente iconográfica, a autora poderia ter integrado nas suas páginas uma maior quantidade e diversidade de imagens, sobretudo na sigilografia, dado que alguns dos selos que são referidos não têm correspondência iconográfica, como os de Constança Gil e do seu filho Martim Anes.

A autora finaliza cada um dos capítulos com uma pequena conclusão que reflete sobre a problemática do capítulo, e encerra o estudo com uma conclusão/reflexão agregadora. É uma solução editorial inteligente, pois permite seguir o raciocínio da autora por etapas, e sintetizar cada uma delas. Deste modo, repartida e sumariada, a informação é mais facilmente apreendida pelo leitor.

Os *Anexos* são muito pertinentes; num trabalho em que o valor da aliança tem uma primazia importante, não podiam deixar de se expor árvores genealógicas que demonstrassem não só a referida rede de solidariedade familiar que auxiliou os Soverosas no seu momento de crise, mas que permitissem também uma sintetização da

informação relativa à ascendência de Fernão Peres Cativo, proposta nos primeiros capítulos da obra.

Por fim, os *Índices*, sobretudo o onomástico, são muito relevantes, pois permitem uma consulta mais rápida da obra a respeito de um assunto mais específico. No entanto, a confusão antroponímica referida aquando da apreciação do terceiro e quarto capítulos volta, conseqüentemente, a refletir-se aqui: todas as referências a Gonçalo Mendes e Mem Gonçalves de Sousa encontram-se amalgamadas sob estes nomes, sem distinção entre o I e o II.

Em conclusão, e apesar dos pequenos lapsos encontrados, a obra é de excelente calibre e de facto pioneira, uma vez que se compromete a estudar a fundo o percurso de uma família, nunca a perdendo de vista e seguindo-a de cidade em cidade, de província em província, e de reino em reino, oferecendo uma perspetiva muito mais ampla e completa deste mesmo percurso. A autora conta a história da família de Soverosa, uma história que se compõe de muitas vidas, algumas mais conturbadas que outras, mas relembra que todas e cada uma delas deram, em algum momento, o seu contributo para os destinos do grupo, sempre com a intenção de aumentar o seu poder nas vertentes política, fundiária, cultural, militar ou religiosa.

Miguel Rodrigues
(Investigador MELE-IF-FLUP)